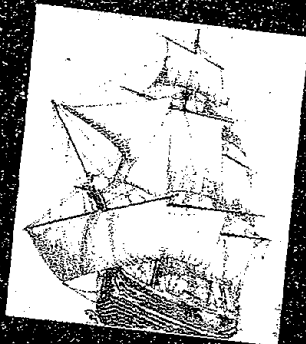




Os movimentos sócio-políticos do Norte do Piauí mostram, ao longo de sua história, a coragem e o amor de um povo à sua terra berço. Esses sentimentos, herdados dos Tremembés, revelam as características de uma terra que, apesar dos quadros políticos sempre desfavoráveis, a sua boa gente, a rica natureza e a localização geográfica, compensaram, ao correr dos tempos, o descaso dos governantes. Com a revolta dos Tapuias do Norte do Piauí, tem início campanhas que revelam esses sentimentos, como: as lutas pela sede da Vila de São João no Porto das Barcas; o comércio direto com Portugal; a instalação da Alfândega; a Agência dos Correios; a proclamação da Independência do Brasil, no Piauí; a adesão à Confederação do Equador; o combate à Revolta dos Balaios; a Elevação da Vila de São João à categoria de Cidade; a Guerra do Paraguai; as lutas para o Piauí reaver o território usurpado de Amaração; a Campanha contra o descaso da Capital com Parnaíba; a Reinvidicação do Bispado; a Campanha do Figueiroa; o Movimento em prol da conservação do nome de Parnaíba e tantas outras. O livro "No Piauí, na terra dos Tremembés" mostra a história dessas campanhas.

Apoio Cultural



FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO PIAUÍ

Diderot Mavignier

NO PIAUÍ

na
OS

terra Tremembés

Diderot Mavignier

"O piauiense não se preocupa com o seu passado e por isto mesmo deixa de comparar e de melhorar sua sorte".

J. Cariolano de
Carvalho. In:
Almanaque da
Parnaíba, 1948

Diderot Mavignier

NO PIAUHY, NA TERRA DOS TREMEMBÉS

Francisco de Assis de Sousa Nascimento
Arquivo Pessoa Nº _____

1ª Edição

**Parnaíba Piauí
2005**

Copyright 2005. Diderot Mavignier

1ª edição / 1ª impressão

Revisão

Luzanira Araújo Silva

Rafael Ciarlini

Rozinete Pereira

Diagramação

Rawster Teles de Almeida

Impressão



Capa

Arte em cerâmica pertencente ao acervo
da Associação Comercial de Parnaíba

Apoio

Fecomércio

Biblioteca Municipal

Circulando

Infocentro Kleber

Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba

Ótica São Francisco

Sesc/Biblioteca

diderotmavignier@yahoo.com.br

MAVIGNIER, Diderot dos Santos. No
Piauí, na terra dos tremembés.
Parnaíba.

Contém vasta bibliografia

História do extremo Norte do Piauí -
Brasil -

Sinceros agradecimentos a:

Todos que contribuíram para construção desta obra,
Nossos pais pela vida,
Nossa família pela compreensão,
Deus pela permissão.

Sumário

Apresentação	07
Capítulo I - Antes de Villa Velha	09
Capítulo II - A Capitania de São José do Piauí	21
Capítulo III - De Villa Velha a São João da Parnahyba.....	35
Capítulo IV - A Villa de São João da Parnahyba e os Dias da Silva.....	53
Capítulo V - A Metrópole das Províncias do Norte	79
Capítulo VI - Outras Lutas e o 14 de Agosto	103
Bibliografia	135

Apresentação

É sabido por todos que o passado constitui uma enorme fonte do saber. E também que, por muitos anos, a História do Piauí ficou esquecida, deixada de lado, mas, aos poucos, vem sendo estudada com maior intensidade. Baseado nisso e abastecido de numerosas e valiosas informações, Diderot Mavignier escreveu esta obra, que ultrapassa os limites de um mero relato, constitui obra literária autêntica por ser de agradável e atraente leitura, mesclada, ainda, com riquíssimos fatos da importante História do nosso Estado.

No Piauí, na Terra dos Tremembés, vê-se a narrativa desde a chegada do grande navegador português Nicolau de Rezende, por acidente, pelo Delta do Parnaíba, passando por detalhes de como era a vida do povo que aqui habitava; o significado do 14 de Agosto; conflitos e lutas pela emancipação do Brasil; a história dos Dias da Silva, chegando até os governos que comandaram o Piauí ao longo dos anos.

Há que se observar, ainda, a forma como o autor traduz seu amor pela cidade de Parnaíba. E sempre que possível procurou enriquecer esta maravilhosa obra narrando fatos e episódios históricos que orgulham a todos nós parnaibanos.

O conteúdo aqui exposto enriquecerá e muito nosso conhecimento. Com certeza passaremos a olhar para o Piauí com outros olhos, uma vez que conhecendo seu passado, poderemos transformar para melhor seu futuro. Embarquemos pois, nesta instigante leitura, para desbravar, juntamente com este ilustre autor, a vida do nosso Estado.

Valdeci Cavalcante
Parnaíba - PI, Outubro de 2005

Antes de Villa Velha

Capítulo I



Civilizações antigas - Ludwig Shwennhagem, historiador austríaco, que escreveu Antiga História do Brasil, defendeu tese sobre a presença dos fenícios no litoral do Piauí, viajantes que usavam, no ano de 1100 a.C., a praia da Pedra do Sal como porto e estação para os seus navios. Uma das provas do que afirma, foi o achado de uma mão indicadora talhada numa das pontas do rochedo desta praia, encontrada em 1924 e inscrições rupestres no Delta do Parnaíba. Shwennhagem nos mostra,

com base em documentos da literatura árabe, a ocupação deste povo no Brasil, nos séculos IV e V. Segundo este historiador, os fenícios, quando os gregos destruíram Tróia, levaram milhares de troianos e seus aliados para as suas colônias e com eles fundaram diversas cidades com o nome de Tróia: no Brasil teriam fundado Tur-Troya (Tur foi uma metrópole fenícia), daí Tutóia, estação marítima dos fenícios, no Delta do Parnaíba. Piagui, nome fenício para região, vem de piaga, que significa propagador da religião. Piagui seria "casa dos piagas". O arqueólogo Alexandre Braghiné, no seu livro O Enigma da Atlântida, narra que, "na embocadura do rio Parnaíba, no Estado do Piauí, foram descobertos curiosos vestígios da presença dos fenícios. São grandes esferas de pedras postas sobre grandes rochedos, ao longo do rio. É possível que fossem sinais destinados a orientar os navegantes". Braghine, também, descreve sobre as relações entre a cultura dos índios tupis e a dos antigos fenícios. A historiadora e arqueóloga Jôina Freitas Borges, em A História Negada, nos fala sobre o sítio arqueológico da praia do Macapá, em Luís Correia: "Os habitantes do Seu Bode, que são uns dos primeiros

povoadores do litoral no Piauí, são apenas um caso entre centenas de núcleos povoadores. Eles são, como tantos outros, povoadores do continente. Se os seus habitantes são ou não os Tremembés, até quando estiveram naquele lugar, o que faziam por lá, se foram dizimados, deslocados, aculturados, só os seus vestígios podem ajudar a desvendar". Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, antropólogo, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em *Inscrições e Tradições da América Pré-Histórica*, afirma que existiu no Brasil uma civilização pré-colombiana, de origem fenícia e grega. Que Sete Cidades, em Piracuruca, Piauí, representaria os restos de pedras lavadas pelas águas que, posteriormente, adquiriram as formas extravagantes pela ação do vento e pelas mudanças de temperatura. Mapas antigos mostram o Rio Parnaíba, como um grande golfo, por onde o mar penetrava pelo território do Piauí. Afirmação confirmada pelos naturais, de que ali teria existido um golfo marítimo



Rochedos da Praia da Pedra do Sal, em Parnaíba-PI. Observatório natural dos índios Tremembés, quando esperavam as caravelas dos aventureiros.

Sob a luz do Sol do Equador e banhados pelo Oceano Atlântico, viveram os primeiros donos das terras e praias da Vila de São João, os Tremembés. Senhores do Delta do Rio das Garças, eram implacáveis com seus inimigos, ágeis nadadores, famosos por seus mergulhos. Pílhavam as embarcações dos aventureiros e eram chamados de peixes racionais (Provisão de 24 de abril de 1723, do Ouvidor do Piauí, Dr. Francisco Zuzarte Mendes

Barreto, dirigida ao Governador do Maranhão, João da Maia Gama). Tão bem e satisfeitos viviam. Lutaram até o fim, para que não fossem expulsos de seu paraíso, daquele venturoso parque da natureza cheio de recursos naturais, com uma riqueza incomparável de mariscos, crustáceos e peixes de toda espécie, de aves e animais de caça, de frutos florestais sem conta.

"Desconhecida dos homens civilizados, a linda terra harmoniosa era tranqüila e feliz. Entre o rio e a montanha, e entre o rio e o mar, a terra tropical palpitava, opulenta e magnífica integrando-se no ritmo da vida brasileira. O rio, na quietude e inquietude de suas águas, beijava a terra, dando-lhe existência deliciosa. "E ao vento, as folhas lívidas cantando a saudade infeliz de um sol de estio", o rio era a imagem maravilhosa daquela vida tranqüila. Em anseios para os céus, longas palmeiras se erguiam, dominadoras, como símbolos da grandeza da terra exuberante, "ora os leques abrindo, ora fechando". E, ao longe, o mar era a grande alucinação da terra fascinadora. Espelho impreciso de coisas estranhas, miragem encantadora da beleza imortal. O meio físico era assim, a perpétua exaltação da luz, da cor e do som. E esse rio, e essa palmeira, e esse mar, seriam, mais tarde, a riqueza e a tortura do povo que impulsionaria, com esforço e trabalho, a civilização da gleba desconhecida. A alma vibrava na terra grandiosa. Gente livre, de uma raça forte, ali vivia. Donos da terra - terra que não conquistaram aos homens, mas que receberam de Deus - os índios guerreiros que a habitavam sentiam o encantamento das coisas existentes. Lima Rebelo. In: *Almanaque da Parnaíba*, 1944."

Três coisas faziam o extremo Norte do Piauí diferente do Sertão dos Rodelas: o Oceano Atlântico, o Delta do Parnaíba e os índios.

Há mais de dez mil anos, antes dos invasores europeus, os Tremembés habitavam todo o Norte do Piauí. Ocupavam mais de vinte e três por cento das terras da Capitania de São José, com mais de 60 tribos e mais de 120.000 índios, de um total de 370.000 em todo Piauí. Tremembé, que significa índio dos terrenos alagados, do tupi - *tirime'mbé*. Em 1500, estima-se que havia entre 5 e 6 milhões de índios no Brasil.

Os Tremembés eram descendentes de tribos da Amazônia que se deslocaram de lá e povoaram quase todo o Brasil. Seus grupos se diferenciavam nos costumes, variando conforme a região escolhida para ocupação. A primeira classificação das línguas indígenas do Brasil foi aquela que as distribuía em línguas tupis e línguas tapuias (tupinambás). Tal classificação se deve aos Jesuítas, que adotaram os próprios preconceitos dos índios tupiniquins contra os tupinambás. Os Tremembés falavam um dialeto derivado do tupi-guarani amazônico. Enquanto as línguas tupis se relacionavam entre si, as classificadas como tapuias eram as mais diversas, completamente diferentes uma das outras, as quais não interessava aos missionários conhecê-las. Para os jesuítas, os Tremembés eram classificados como tapuias, designação dada pelos tupiniquins aos indígenas inimigos -

tapúya: ta de povo e puiya, livre - o povo livre. Os portugueses usaram essa rivalidade dos nativos e fizeram milhares de índios tupiniquins lutarem ao seu lado contra os Tremembés, que se classificavam como tupinambás.

Os Tremembés possuíam características peculiares destoantes dos demais índios do Brasil: quando falavam tremiam com a voz; quando cantavam não articulavam pronúncias, eram cantos garganteados. Jean de Léry em Viagem à Terra do Brasil, de 1578, escreveu: "são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim". Excelentes cantores, hábeis flecheiros, destros corredores, valentes guerreiros. Quando atingiam mortalmente o inimigo, isso era motivo de gritos e aplausos.

Não tinham visão funcional do alto mar, não conheciam a vela e o leme, não podiam se aventurar mar adentro, pescavam olhando as belas praias. Tinham receio do tubarão que chamavam de ipiru e chamavam as baleias de pirapoam, peixe que se empina, que se revolve.

Cada nação de índios se compunha de um certo número de tribos aliadas por vínculos de parentesco, amizade ou defesa comum. A tribo se constituía de uma aldeia e a aldeia uma ou mais tabas. A unidade essencial era a taba, composta de 50 ou 100 famílias e com vida independente, governo próprio e economia particular. A taba, ao atingir 300 ou 400 indivíduos, tinha que ser dividida. Uma parte dos índios seguia à procura de novo território, assim não sacrificavam aquela região com o superpovoamento. Tinham profundo conhecimento e respeito pela natureza, pois dela tiravam seu sustento. Sua única conexão com as outras tabas era a existência de um chefe comum, o cacique, cuja autoridade, sobretudo militar, se exercia em toda sua extensão durante as guerras. As tribos realizavam confederações para defesa, sobretudo contra o invasor branco. No litoral construíam suas moradias que se chamavam Sambaquis, nome dado pelos depósitos de restos de esqueletos de crustáceos encontrados nos seus sítios. Eram locais sagrados.

O fogo era obtido pela fricção de bastonetes adequados. Usavam como instrumentos de defesa e caça, estaca pontiaguda endurecida a fogo, o arco, a flecha, a manguara (cacete), a acha (machado de pedra) e a ibirapema (tacape). O Pe. Yves d'Evreux relata: "os Tremembés têm o costume mensal de velar toda noite fazendo seus machados até ficarem perfeitos, em virtude de superstição que nutriam, de que, indo para a guerra armados com tais instrumentos nunca seriam vencidos e sim vencedores".

A pesca e a caça eram seus maiores recursos e seus maiores prazeres, principalmente o primeiro, para o qual usavam espinhos tortos que lhe serviam de anzóis. Alimentavam-se de ostras, caranguejos, peixes e pequenos animais abundantes na região. Em 1632, o francês Claude d'Abbeville em História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas, relata que visitou várias aldeias indígenas, dentre as quais Eussauap - nom de lieu, c'est à dire le lieu où on les Crabes - nome de lugar onde se come

caranguejos. Cultivavam a mandioca, o amendoim, o milho, o feijão, a batata, o jerimum e o fumo. Gabriel Soares de Sousa, no capítulo XLVI, do Tratado Descritivo do Brasil, informava em 1587: "chamam os índios gerumus às abobras de Quaresma, que são naturais desta terra, das quais há dez ou doze castas, cada uma de sua feição; e plantam-nas duas vezes no ano, em terra úmida e solta, as quais se estendem muito pelo chão, e dá cada abobreira muita soma; costuma o gentio cozer e assar estas abobras inteiras por não lhe entrar água dentro, e depois de cozidas as cortam como melões, e são assim mais saborosas que cozidas em talhadãs". A banana e o ananás (espécie de abacaxi) eram as suas frutas principais. Da caoba (mogno), cujos frutos são cápsulas lenhosas, faziam uma bebida de forte teor alcoólico, tomada antes de guerras. A mandioca, cujas raízes resistem indefinidamente, era enterrada em grandes covas, deixadas debaixo da terra, por vezes durante anos para posterior consumo. Desta raiz, faziam bebidas e farinhas. Dela nos fala Gabriel Soares de Sousa: "e para se aproveitarem os índios e mais gente destas raízes, depois de arrancadas rapam-nas muito bem até ficarem alvíssimas, o que fazem com cascas de ostras, e depois de lavadas ralam-nas em pedra ou ralo, que para isso têm, e, depois de bem raladas, espremem esta massa em um engenho de palma, a que chamam tapeti". Os Tremembés possuíam boa saúde, não havia sífilis, alcoolismo, moléstias endêmicas e epidêmicas.

Os Tremembés cassavam os animais selvagens com arco, flecha, zarabatanas e armadilhas, entre elas a arapuca e o alcapão. Criavam papagaios, araras, guarás e outros pássaros de plumagem ricamente colorida, dos quais retiravam penas para fazer seus diademas. Usavam ornamentos plumários complexos e formosos nas suas cerimônias, que eram do domínio masculino. Estes artefatos possuíam representações de conteúdos sociais e mágico-religiosos, com aspectos estético e simbólico. Possuíam pequenos colares, braceletes, fitas e grandes mantos igualmente feitos de penas, tão célebres desde a época do primeiro contato europeu com esses povos. Essas penas eram tingidas com vários pigmentos, incluindo o extraído do pau-brasil, o que chamou a atenção dos aventureiros. Ibirapitanga era o nome dado ao pau-brasil: ibirá, pau e pitãga, vermelho. Sabiam modificar a cor natural das penas dos pássaros vivos sem prejudicar-lhes a saúde. Era comum a prática da depilação, a pintura corporal com o uso do urucum e a tatuagem. Cortavam os cabelos em formato de coroa-de-frade, fazendo-o com o uso de conchas. Usavam colares feitos de dentes de macacos. O mobiliário de cada família era muito reduzido. O elemento mais importante era a rede, confeccionada de palha, tecida com bastante habilidade.

Em regra geral, os Tremembés andavam nus ou seminus, havendo variantes segundo as épocas, em virtude da temperatura ardente e dos ventos que os obrigavam a modificar, também, a estrutura e a disposição de suas casas. Os elementos do vestuário não passavam de tangas para os homens e o

tipói para as mulheres, consistindo numa peça retangular bastante estreita, tecida com a mesma técnica das redes, com a qual cobriam os quadris. Entre as mães, o tipói era suficientemente largo para envolver em parte o corpo e as auxiliava no transporte das crianças. Os cuidados dispensados às crianças, eram deveres de todos, não só dos pais. Os curumins, crianças indígenas, gostavam de imitar o canto dos pássaros. Os meninos, logo cedo, aprendiam a usar o arco, flecha, o arsenal de guerra dos pais. As meninas auxiliavam as índias mais velhas na agricultura, nos afazeres domésticos e na cestaria, que era confeccionada com cipós e timbós, na qual os índios transportavam farinha e alimentos. No samburá, carregavam os produtos da pesca.

A antropofagia ritual consistia na consumação dos restos dos inimigos mortos, principalmente portugueses e tupiniquins, em meio a grandes festas e danças. Acreditavam que as boas qualidades dos prisioneiros passariam para quem os comesse. O Frei André de Thevet descreveu páginas de grande vigor, que mostram de maneira real, a forte impressão que nele produziu o conhecimento de tais práticas: "executavam a vítima como se mata um porco; a porretadas". Ao chegar à aldeia o prisioneiro tinha de falar: - aqui chegou a sua comida. As mulheres raspavam sua sobrancelha e dançavam de alegria. O preso podia ficar no cativeiro por meses. Na véspera do sacrifício, várias aldeias se reuniam para beber o cauim, drinque de milho e mandioca fermentados. Os Tremembés pintavam a testa do prisioneiro e o amarravam pela cintura. O guerreiro dizia: - quero matar você, pois sua gente matou nossos amigos; pulava para trás do preso e dava com a ibirapema na cabeça do cativo, pondo-lhe os miolos para fora. As mulheres arrastavam o morto para uma fogueira e raspavam-lhe toda a pele. Os membros eram comidos pelas mulheres, o cérebro e a língua ficavam com as crianças. Das vísceras era feito um mingau. O ritual se encerrava com honras ao guerreiro-carrasco, que trocava de nome e recebia uma cicatriz feita pelo cacique com o dente de um animal selvagem. Recebia também uma pulseira feita com os lábios do morto. Comiam seus inimigos mortos, pois a terra não era digna de os apodrecer. Outro ritual descrito por Thevet foi o da saudação lacrimosa. À chegada dos homens brancos, os índios recebiam com grandes prantos, expressivos de sua maior alegria. Esta inversão das manifestações chamou a atenção dos europeus.

Os Tremembés usavam flautas feitas de bambus e ossos. O maracá era uma cabaça cheia de grãos ou seixos, instrumento musical usado em rituais e danças ancestrais, entre elas, o torém. Usavam antes de guerra tambores, que faziam de um pedaço de tronco de árvore, cavando por dentro com fogo, e uma espécie de trombeta, que faziam com búzios grandes, furados e engastados em um pau. Acreditavam num ser criador de todas as coisas chamado Moña. Adoravam o deus Tupã, representado pelo sol, relâmpago e no fogo. As estrelas eram mães do fogo e Araci era a aurora. Adoravam Jaci, a lua, Coaraci, o sol, filho de Araci, e outras divindades que protegiam as águas, as florestas e os



Festim antropofágico dos tupinambás, aliados dos franceses que transformavam seus inimigos, os portugueses e os tupiniquins, em iguarias. Gravura de Teodore de Bry. Instituto de estudos brasileiros - USP.

animais. Jaci se dividia em duas outras divindades sob sua subordinação: Cairé, a lua cheia; e Caititi, a lua nova. O Iapuru protegia os pássaros; o Caapora, os animais; o Curupira, as selvas; o Saci-cererê vigiava as vizinhanças das casas; e Mboia guardava as donzelas. Antes de caçar, pescar, plantar ou cortar uma árvore, aconteciam rituais, com pedidos de licença às respectivas divindades. Não caçavam as garças brancas, julgavam-nas ser princesas encantadas. Todas as manifestações religiosas dos índios, seriam para os jesuítas índice da presença demoníaca. Os enfermos eram atendidos por feiticeiros, os quais veneravam. Sepultavam seus mortos em covas redondas e profundas, mas sem urnas - método de enterro direto no solo. A profundidade da cova, a quebra dos braços e pernas do morto garantiam aos Tremembés que o falecido não retornaria para incomodá-los.

Geralmente as mulheres casavam muito cedo. O matrimônio se fazia aos oito ou nove anos, porém as mulheres ficavam na casa dos pais até a puberdade, tendo o marido a obrigação de sustentá-las. O matrimônio era feito mediante luta contra outras tribos ou grupos sociais, ou compra da eleita aos seus pais. A aceitação dos presentes que o pretendente levava, por parte dos pais da noiva, implicava de fato a realização do casamento. Quando o chefe da

taba duvidava da virgindade de uma das donzelas do grupo social, conduzia-a, com oferendas de comida, a alguma ilhota, onde a abandonava, pondo-se a observá-la a grande distância. Se a grande cobra Mboia comesse a donzela e deixasse os presentes, isto era interpretado como indício de que ela já havia perdido a virgindade. Se a grande cobra preferisse a comida, ficava com isso demonstrada a virgindade da moça. Neste caso a serpente cantava suavemente, fazendo adormecer os peixes, e os pais da injuriada podiam realizar grande pescaria.

As principais manifestações de Direito dos Tremembés eram a vingança do sangue, o comunismo alimentar e o respeito às fronteiras. A terra era de todos, o produto do trabalho era dividido entre a comunidade. Não havia ricos, nem pobres. Pero de Magalhães Gândavo em sua História da Província Santa Cruz diz: "Em cada casa desta vivem todos muito conformes, sem haver nunca entre eles nenhuma diferença; antes são tão amigos uns dos outros, que o que é de um é de todos, e sempre de qualquer coisa que um coma por pequena que seja, todos os circunstantes hão de participar dela". A ausência de templos ou pirâmides nos sítios arqueológicos da Serra da Capivara e nos Sambaquis do Litoral do Piauí, como também no resto do Brasil, revela que os povos primitivos brasileiros não tinham qualquer divisão de castas, todos, socialmente, eram iguais.

A lenda do Rio Portinho - a linda jovem Tremembé, Macyrajara, filha de um grande cacique Botocó, senhor das terras do baixo Igarapé, apaixonou-se por Ubitã, um jovem índio de tribo rival. Os dois passaram a se encontrar nas florestas, até serem descobertos pelo grande cacique Botocó, que não concordando com o romance, fez a jovem índia prisioneira numa oca. Após vários dias separado de Macyrajara, o jovem índio perdidamente apaixonado, pediu a Perudá (deus do Amor) que o ajudasse. Foi avisado em sonho, que ela estava feita prisioneira numa oca, guardada por seis índios guerreiros e assim, Ubitã nunca mais voltaria a vê-la. Com o aviso de Perudá, o jovem índio Tremembé tentou libertar sua amada, mas foi mortalmente ferido. Macyrajara desesperada conseguiu fugir, correu até o local onde se encontrava com Ubitã, sentou à margem de um córrego e chorou por dias seguidos. Chovia torrencialmente. Suas lágrimas misturando-se às águas do córrego e da chuva foram transformadas por Perudá, no Rio e na Lagoa do Portinho, onde de tristeza a jovem índia não resistiu. Macyrajara é vista nas terras às margens do Rio e da Lagoa do Portinho, nas noites de lua cheia, trazida por Jaci, onde até hoje procura por Ubitã. Macyrajara protege os casais que por lá namoram. O Rio e a belíssima Lagoa do Portinho unem os municípios de Parnaíba e Luís Correia.

A lenda do Morro Gemedor - Intã, uma índia Tremembé, gostava de passear pela praia e num desses passeios, encontrou desmaiado um naufrago. Apaixonou-se e logo passou a chamá-lo de Irá. Escondeu seu amado numa

tapera, pois sua tribo não aceitaria esse romance. Passaram a viver dias de grande amor. Um dia, distraídos, não perceberam que a invasão das dunas cobria a tapera, soterrando o casal nas areias brancas. Segundo a lenda, Intã continua a gemer nos braços do seu príncipe Irá, quando alguém visita o Morro Gemedor. A grande duna branca fica na Ilha Grande de Santa Isabel, no Delta do Parnaíba.

A lenda da Pedra do Sal - duas tribos disputavam as terras próximas da Praia de Atalaia: os araras e os cariris. Numa noite de luar, na tribo dos cariris, nasceu a mais bela índia das selvas do Brasil, Irajá. Aos 18 anos, tinha quadris e seios salientes, pernas roliças, sua pele era da cor do barro, seus olhos negros como a noite e seu sorriso lindo como o nascer do sol. Muitos guerreiros disputavam seu amor. As guerras continuavam entre as duas tribos. Na tribo dos araras, era chefe o valente índio Ubi, que assumiu ainda jovem o comando de sua tribo, após a morte de seu pai, morto em combate. Tinha cor avermelhada, olhos pretos e cabelos curtos. Exímio nadador, usava o arco e a flecha como ninguém. Certo dia, Irajá saiu logo cedo, antes do sol raiar, a procura de um belo lugar as margens do Rio Igarapé, para o seu banho matinal. Ouvia-se o canto dos pássaros e o barulho das águas. Tudo tão suave que parecia uma música da natureza. Ubi, que também saía cedo a caminhar a beira do rio, logo deparou com a beleza de Irajá, que nadava despreocupada. Ele se apaixonou perdidamente por Irajá. Ubi propôs paz a tribo inimiga e assim, teve permissão para casar-se com a bela índia. Poucos dias antes do casamento, alguns guerreiros cariris caçando próximo à tribo dos araras, por descuido, ao atirarem contra um veado, matam um índio dessa tribo. Foi motivo para o reinício das guerras, que só terminaram com entendimento entre os conselhos das duas tribos, onde a paz seria firmada, após a morte de Irajá e Ubi. Assim sendo, ambos foram amarrados num tronco, rodeados de galhos secos, para serem queimados vivos. Na hora prevista para o sacrifício, o Grande Conselho recebe aviso dos Pajés, que Tupã não aprovava a morte dos jovens índios. Com a luz de um raio e o estrondo de um trovão, choveu torrencialmente. Ao término da tempestade, no céu foi visto uma grande estrela que apontava para a Ilha Grande. Os Pajés recomendaram que as duas tribos seguissem rumo ao local indicado pela estrela e acampassem em paz, pois ali era um paraíso. Ao iniciar a caminhada, os índios perceberam que a estrela caía e assim, ao chegarem no local encontraram na praia as pedras que antes formavam a bela estrela. Logo depois, a paz foi reafirmada e Ubi assume o comando das tribos. O chefe índio traçou, na areia, a disposição de cada oca, para que a taba tivesse a frente para o mar. Cercados de muita paixão, Ubi e Irajá casaram-se e foram felizes. Nas noites de luar, amavam-se sobre os rochedos da bela praia. Daí dizerem, que os noivos escolhem sempre a encantada Pedra do Sal, para passar a lua-de-mel e reviverem o amor de Irajá e Ubi.

Segundo um grande feiticeiro, Macachera (deus que ajudava os guerreiros) trouxe para os índios duas espadas, uma de madeira e a outra de material brilhante (metal). Como a de material brilhante conduzia calor e raio (eletricidade), os índios ficaram temerosos com Tupã e escolheram como arma a espada de madeira, material por eles conhecido. Mas, o homem branco ficou com a espada de metal. Assim, nas lutas entre os índios e os invasores brancos, esses levaram vantagem, a espada de madeira quebrava-se.

Quanto à documentação existente a respeito dos índios do Piauí, trata-se de ofícios de autoridades locais, denunciando ao Governador ou à Corte, os perigos, ameaças ou ações violentas de grupos indígenas. Era evidenciado nestes ofícios, que o índio era problema ou entrave à conquista e ocupação dos territórios. Não interessava a quem escrevia relatar a vida, o costume e a cultura de tal elemento indesejado.

No seu Tratado Descritivo do Brasil, de 1587, Gabriel Soares de Sousa escreveu: “na baía do Ano Bom entram navios da costa e tem muito boa colheita, a qual baía tem grande baixo: no meio e dentro dele se vem meter no mar o Rio Grande dos Tapuias, e se navega em grande espaço pela terra dentro e vem de muito longe; o qual se chama dos Tapuias por eles virem por abaixo em canoas a mariscar ao mar desta baía, onde entram e surgem caravelões da costa”. Com a entrada destes caravelões, os índios passaram a chamar o rio da baía mais a leste do Delta do Rio Parnaíba de - Igaracú, que significa rio de canoas grandes.

Em 1618, a mando de Jerônimo de Albuquerque, Governador do Maranhão, os Tremembés foram atacados por seu filho Martins de Albuquerque. A mando de Jerônimo de Albuquerque, foi construída no entroncamento do braço do Igaracú com o Parnaíba, a Casa Forte de Piriá, que servia de base para as investidas do Governador do Maranhão contra os índios da região. Em 1679, os índios do Norte do Piauí foram massacrados por Vidal Maciel Parente, a mando do Governador do Maranhão, Inácio Coelho da Silva. Quando em viagem de Portugal para São Luís, sua nau ao passar pelo litoral dos Tremembés, esteve a pique de ser capturada pelos índios. Na Capital maranhense Inácio Coelho organizou uma forte expedição para combater os Tremembés. O Governador escreve ao Príncipe Regente de Portugal, Pedro II: “Tendo feito marchar de São Luís uma expedição composta de trinta canoas e uma barca grande, com 140 soldados e 470 índios, sob o comando de Vidal Maciel Parente, surpreenderam os Tremembés descuidados, e foi tal o furor dos assaltantes que não perdoaram o sexo nem a idade. Os índios aliados, travando das crianças pelos pés, matavam-nas cruelmente dando-lhes com as cabezinhas pelos troncos das árvores; e de uma maloca de mais de 300, só escaparam 37 inocentes”. Bernardo Pereira Berreto em seu Anais histórico do Estado do Maranhão, descreve sobre a incursão de Vidal Maciel Parente contra os Tremembés: “foi para atalhar a comunicação de alguns navios estrangeiros,

que buscavam os mesmos tapuias pelos interesses de muito âmbar, preciosas madeiras, em que entrava o célebre violeta (pau-brasil), de que havia abundância naquele tempo, muito nas vizinhanças da mesma costa”.

Sobre os costumes dos Tremembés, escreveu Vital Maciel Parente, em 1679: “Sendo todos os índios americanos grandes nadadores, são esses entre todos eles os mais insignes; porque sem outra embarcação, que a dos próprios braços, e quando muito um pequeno remo, além de atravessarem muitas léguas de água, se conservam também debaixo dela por largos livres de receio; e aproveitando-se naquele tempo desta habilidade os documentos bárbaros da sua fereza, se algum navio, dos que navegam para o Maranhão, dava fundo na costa (como se faz sempre preciso para montar melhor a coroa grande, baixo muito perigoso) empenhavam todas diligências no silêncio da noite, por lhe picar a amarra, para que buscando, como buscava logo, o fatal naufrágio nas vizinhanças de sua vivenda, não só se servisse à sua ambição nesta infame vitória dos despojos da carga, mas também das vidas inocentes dos pobres naufragos, a brutalidade de sua gula”.

Em 1697, o padre Miguel de Carvalho escreve Descrição do Sertão do Piauí, enviada ao Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco, e narra: “Estes rios estão ao sertão povoados de muitos Tapuias bravos valentes e guerreiros, entre os quais se acham alguns que se governam com alguma rústica política, tendo entre si Rei e chamando a seus distritos reinos.../...os Tremembés - moram junto à barra do Parnaíba, têm pazes com os brancos”.

Os verdadeiros donos da terra passaram de incomodados a figuras a serem expulsas pelos portugueses, para dar o seu lugar ao curraleiro, ao bô e ao negro africano escravizado. Não deram, nem venderam sua linda terra, de praias e campos cheios de muita vida. Lutaram contra os invasores, mas ingloriamente. No início do século XVIII, muitas tribos indígenas da Capitania de São José tinham migrado para escapar da morte e da escravidão, outras já haviam sido extintas.

Nem todas as tribos indígenas, entretanto, desapareceram com os choques armados dos brancos, devido à escravidão ou pela luta da terra. Um grande número de indígenas desapareceu devido à introdução, entre eles, de doenças trazidas pelos europeus, como a gripe, sarampo, catapora, pneumonia, varíola, tuberculose e até a cárie dentária, para as quais os índios não tinham nenhuma resistência. Já no século XVI, o impacto dessas epidemias tinha dizimado grandes populações de nativos.

Por volta de 1730, viveram os últimos Tremembés do Delta do rio Parnaíba, aldeados na Ilha dos Cajueiros (Caju), com carta sesmarial conseguida pelo padre João Tavares, a pedido dos próprios índios, que já não tinham para onde ir. O padre João Tavares era Jesuíta e muito trabalhou na defesa dos Tremembés. Mas, a invasão da Ilha dos Cajueiros pelos irmãos Lopes, sacrificou de vez a existência dos peixes racionais. No século XIX, os

índios não mais faziam parte da paisagem do Norte do Piauí. Mas, ao índio brasileiro com sua língua nheengatu (língua geral dos tupis) devemos o ingresso no léxico do nosso idioma, de numerosos substantivos, adjetivos e verbos. Herdamos costumes, o descansar em redes, o sentar de cócoras, hábitos alimentares, a cor acobreada que fez o caboclo brasileiro, a alegria da dança e o valor à liberdade.

Acertadamente, o médico barrense J. Coriolano de Carvalho afirma no Almanaque da Parnaíba, 1947: “esses valentes Tremembés bem mereciam um obelisco do povo parnaibano, como homenagem aos seus antepassados, que se sacrificaram pela liberdade de viver”.

Denominações do Rio Parnaíba:

Santa Maria de La Mar Dulce - por Vicente Yáñez Pinzón, achando grande seu volume de água (1500).

Rio do Meio - braço que deságua entre a Ilha dos Poldros e das Canárias, Nicolau de Rezende (1571).

Ano Bom - braço da baía de Tutóia, Nicolau de Rezende (1571).

Rio Grande dos Tapuias - pelos jesuítas (1587).

Pará - rio volumoso, por Diogo de Campos Moreno (1614).

Parauaçu - por Bento Maciel Parente (1626).

Punaré - rato de cor ocre, pela cor parda de suas águas, nome dado pelo Frei Vicente do Salvador (1627).

Paraguaçu - pelo Pe. Antônio Vieira, oficial por muito tempo (1677).

Rio das Garças - por Cândido Mendes (1874).

Parnaíba - cidade natal de Domingos Jorge Velho, antes Parnaíba e hoje Santana de Parnaíba-SP, ou do tupi - paraná, grande; i, água; e ba, que corre. Também, rio pouco navegável.

A Capitania de São José do Piauí

Capítulo II

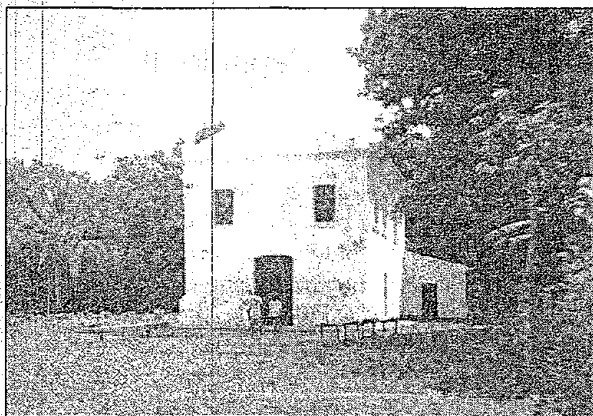


Piauí não tem, como outros Estados, um marco que determine seu descobrimento. Ao sobreviver a um naufrágio em 1571, chega à região do Delta do Parnaíba, Nicolau de Rezende e seus companheiros. Permanecendo entre os índios Tremembés, foram os primeiros visitantes brancos a ocupar o solo piauiense. Nicolau de Rezende perde um tesouro de toneladas de ouro, que

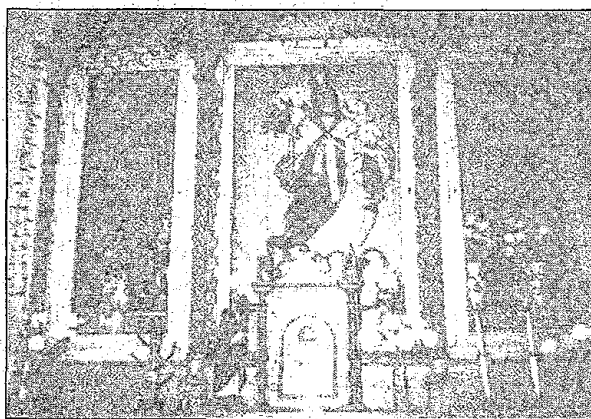
tentou, durante 16 anos, resgatar do fundo do mar, sem sucesso. Perdeu seu ouro, mas descobriu outro tesouro: o Delta do Parnaíba. Outro marco da presença do europeu no Norte do Piauí é a Capela de Nossa Senhora do Rosário, no povoado Frecheira da Lama, hoje município de Cocal, antes, termo da Vila de São João da Parnaíba. Provavelmente, construída por sacerdotes com auxílio dos índios, é datada de 1619, possuindo o estilo das capelas jesuíticas da era colonial.

No início, no século XVII, as terras da Capitania do Piauí pertenciam a João de Barros e seus sócios Aires da Cunha e Fernão Álvares de Andrade. Em uma petição ao Rei de Portugal, João de Barros refere-se à constância dos franceses no litoral do Piauí: “é necessário mandar povoar esta capitania antes que os franceses a povoem os quais todos os anos vão a ela carregar Brasil por ser melhor pau de toda costa. E fazem já casas de pedra...”. João de Barros nos dá, neste documento, importante informação, ao afirmar que já fazem casa de pedra. Couberam, também, a João de Barros, Aires da Cunha e Fernão Álvares de Andrade, as terras do Maranhão. Para o conhecimento dessas terras, preparou João de Barros, de parceria com os seus sócios, expedição com

grande frota composta de dez caravelas e mais de mil homens, que passaram pelo litoral do Piauí rumo ao Maranhão. Essa expedição teve o comando de Aires da Cunha, que ao chegar na baía de São Luís, morreu com o naufrágio de sua nau capitânia. Os Tremembés receberam os adventícios sem hostilidades. Esses vieram à procura de ouro e deixaram com os índios seus costumes. Muitos anos depois, conquistadores aqui encontraram índios estranhos, ostentando espessas barbas e se apresentando com nomes portugueses. É o caso do cacique Tremembé Manoel Miguel, que recebeu a posse da Ilha do Caju, em 21 de abril de 1727, aldeamento desaparecido com a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1758.



Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Frecheira da Lama, antigo termo da Villa de São João da Parnahyba, hoje, cidade de Cocal. É o templo católico mais antigo do Piauí, datado de 1619.



Altar-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Frecheira da Lama.

No dia 8 de outubro de 1612, depois do desembarque da expedição francesa na Ilha do Maranhão sob o comando de La Ravardière, realizou-se cerimônia que solenizou a fundação da França Equinocial, com a implantação

da cruz na esplanada onde se construiu o forte destinado à defesa da nova Colônia. Foi criado um povoado com o nome de São Luís, em honra do Rei francês Luís XIII. Portugal inicia campanha para expulsão dos franceses com Diogo Campos Moreno, que passa pelo Delta do Parnaíba, desenha mapas da costa para o seu "Livro que dá razão do Estado do Brasil". Diogo e seu sobrinho, Martim Soares Moreno, instalam um reduto na região do Delta, ponto de reunião dos reforços que lhes mandava o Governador Geral Gaspar de Sousa. Martim Soares Moreno ficou imortalizado no romance Iracema, de José de Alencar. Mas, coube a Jerônimo de Albuquerque, vindo de Pernambuco, com 4 navios e 100 homens, a expulsão dos franceses do Maranhão, em batalha decisiva no dia 19 de novembro de 1614. Em 3 de novembro de 1615, os franceses entregam a cidade de São Luís para os portugueses. Para essa campanha, Jerônimo de Albuquerque fundou um reduto em lugar que depois deu origem à cidade de Camocim-CE, chamado Forte de Nossa Senhora do Rosário. Em toda essa movimentação, os Tremembés estiveram envolvidos.

Em 1635, as terras do Piauí passaram à jurisdição da Capitania de Pernambuco. Em 1656, André Vidal de Negreiros parte do Maranhão, em viagem para Pernambuco, passa pelo litoral do Piauí, captura alguns Tremembés, que os usa como auxiliares em sua expedição.

Por volta de 1661, parte do Piauí esteve sob o domínio de Domingos Jorge Velho coadjuvado por Domingos Afonso Mafrense, que chegou aqui pelo sertão com intenção de capturar, disciplinar e escravizar os índios para desenvolver a criação de gado, chegando a instalar cerca de cinquenta fazendas. Alguns historiadores discordam e negam a presença de Domingos Jorge Velho no Piauí, como Francisco Adolfo Varnhagem e José Martins Pereira de Alencastre. Já Mafrense em seu testamento narra: "...sou senhor das terras que pedi no Piauí, com o coronel Francisco Dias D'Ávila e seus irmãos, as quais descobri e provei com grande risco de minha pessoa". Com nativos bravos e guerreiros, a Capitania do Piauí se tornou até às vésperas da Independência do Brasil, um território de constantes guerras entre os índios e os colonizadores. A extrema violência e crueldade desses vaqueiros fizeram com que as tribos indígenas do Piauí desaparecessem.

Rica em sua hidrografia, com bons pastos de ótima forrageira - o capim mimoso, a Capitania de São José serviu desde o início às fazendas de gado bovino, que logo se multiplicaram, tornando-se instrumento de povoamento, cristalizando-se toda sua vida sócio-econômica nesta atividade. A produtividade das fazendas dependia do tipo de pasto oferecido ao gado. Do pasto do Piauí, escreveu Pereira de Alencastre: "nas fazendas de pasto agreste 300 vacas produzem 130 bezerros, sendo que as que parem em um ano descansam no ano seguinte; nas fazendas chamadas de mimoso, em que o pasto é bastante succulento, 300 vacas produzem 250 bezerros anualmente, isto

é, sem interrupção”.

No Sul da Capitania de São José, o povoamento se deu através dos rios São Francisco, Piauí, Canindé e Parnaíba, onde essas terras eram conhecidas como Sertão dos Rodelas (índios rodeleiros, que usavam nas guerras um escudo redondo feito de madeira) e fazia parte dos Sertões de Dentro, que partindo de Salvador chegavam até Aldeias Altas, hoje, cidade de Caxias, no Maranhão. Já os caminhos mais próximos do litoral, de Salvador até São Luís, passando pelo Norte do Piauí, marcavam os Sertões de Fora. No início, o Piauí recebeu a denominação de Piagüí, dada pelos índios e mais tarde, Piagoí. Depois ficou, finalmente, conhecido por Piauí, que quer dizer rio dos peixes piaus.

A implantação destas fazendas teve início no século XVII, tornando a Capitania de São José o mais importante criatório de gado bovino do Brasil-Colônia, tendo o vaqueiro como administrador destas propriedades. Na verdade, eram posseiros que viviam em constantes lutas com os senhores da Casa da Torre dos Dias D'Ávila, Tatuapara, Bahia, de quem Mafrense era preposto. Tudo indica, que o criatório, além de ser uma atividade a que o indígena se adaptava, era especialmente atrativo para os colonos sem capital.

No ano de 1674, os censos antigos informam que existiam cerca de 30 fazendas de gado no Piauí. Antes da Independência do Brasil, em 1818, já se contavam 2460. Todas as Vilas observaram um crescimento do número de estabelecimentos rurais. Já a Capital, Oeiras, passou por um processo de concentração fundiária e teve o número de fazendas diminuído.

Em 1701, o Rei de Portugal, Dom Pedro II, proíbe a criação de gado a menos de dez léguas do litoral. Como não havia arame para cercas, o gado invadia propriedades canavieiras e isso era motivo de constantes atritos entre pecuaristas e agricultores. Sucessivas leis acabaram proibindo que se criasse gado junto às plantações de cana-de-açúcar. Motivados pela força dessas leis, os criadores de gado chegaram ao Piauí. A atividade da lavoura de cana e a pecuária bovina eram complementares. O boi servia de alimento, força de tração, para produção de couro, mas, paradoxalmente, a cana e o gado não podiam conviver juntos. Essas leis contribuíram para acelerar a ocupação dos sertões.

Foi no decorrer do século XVIII que Portugal se empenhou para implantar a etapa colonialista no Piauí. Porém, no início, o quadro social era bastante tumultuado. O Piauí era abrigo para fugitivos e degredados vindos de outras Capitanias. O Ouvidor Durão narra: “Os criminosos, os insolentes e os falidos buscavam de tropel estas ribeiras e suas brenhas, não tanto para seu aumento quanto para nelas ocultarem com segurança as maldades e desregramentos, firmes estabelecidos com a mudança de nome e de território. Vinham os pretos parte em cativeiro, parte fugitivos das mais comarcas, e todos se viram a misturar e confundir, formando um só povo de nações tão diversas

em que sempre se respira serem os mesmos vícios de cada uma delas realçada. O perjúrio, os homicídios, a infidelidade, a vingança, a traição e a imodéstia são as paixões dominantes. As negociações, manufaturas, tráficos e mais modos de florescer qualquer estado, se reduzem aqui a desprezar tudo o que é ofício e trabalho, vivendo unicamente dos gados e cavalos, que os campos criam, dos frutos que o mato produz e de um pouco de mandioca que amestradamente plantam”. O Governador do Maranhão, João da Maia Gama, em seu Diário da Viagem, escrito em 1728, diz que: “a Casa da Torre escolhe para seus procuradores no Piauí, os mais poderosos, mais facinorosos, e mais temidos para impor tirania”. De passagem pelo Piauí escreveu ao Rei de Portugal: “...tenho eu corrido todos os domínios de V.Magede. em Portugal, Índia e Brasil me pusesse que não achei em parte alguma ahonde os vassallos de V.Magede. experimentasse de outro vassallo mais violências nem matéria mais digna da real atenção de V.Magede.”. Para a fundação da Vila da Moucha, vieram de Portugal trezentos degredados. Para a época não foi pequeno o número de malfetores lançado no amálgama étnico piauiense.

Pela provisão de 18 de março de 1722, foi criado o cargo de Ouvidor-Geral da Capitania do Piauí, ficando a Ouvidoria sujeita ao Tribunal da Relação da Bahia, até 1823 e depois ao do Maranhão até 1833, quando o cargo foi extinto.

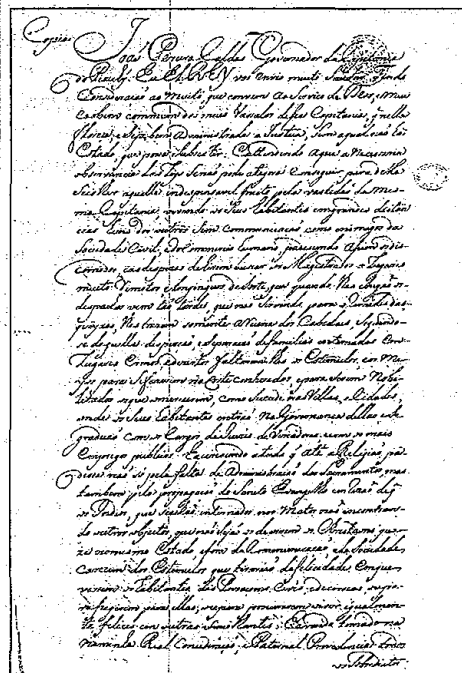
As terras piauienses, de 1635 até 1714, pertenciam à jurisdição, ora de Pernambuco, ora da Bahia. Por Ato Régio, em 1715, passaram à jurisdição do Maranhão e Grão Pará. Em 1718, um alvará assinado pelo Rei de Portugal, Dom João V, desmembrou as terras do Piauí das do Maranhão e Grão Pará, tornando-as independentes da administração sediada em Belém. Mas, foi o Rei Dom José I que determinou o cumprimento deste alvará com a Carta Régia de 29 de julho de 1758 e elevou o Piauí à condição de Capitania independente, permanecendo, porém, alguns vínculos com o Maranhão. Sua invocação a São José foi homenagem ao então Rei de Portugal.

Em 1759, os Jesuítas foram expulsos de Portugal e suas Colônias pelo Marquês de Pombal, que julgou os padres traidores do Rei Dom José I. Criada pelo padre espanhol, Inácio de Loiola, no ano de 1534, em Roma, e em Portugal no ano de 1540, por Dom João III, com votos de pobreza, castidade, ação missionária e completa obediência ao Papa, a Companhia de Jesus teve quase sempre suas ações desviadas de seus princípios básicos. Em 20 de julho de 1759, o Rei escreve para João Pereira Caldas, que se encontrava em Belém. Fala sobre a Capitania do Piauí e narra: “os jesuítas, tanto mais detestáveis, quantos obravam toda sorte de arbítrios sob a capa da religião, de posse de uma grande fortuna, e por isso poderosos na capitania, gozando de grandes privilégios, que os reis imprudentemente lhes haviam concedido, eram os verdadeiros senhores da situação, eram a verdadeira justiça, decidiam de todos os pleitos, intervinham em todos os negócios, punham em antagonismo o povo com a autoridade, e indispunham os índios, sobre quem tinham muito poder e

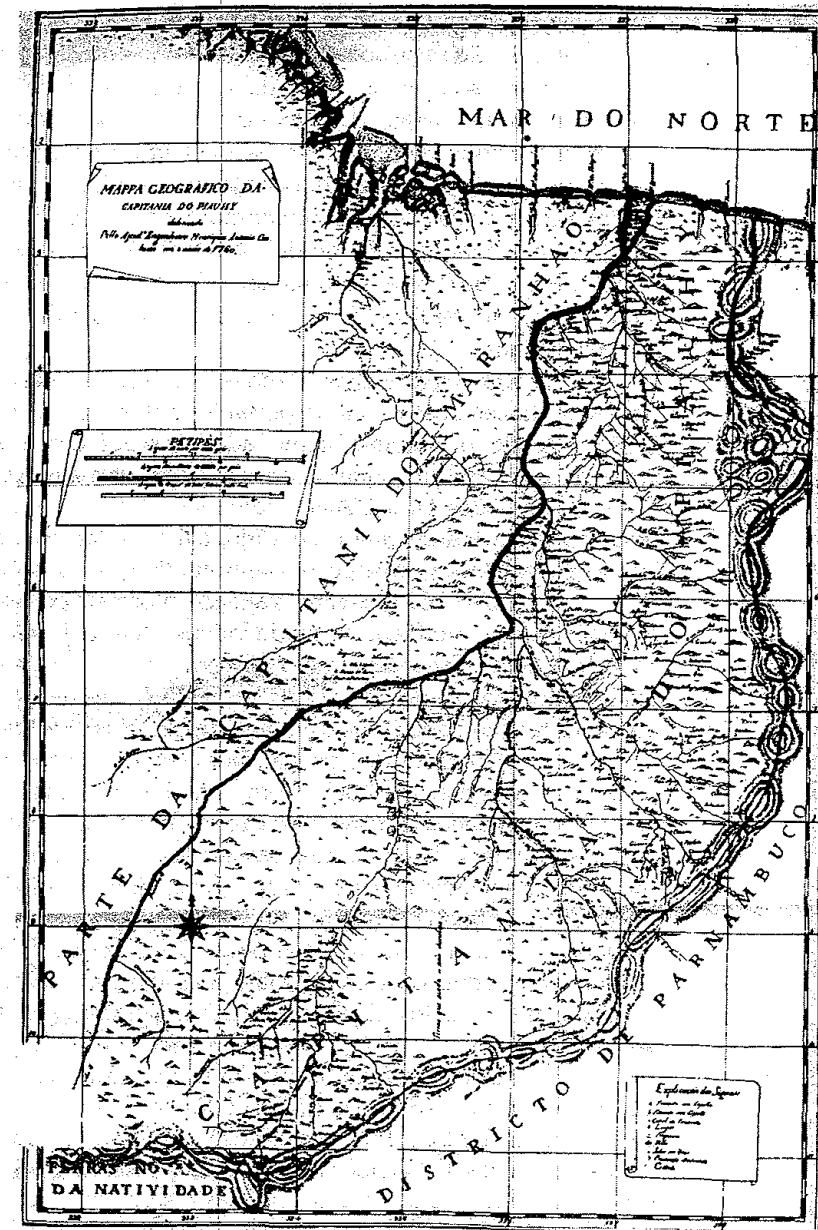
mando, contra os povoadores, ninguém ousava contrariá-los”.

Em 20 de setembro de 1759, toma posse no Governo da Capitania de São José, João Pereira Caldas, nomeado por Decreto de 31 de julho de 1759, com o posto de Coronel de Cavalaria. Tratou de apressar a conclusão do seqüestro dos bens dos Jesuítas e expulsá-los do Piauí. Da Vila de São João da Parnaíba foram expulsos dois padres, que presos foram remetidos na companhia do Pe. João Tavares para São Luís, Maranhão.

Em 19 de julho de 1761, o Governador Pereira Caldas eleva a Vila da Moucha, antiga Fazenda Cabrobó, à categoria de Cidade e Capital da Capitania de São José do Piauí, recebendo o nome de Oeiras, em homenagem a Oeiras, Portugal, cidade natal do Marquês de Pombal, Ministro de Dom José I. Em 13 de junho de 1762, Pereira Caldas dá início à instalação das Vilas, autorizadas por Dom José I em 19 de junho de 1761, com o objetivo de satisfazer as imposições do fisco e policiamento, sendo instaladas: Parnaguá, em 13.6.1762; Jerumenha, em 22.6.1762; Campo Maior, em 8.8.1762; Parnaíba, em 18.8.1762; Marvão, em 13.9.1762; e Valença, em 20.9.1762. Para incentivar a povoação das Vilas o Rei Dom José I concede favores e honrarias aos que habitassem nas sedes: não pagariam quaisquer tributos pelo espaço de 12 anos, o que não seduziu os vaqueiros que, na maioria das Vilas, permaneceram nas caatingas e chapadas. Pereira Caldas promoveu o primeiro recenseamento da Capitania em 1762.



Cópia parcial da Carta Régia do Rei de Portugal, Dom José I ao Governador da Capitania de São José do Piauí, João Pereira Caldas, ordenando a criação das Vilas e elevando a Vila da Moucha a ser a Capital. É datada de 19 de junho de 1761, escrita no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda. Arquivo Ultramarino, Lisboa, Portugal.



Mapa do engenheiro Galuzze, 1760. Mostra do território do Piauí bem maior que o atual.

Sendo o criatório de gado bovino, a Capitania de São José passou a ter o boi como referência, inclusive como moeda de troca. Um boi gordo pesava entre nove e doze arrobas, chegando a valer em 1762, aproximadamente, 200 réis a arroba nos mercados da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. No mercado interno, devido à grande oferta, o boi tinha baixa cotação. Em 1762, com uma vaca gorda, era possível comprar cinco galinhas, ou cinco patos, ou dois perus. Uma porta de madeira de uma casa era equivalente ao valor de duas vacas, o mesmo que cobrava um alfaiate para fazer um vestido. Já nas outras Capitânicas, serviam de moeda, o açúcar, o cacau, o cravo, o tabaco e o pano de algodão, este último, em rolos de pano ou novelos de fio.

Até os meados do século XVIII, o gado piauiense era comercializado, principalmente, na Bahia e Pernambuco. A partir daí, surgiu uma outra alternativa, quando João Paulo Diniz, negociante da Vila de São João da Parnaíba, abriu um novo caminho com suas charqueadas, que exportava para Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão e Pará.

Entre os subprodutos da pecuária destacava-se o couro. O método de processamento era bastante singular, caracterizado pelo uso da casca do angico, árvore nativa do Piauí, circunstância que fazia da sola piauiense a melhor produzida em toda a Colônia. Com essa matéria prima em abundância, no Piauí quase tudo era construído com a presença do couro. Com os constantes ataques dos índios, os tripulantes das embarcações, utilizavam o couro em redor dos barcos, pondo-lhe na proa algo que chamasse a atenção dos índios. Além dessa proteção, os tripulantes colocavam na embarcação um caboclo de pau, em que prendiam duas cordas, uma em cada lado do busto, fazendo-o girar sobre um suporte de madeira, atraindo a atenção dos índios, que atiravam flechas, julgando estarem flechando o piloto do barco.

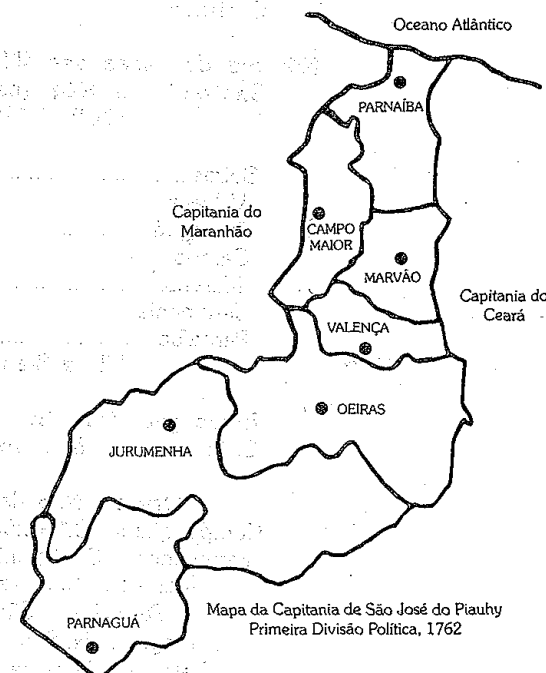
A estrutura da economia colonial piauiense tinha como suporte a pecuária, a agricultura de subsistência, a grande propriedade e o trabalho escravo. Aos escravos competia a construção e manutenção da infra-estrutura como casas, currais e roças. Nos documentos do período colonial, o negro era tratado como mercadoria ou peça de trabalho. As Vilas tinham como construções iniciais o pelourinho, capelas ou igrejas, sempre criadas sob a invocação de um santo católico. O pelourinho fincado era indicativo de que o poder fluía do Rei e de que a lei do Reino deveria suplantir qualquer outra. Era também instalada a força que, como o pelourinho, tinha gravado na sua estrutura o brasão de armas português. Enquanto a França usava o cruzeiro como indicativo de seu poder, os portugueses demonstravam sua crueldade na instalação do pelourinho e da força.

Como nas demais regiões brasileiras, no Piauí, a ação colonizadora de Portugal teve como apoio a distribuição de terras pelo sistema sesmarial, criando-se grandes latifúndios. Somente no ano da Independência (1822) este

sistema é abolido, passando ao regime de posse. Senhor da terra, o dono da sesmaria situava fazendas a suas custas. Essas fazendas davam origem a povoados que, com a construção de capelas ou igrejas recebiam os fregueses e o local tornava-se, então, uma Freguesia, onde a monotonia era interrompida com as festas religiosas. As primeiras sesmarias concedidas no Piauí, abrangiam dez léguas em quatro para cada um, ou seja, uma área de 360000 hectares. Somente as concessões para Mafrense, totalizaram 5,7% do território piauiense. Essa concentração de terras, foi pressuposto básico para criação extensiva do gado bovino. O absenteísmo, a ausência do proprietário na sesmaria, geralmente, moradores de Olinda e Salvador, deu lugar aos posseiros e arrendatários que vitoriosos constituíram as oligarquias piauienses. A luta pela posse da terra gerou conflitos freqüentes e duradouros.

Com a criação da Capitania de São José, o Piauí deu início à instalação do Governo local, quando se iniciou o momento da adequação da ordem social aos parâmetros institucionais do sistema colonial e da consolidação do caráter sócio-político da elite local.

Em 1762, a população do Piauí era de 12.744 habitantes e no ano de 1822 se aproximava aos 100.000, mas toda a estrutura da sociedade colonial piauiense teve sua base fora dos meios urbanos.



Mapa da Capitania de São José do Piauí
Primeira Divisão Política, 1762

Área da Capital, Vilas e da Capitania de São José do Piauí (Km²) - 1762

Jerumenha	76455
Oeiras	53513
Parnaguá.....	49526
Campo Maior	28022
Parnaíba.....	16224
Valença	13718
Marvão.....	13476
Capitania	250934

População da Capital, Vilas e da Capitania de São José do Piauí - 1762

Oeiras.....	5700
Campo Maior	3071
Parnaíba.....	2694
Valença	2536
Parnaguá.....	2433
Jerumenha	1531
Marvão.....	1326
Capitania	19191

Número de casas das Vilas e Capital da Capitania de São José do Piauí 1762 / 1772

Oeiras.....	270 / 157
Valença	39 / 9
Parnaguá.....	34 / 29
Campo Maior	31 / 79
Marvão.....	19 / 3
Jerumenha	16 / 5
Parnaíba.....	4 / 78

* Testa Branca

Invocação das Vilas e Capital da Capitania de São José do Piauí

Oeiras, N. S. da Vitória
 Campo Maior, Stº Antônio do Surubim
 Jerumenha, Stº Antônio do Gurguéia
 Marvão, N. S. do Desterro
 Parnaíba, São João
 Parnaguá, N. S. do Livramento
 Valença, N. S. da Conceição

Até a primeira metade do século XVIII, os conquistadores detinham o poder no Piauí. Com a chegada das autoridades portuguesas, o conflito de interesses se inicia, pois a Capitania se encontrava em poder de pequenos grupos de ricos senhores, na realidade posseiros que constituíram fortuna com suas grandes fazendas, arvorando-se na prerrogativa arbitrária de criarem suas próprias leis. Após a instalação da Capitania de São José do Piauí, o governo nomeou como funcionários os abastados fazendeiros. Essas autoridades passaram a ter poder de controle sobre os mecanismos de dominação, empenhando-se em utilizar a máquina administrativa para garantir uma política que atendesse a seus interesses. Através de medidas práticas, a Coroa empenhou-se em dirimir as injustiças sociais e o arbítrio: A hostilidade e a rebeldia das pessoas de maior prestígio na sociedade piauiense foram materializadas, em particular, na rejeição do quadro administrativo. Elas ignoravam os privilégios e as concessões reais atribuídas aos ocupantes de cargos e funções públicas, contrariando as expectativas dos Governadores. *Pereira Caldas declarou-se constrangido em convidar "esses brutos para se candidatarem aos postos que o rei ou ela queria honrar".*

Segundo Odilon Nunes, cada fazendeiro representava um poder, e geralmente, estava vinculado àquela oligarquia por laços de interesses comuns. João do Rego Castelo Branco e Luís Carlos de Abreu Bacelar foram personificações de potentes. Na devassa que se fazia em torno do assassinato de dezenas de índios, cujas cabeças foram exibidas em postes em São Gonçalo do Amarante, João do Rego procura o Juiz, para lhe dizer que não criminasse ninguém, porque ele mesmo era autor da sangueira, como mandante, por entender que o podia fazer. Dom João Amorim Pereira, comentando o fato, diz que o potente agira como se fora homem inacessível às justiças de Sua Majestade e que não conhecia superioridade alguma.

Distribuição das fazendas da capitania de São José do Piauí - 1772 / 1818

Distritos	Número de fazendas
Oeiras.....	285 / 167
Campo Maior	140 / 670
Parnaíba.....	126 / 268
Jerumenha	115 / 339
Valença	104 / 459
Marvão	89 / 283
Parnaguá.....	77 / 274

De 1º de janeiro de 1775 a 12 de dezembro de 1797, a Capitania de São José foi governada por Juntas, que levaram o Piauí a vinte e dois anos de paralisação e atraso. Fazia-se, apenas, impiedosa e cruel guerra contra os índios, não realizaram nenhuma obra administrativa relevante. Essas Juntas eram formadas pelo Ouvidor da Comarca do Piauí, pelo Vereador mais velho de Oeiras e pelo militar de maior patente residente na Capital.

O confronto entre os governadores e estas autoridades foi constante até a data da Independência do Brasil, caracterizado esse período pela

anarquia. Durante o período colonial, estas oligarquias obstaculizaram as administrações sem poupar a pessoa do Governador. Nas últimas décadas do século XVIII e nas iniciais do século seguinte, eram constantes as denúncias de depredações do patrimônio do fisco. Inexistia partidário político, havia um grupo que dominava a Capitania do Piauí tiranicamente.

A autonomia política das oligarquias piauienses, toleradas pela Coroa, não ia de encontro aos interesses de Portugal, não se constituía em ameaça à dominação lusa. Mesmo nos anos que antecederam a Independência do Brasil, a quase totalidade dos habitantes da Capitania de São José, inclusive os donos do poder local, não questionavam o relacionamento Brasil-Portugal, não estando, conseqüentemente, engajados no movimento em prol das idéias liberais. Ninguém falava em pátria, apenas um grupo de pessoas com influência no Norte da Capitania era sensível a esta questão.

No período colonial, as corporações militares inspiravam nobreza a seus membros. As patentes traduziam-se em poder e prestígio pessoais que se estendiam aos parentes dos investidos. Os Governadores da Capitania de São José foram todos de origem portuguesa e enfrentaram acirrada oposição dos senhores do Piauí. Naquele labirinto de caminhos errados, o Piauí provava o atraso e a estagnação.

Por Decreto de 26 de setembro de 1811 e Carta Régia de Dom João VI datada de 10 de outubro do mesmo ano, se dá a independência total e definitiva da Capitania do Piauí, separando-a da do Maranhão, constituindo-a em unidade política autônoma.

Antes da Independência do Brasil, somente Oeiras, Parnaíba e Campo Maior possuíam escolas de primeiras letras, que não tiveram continuidade. Em Parnaíba, era regente da Cadeira de Latim o Padre Freitas. Desde Pereira Caldas, os Governadores reclamavam das condições sociais da Capital. Apesar de situada em ponto equidistante do território piauiense e de ser o centro das decisões político-administrativas da Capitania, até o final do século XVIII, Oeiras não se caracterizava como centro urbano, além de situar-se longe do Rio Parnaíba, corredor das comunicações. Pereira Caldas manifestou-se: "Campo Maior é mais capaz de ser cidade, que esta de Oeiras, que fica numa cafuno". O Ouvidor Antônio Maria de Moraes Durão, também, se manifestou: "não tem relógio, casa de câmara, cadeia, açougue, ferreiro ou outra oficina pública. Serve de câmara uma casa de barro. É térrea até o próprio palácio do governo. Tudo mais são nomes supostos; o de cidade, verdadeiramente, só goza o nome". João da Maia Gama registra no seu Diário da Viagem: "falta de tudo, ainda que hoje se acham todas as drogas e cousas comestíveis do Reino, mas com preços caros por virem do Maranhão em cargas já delas carregados com duzentos e trezentos por cento de abono pelo dinheiro do Maranhão". Francisco Xavier Machado em sua Memória Relativa à Capitania do Piauí e Maranhão, escrita em 1810, diz: "é esta cidade verdadeiramente uma pequena

aldeia, sem forma, sem ordem...". A feição citadina de Oeiras só veio a surgir no século XIX. No Brasil-Colônia, a facilidade de comunicação do litoral, com seus portos marítimos naturais, fez com que esta região prosperasse mais cedo. Daí porque, foi no litoral da antiga Capitania que se desenvolveram atividades econômicas de relevo. Em 19 de dezembro de 1815, Dom João VI eleva o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves (região Sul de Portugal). Com isso, as Capitânias passaram a ser chamadas de Províncias.

Em meados de 1822, o Deputado pelo Piauí nas Cortes de Lisboa, Miguel de Sousa Borges Leal Castello Branco, propõe a divisão da Comarca do Piauí, criando-se outra tendo por termo os Distritos das Vilas de Parnaíba, Campo Maior e Marvão. Com as agitações já em prol da Independência do Brasil, o projeto não foi adiante. Foi a primeira tentativa de se dividir o Piauí.

Em decorrência da presença dos nativos guerreiros, os Tremembés, as informações sobre, principalmente, o Norte da Capitania do Piauí ficaram prejudicadas, como descreve Jozé Pedro Cezar de Menezes, auxiliar de Galuzze, em 1761: "...quando levantou esta capitania estava quase despovoada, e so ocupada por imenças naçoens selvagens, elle não pode por isto correla e atirou so da cidade de Oeiras sua capital e se contentou de lhe dar a sua configuração, e direção, dando a tãobem aos rios, regulando-se para isto pelas informações falças que lhe derão, dando-lhe tão pequeno petite, que por isso agora não é possível acomodar, todas as fazendas que há, ficando a maior parte delas sem serem notadas".

Por 130 anos, entre 1759 e 1889, passaram pelo Governo do Piauí, 154 governantes, levando a Capitania e a Província à instabilidade administrativa e transformando o Piauí em modelo de atraso. A administração pública não se diferenciava das fazendas: faltava organização, planejamento e pessoal qualificado.

Governos do Piauí - Capitania e Província 1758/1828

- 1 - João Pereira Caldas - 20.9.1759 a 3.8.1769
- 2 - Gonçalo Lourenço Botelho de Castro - 3.8.1769 a 1.1.1775
- 3 - Junta de Governo - 1.1.1775 a 12.12.1797
- Antônio José de Moraes Durão / João do Rego Castello Branco / José Esteves Falcão
- 4 - João Amorim Pereira - 12.12.1797 a 16.10.1799 e de 17.2.1803 a 4.6.1803
- 5 - Francisco Diogo de Moraes - 16.10.1799 a 17.2.1803
- 6 - Pedro Jozé Cezar de Menezes - 4.6.1803 a 2.3.1805
- 7 - Luís Antônio Sarmiento de Maia - 2.3.1805 a 21.1.1806
- 8 - Carlos Cezar Burlamaqui - 21.1.1806 a 20.10.1810
- 9 - Francisco da Costa Rabelo - 20.10.1810 a 13.7.1811

10- Junta de Governo - 13.7.1811 a 10.1.1814

Luís José de Oliveira / Luís Carlos P de Abreu Bacelar / Severino Coelho Rodrigues

11- Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos - 10.1.1814 a 14.7.1819

12- Elias José Ribeiro de Carvalho - 14.7.1819 a 26.10.1821

13- Junta de Governo - 26.10.1821 a 7.4.1822

Francisco Zuzarte / Manoel de Sousa Martins / Francisco de S Mendes / Agostinho Pires / Miguel Pereira de Araújo / Pe. Matias Pereira / Bernardino de Melo / Caetano Vaz Portela

14- Junta de Governo - 7.4.1822 a 24.1.1823

Pe. Matias Pereira / Francisco de S Mendes / José Antônio Ferreira / Miguel Pereira de Araújo / Caetano Vaz Portela

15- Junta de Governo - 24.1.1823 a 20.9.1824

Manoel de Sousa Martins / Manoel P de Miranda Osório / Inácio Francisco de A Costa / Miguel José Ferreira / Honorato José de Moraes Rego

16- Conselho de Governo - 20.9.1824 a 1.5.1825

Presidente: Manoel de Sousa Martins

17 - Manoel de Sousa Martins - 1.5.1825 a 9.12.1828. Reassumiu o cargo várias vezes, governando o Piauí por quase vinte anos.

De Villa Velha a Villa de São João da Parnahyba

Capítulo III



A Bula Inter Coetera de 1493, expedida pelo Papa, e o Tratado de Tordesilhas de 1494, que dividiu as terras do Novo Mundo entre as monarquias portuguesa e espanhola, são importantes documentos que provam o conhecimento do Brasil pelos europeus, antes de Cabral. Famosos mapas desenhados e datados no século XV, um de 1444 e outro de 1484, mostram grande conhecimento da nova terra. A carta que Duarte Pacheco Pereira, que depois participou da esquadra de Cabral, escreveu ao Rei de Portugal, Dom João II, em 1492, dizia:

“É portanto, bem-aventurado Príncipe, temos sabido e visto como no terceiro ano do vosso reinado de mil quatrocentos e oitenta e oito, donde vossa alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando a grandeza do mar oceano onde é achada e margeada uma tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela ... é achado nela muito e fino Brasil (pau-brasil), com muitas outras coisas de que os navios deste reino vêm grandemente carregados”. Também, a carta do mestre João, cosmógrafo da esquadra de Cabral, que viajou escondido no porão de sua caravela, é outro documento importante. Endereçada ao Rei de Portugal, Dom Manuel I, datada de 28 de abril de 1500, faz referência ao mapa de Pero Vaz Bisagudo, onde, segundo o mestre João, haveria indicação da terra descoberta. O Mestre João escreveu a primeira carta do Brasil português. A carta de Pero Vaz de Caminha foi escrita no dia 1º de maio de 1500. Nessa época, os mapas e cartas náuticas eram segredos de

Estado, por isso o Mestre João trabalhou escondido no porão da caravela de Cabral, entre sacos de batatas e mantimentos. Alguns desses mapas revelam particularidades do litoral do Piauí. Foi o Mestre João quem primeiro representou, em carta cosmográfica, a constelação do Cruzeiro do Sul.

Em 1499, o florentino Américo Vespúcio, navegador a serviço dos espanhóis, costeou o litoral Norte do Brasil, passando pelo Delta do Parnaíba. Foi o primeiro homem branco a velejar no litoral piauiense, não sendo de espantar houvesse, com sua esquadra, penetrado no Delta do Parnaíba ou, desfrutado das belezas da Praia da Pedra do Sal. Desenhou mapa da costa brasileira com figuras dos índios e como todo mapa da época, a nomenclatura se restringe ao litoral. A Américo Vespúcio devemos o nome do nosso continente - América.

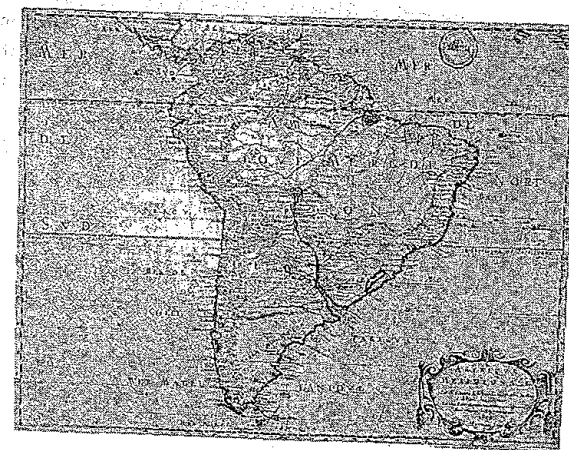
Em 25 de janeiro de 1500, o navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón chega às terras brasileiras, avista uma ponta de terra, que chamou de Cabo Santa Maria de la Consolacion. Era o Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Segue em direção ao litoral Norte do Brasil, atingindo a foz do Rio Amazonas, passando também, pelo litoral piauiense. De acordo com o Tratado de Tordesilhas que resolvia, entre outras coisas que, "se navios de um Rei acharem terras na área do outro, deste último seriam as mesmas", as terras do Norte do Piauí pertenciam à Espanha, batizadas de Hera de São Vicente. Pinzón chega à foz de um grande rio, que chamou de Santa Maria de La Mar Dulce - era o rio Parnaíba. Devido esta passagem de Pinzón, a cidade do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, comemora o descobrimento do Brasil no dia 25 de janeiro.

Em 1501, Américo Vespúcio retorna ao litoral brasileiro, agora, servindo ao Rei Dom Manuel I. Ao chegar, em agosto, avistou muitos índios. Vespúcio manda dois marinheiros até a praia, que não mais retornaram, foram devorados pelos índios. A tripulação teve a certeza de que não eram os mesmos índios tupiniquins que receberam Cabral, mas os temíveis tupinambás. Os mapas de Cantino, de 1502, Estevão de Fróz, de 1514, Lopo Homem, de 1519, Visconde de Maiollo, de 1527, revelam um grande conhecimento sobre o Delta do Rio Parnaíba e nos mostram uma relação dos brancos com os índios bem antes da ocupação do solo piauiense com currais.

Já no século XVI, a doçura da terra de pindorama permeia a mente dos lusitanos, como mostra a Provisão do Rei Dom Sebastião, de 6 de março de 1565, que impediu que "as naus destinadas à Índia, que lá não pudessem chegar, de modo algum arribassem ao Brasil, mas tornassem a Portugal, porque dessas freqüentes arribadas, resultava fugir gente de bordo para terra". Com a chegada de Nicolau de Rezende em 1571, começa a dominação dos marinheiros brancos no Norte do Piauí. Junto com seus companheiros, foram os primeiros brancos a dar ao sangue nativo o componente luso, pois aqui viveram, constituíram famílias, desbravaram terras, impulsionaram o comércio

com os europeus, tornando-se Nicolau de Rezende - o primeiro desbravador do Piauí.

A mais antiga e importante descrição a respeito do litoral piauiense, o Tratado Descritivo do Brasil, de Gabriel Soares de Souza, de 1587, fala no comércio entre índios e brancos: "Aqueles tremembés eram hospitaleiros e de freqüentes tratos com os brancos que os visitavam para o comércio de madeira e pedras preciosas". Por quase todo século XVI, os europeus exploraram os índios com a prática do escambo levando, principalmente, o pau-brasil e preciosidades, dando-lhes em troca quinquilharias e bugigangas. O pau-brasil era madeira tão dura que se tornava difícil cortá-la e como não havia cavalos ou outros animais de tração ou carga, cabia aos índios fazer o trabalho de transportá-la até a praia e carregar os navios. Jean de Léry nos relata em Viagem à Terra do Brasil: "Quanto ao modo de carregar os navios com esta mercadoria, direi que tanto por causa da dureza, e conseqüente dificuldade em derrubá-la, como por não existirem cavalos, asnos, nem outros animais de tiro para transportá-la é ela arrastada por meio de muitos homens; e se os estrangeiros que por aí viajam não fossem ajudados pelos selvagens não poderiam sequer, em um ano, carregar um navio de tamanho médio. Os selvagens em troca de algumas roupas, camisas de linho, chapéus, facas, machados, cunhas de ferro e demais ferramentas trazidas por franceses e outros europeus, cortam, serram, racham, atoram e desbastam o pau-brasil transportando-o nos ombros nus às vezes duas ou três léguas de distâncias, por montes, sítios escabrosos até a costa junto aos navios ancorados, onde os marinheiros o recebem".



Amérique Meridionale de Sanson d'Abbeville I, cartógrafo de Luís XIII, Rei da França. Como todos mapas da época, a nomenclatura restringe-se ao litoral. Mostram o conhecimento da nova terra pelos franceses, fundadores da França Equinocial e Antártica, que deram origem às cidades de São Luís e Rio de Janeiro, respectivamente. Aos franceses, os Tremembés chamava-os de mairs, homens encantadores.

Do pau-brasil se retirava o pigmento vermelho, requisitado pela nobreza europeia para tingir suas roupas e paramentos. Para um carregamento de uma caravela era necessário em torno de cinco mil toras de pau-brasil, que seguiam juntas a toras seculares de mogno, cedro, jacarandá, peroba, ipê, maçaranduba e outras madeiras nobres, usadas na construção imobiliária, de móveis e instrumentos musicais. O Padre Yves d'Évreux fala sobre as mercadorias, as quais um francês devia trazer para troca: facas, tesouras, pentes, espelhos, contas de vidro, machados, foices, chapéus, casacos, camisolas, calções, espadas e arcabuzes, apitos, brincos, anéis e anzóis.

Por volta de 1587, o francês André de Thevet escreve *Les Français en Amerique* e nos deixa claro que o litoral do Piauí foi vasculhado pelos franceses, quando descreve sobre a terra, a riqueza abundante, fauna, flora e os mistérios de sua gente. Sendo franciscano, Frei Thevet foi o precursor da Fé Católica no Piauí, muito antes de qualquer notícia de missionários noutras regiões piauienses. O Frei Thevet celebrou a missa que solenizou a implantação da França Antártica de Nicolau Durand de Villegaignon, na baía de Guanabara, povoado que depois deu origem a cidade do Rio de Janeiro. Nesta mesma expedição de Villegaignon, viajava Jean de Léry.

O litoral do Piauí atraía aventureiros, contrabandistas e até navios negreiros. Contrabandistas, pois o pau-brasil era monopólio da Fazenda Real Portuguesa e sem cuja expressa autorização não podia ser negociado. Alguns desses aventureiros (espanhóis, franceses e holandeses) se fixaram nas Barras do Rio Igarapé, em Parnaíba. Esses homens introduziram o uso da enxada, foice, machado e outros ferros na agricultura, convivendo pacificamente com os índios. Alguns desses navegadores se afeioaram a terra e aqui se instalaram, transferindo pela permanência, os hábitos, os costumes e a cultura cultivados na Europa de onde se originavam, contribuindo para a formação de uma sociedade diferente em sua organização social, produção econômica e forma de ver o mundo. O francês Yves d'Évreux que escreveu *Voyage dans le Nord du Brésil les années 1613 et 1614*, descreve a relação dos índios com os franceses, mostra que os Tremembés foram civilizados, aprenderam a língua francesa, a religião, a prática de trabalhos artesanais, de agricultura e que foram grandes aliados dos franceses, chamados pelos índios de mairs (herói / homem encantador, no mesmo nível de um Pajé). Essa relação amistosa começa a mudar no Piauí com a chegada de instaladores de currais, predadores de índios do século XVII que retribuíram o abraço receptivo do nativo, com a violência da morte ou da escravidão. Na Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho perseguia os apressadores de índios e libertava os seus cativos, logrando, assim, ordem e sossego para desenvolver o seu governo, tornando essa Capitania a mais importante.

Desde o século XVI, o litoral piauiense foi palmilhado pelos aventureiros sem interrupção. No século XVII, a navegação de contrabandistas se excedia no Delta do Rio Parnaíba, ao abrigo do labirinto formado por dezenas de ilhas. Poucos deixaram seus registros, por estarem na ilegalidade.

Depois de Nicolau de Rezende, a região foi ocupada por Gabriel Soares de Sousa em 1587, Pero Coelho de Sousa em 1602, Martins Soares Moreno em 1613 com sua nau Catarina, Vital Maciel Parente em 1614, André Vidal de Negreiros em 1656 e Leonardo de Sá em 1699. Vital Maciel Parente faz incursão, em 1614, para “atalhar a comunicação de navios estrangeiros que buscavam os tapuias pelos interesses de muito âmbar, preciosas madeiras, em que entrava o célebre violete (pau-brasil), de que havia abundância naquele tempo”, diz Bernardo Pereira de Berredo, em *Anais históricos do Estado do Maranhão*. Esses aventureiros empenharam-se em lutas conseguindo apenas estabelecer uma estrutura capaz de promover a fundação da Vila de São João da Parnaíba.

Em 1641, Maurício de Nassau que dominava Pernambuco e fundou a Nova Holanda, expande seus domínios até o Maranhão, ficando a região Norte do Piauí sob o domínio holandês, até a expulsão destes em 1654, após a Batalha dos Guararapes. Os Tremembés contribuíram muito com os holandeses, que por sua vez ajudaram no desenvolvimento do Nordeste, quando consolidaram a fundação de cidades como Parnaíba (hoje João Pessoa), Natal, Fortaleza e Camocim. Por certo, também, ajudaram na formação do Arraial Novo (hoje Parnaíba). Adriaen Van der Dussen, no seu Relatório sobre as Capitânicas conquistadas no Brasil pelos Holandeses diz: “É necessário encontrar meios para atrair grande número de habitantes da Pátria (holandeses) para cá e espalha-los por todo país e aí se multiplicarem”. No Maranhão, o domínio holandês durou mais de dois anos. Com a expulsão dos holandeses, Portugal, através de acordo, paga à Holanda a quantia de 400 milhões de cruzados como indenização. Esse pagamento custou aos brasileiros pesados impostos, tornando-se, assim, o primeiro pagamento de dívida externa do Brasil, mesmo não contraída diretamente. Também, com o processo de expulsão dos holandeses, nasce o espírito brasileiro, quando, pela primeira vez, se unem brancos, índios e negros contra o invasor batavo.

Em 1660, passa pelo litoral do Piauí o Padre Antônio Vieira, que ficou célebre por seus sermões. O Padre Vieira, vindo do Maranhão, tinha como destino a Serra da Ibiapaba e ao cruzar o Delta do Parnaíba, julgou ter atravessado vários rios diferentes. Fez contato com os Tremembés, ensinando-lhes a Fé Católica e foi informado “que nas Campinas do interior andavam homens brancos, que iam sobre uns cavêlos”. Era amigo dos índios e com isso ganhou a antipatia dos colonos, que pretendiam escravizá-los. Preconizou a formação da Companhia do Maranhão, mais tarde instalada na Vila de São João da Parnaíba. Os Tremembés não toleravam os portugueses e tinham razões poderosas para isso. Impediam a comunicação entre o Maranhão e o Ceará pelo Norte do Piauí, e assim, ninguém se aventurava subir o Rio Parnaíba, nem a percorrer as terras que se estendiam para a Serra Grande. Em 1678, em Lisboa, o Conselho Ultramarino consulta o Pe. Vieira sobre esta comunicação e este recomendou “que estabelecessem pelos meios da paz”. Mas, Portugal preferiu conquistar este território por meio da força de seus bacamartes.

Em 1692, chega na Coroa Grande do Delta do Parnaíba, hoje Ilha Grande de Santa Isabel, a viúva Dona Mariana Alexandre Viana e seus seis filhos. Perto dos morros, perto do rio, Dona Mariana construiu sua casa e com seus filhos plantava batatas. Deu tanta batata, que o local recebeu o nome de ilha das Batatas. Com a morte da neta de Dona Mariana, Maurinha, laçada por uma sucuri, o local passa a receber devotos de Nossa Senhora da Conceição, que rezavam na intenção da pequena falecida. Em aparição para a sua avó, Maurinha pede a construção de uma capela para Nossa Senhora da Conceição. Construída a capela, esta passou a ser lugar onde muitos pediam a intercessão de Maurinha junto a Nossa Senhora da Conceição, para solucionar seus problemas. Dona Mariana viveu ali até 1755, quando faleceu com 99 anos bem vividos. No local formou-se um povoado, que ficou conhecido como Morros da Mariana.

Por ato de 12 de Janeiro de 1699, o Conselho Ultramarino determina a sondagem do rio e a viabilidade da construção de um porto no litoral do Piauí, tornando-se, oficialmente, a primeira expectativa da construção do Porto de Luís Correia.

Em 1699, Leonardo de Sá e seus companheiros desbravaram as terras do litoral do Piauí e em virtude desse feito ganharam uma sesmaria às margens do Rio Igarauçu.

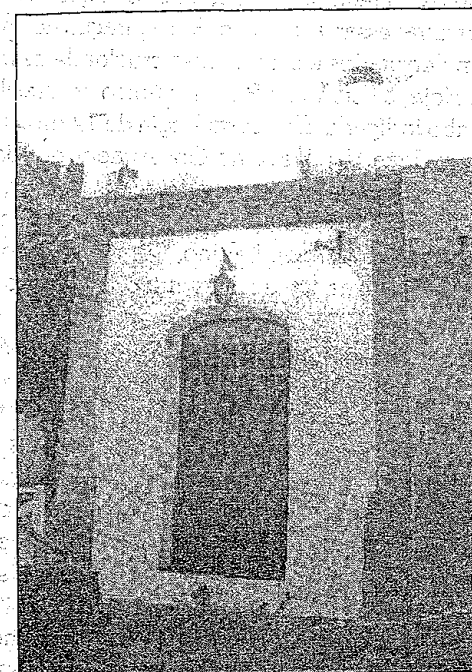
Em 28 de julho de 1770, o Rei de Portugal, Dom José I expede Alvará anexando a nova Vila Viçosa Real, até então pertencente a Pernambuco, situada entre a Serra da Ibiabapa e a Freguesia de São Bento de Pastos Bons, à Capitania do Piauí. Mais tarde, o Ceará passaria esta Vila para seus domínios. Os Tremembés recebiam a assistência dos Jesuítas, como o Padre Carlos Pereira, que foi Reitor do Colégio de São Luís. Em 1704, na defesa dos índios Tremembés, esteve, em Lisboa, o Padre Miguel de Carvalho.

O português Pedro Barbosa Leal, homem de grande prestígio, proprietário de terras na Bahia e na Vila da Moucha, tentou fundar uma Vila a cinco léguas da barra do Rio Igarauçu. Leal deu início a uma povoação que a princípio prosperou, para depois entrar em decadência. Esse povoado conhecido por Vila Velha, fundado no início do século XVIII, possuía uma capela dedicada a São Bernardo. Vila Velha foi a primeira denominação da cidade de Parnaíba, que antes era um aglomerado de casas que se chamava Arraial Novo.

João da Maia Gama, Governador do Maranhão e Grão-Pará, em seu Diário da Viagem, informa nesta época a presença da indústria salineira no litoral do Piauí, fala do Porto das Salinas que fica na barra do Igarauçu: "vêm buscar sal os moradores do Parnaíba e o levam pelo rio acima em canoas, e vêm outros da parte da Serra e do Ceará buscá-lo e conduzi-lo em cavalos, e éguas para os sertões do Piauí, assim destas salinas como de outras que ficam mais adiante". Maia Gama se refere, também, a barcos e sumacas que entrando pela Barra do Igarauçu, carregam carne e courama, na fazenda de Pedro Barbosa Leal. Em 1711, Leal solicita à Cúria de São Luís autorização para construção de uma capela para Paróquia de Nossa Senhora de Monserrate, padroeira dos navegantes. Com a autorização do Bispado de São Luís, em 11 de junho do mesmo ano, foi construída a capela, hoje na rua

Duque de Caxias, no Centro de Parnaíba. A imagem da santa veio de Portugal, mas com a revolta dos índios Tremembés, temendo-se pela sua segurança, foi levada para a igreja de Nossa Senhora do Carmo, na então Freguesia de Piracuruca, onde se encontra até hoje. A partir daí, Parnaíba é a Vila de Nossa Senhora de Monserrate, conforme requerimento de Antônio de Oliveira Lopes ao Rei Dom João V, datado de 10 de maio de 1728, solicitando confirmação da carta patente no posto de Sargento-mor desta Vila. Em Portugal, no Arquivo do Conselho Ultramarino, encontram-se importantes documentos que nos falam da Vila de Nossa Senhora de Monserrate da Parnahyba, datados da primeira metade do século XVIII. Segundo o Dicionário Prático Ilustrado de Jayme Séguier, Parnahiba - do tupi, é facalhão com que se retalha carne nos açougues da Bahia. Como no Arraial Novo, desde o início do Século XVIII, o baiano Cel. Pedro Barbosa Leal trabalhava com carnes e couramas, é possível que o termo - da Parnahyba - no nome da Vila venha dessa faca de açougueiros e não do rio, pois se assim fosse, a Vila seria de São João do Parnahyba. No mapa que faz parte da capa do livro Mapas Geohistóricos, de João Gabriel Baptista, está diferenciado os nomes do rio e da Vila, um com "hy" e outro com "hi", conforme Séguier. Ao longo dos tempos, provavelmente, as grafias se confundiram passando a cidade a ter o mesmo nome do rio, ou seja, Parnahyba.

Incomodados pelos marinheiros brancos, os Tremembés e os índios do Piauí começam sua luta inglória contra os invasores. Vindos de Portugal, os Jesuítas (Companhia de Jesus) tinham a missão de catequizar e proteger os



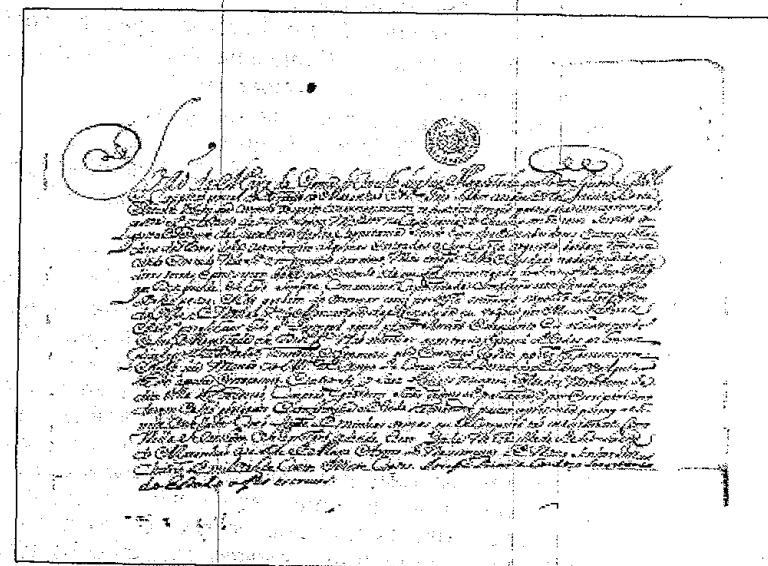
Ermida construída por Pedro Barbosa Leal para Vila de Nossa Senhora de Monserrate da Parnahyba. É datada de 1711.

índios, mas passaram a escravizá-los e a enriquecer com o seu trabalho e produção. Os aldeamentos se converteram em grandes e lucrativas fazendas. Com a chegada dos colonizadores, os Jesuítas usaram os índios para defender seus interesses e despertaram a antipatia dos poderosos e governantes. Como nos aldeamentos dos jesuítas eram proibidas armas de fogo, ficou fácil para os bandeirantes investirem contra essas instituições. Para ajudar na retirada dos índios e ocupar terras, os fazendeiros contratavam os bandeirantes, homens que caçavam índios e que tinham apoio do Governo português, que dava a eles terras como pagamento.

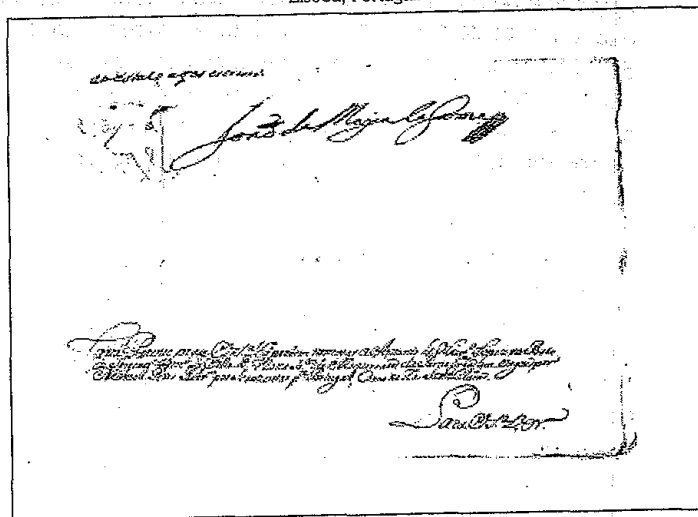
Em 1713, liderados por Mandu Ladino, os índios Tremembés, Acrius, Anacés e Guanacences reagiram contra a escravidão dos Jesuítas e o massacre dos colonizadores. Mandu Ladino que aos doze anos perdeu os pais em luta de sua tribo contra os invasores, foi recolhido por religiosos e levado para um aldeamento próximo de Recife, onde estudou e foi cristianizado. Viu os Jesuítas queimarem os objetos de adoração do seu povo e após fugir do aldeamento pernambucano, retornou para o Piauí, reuniu várias tribos, que se rebelaram com o fim de expulsar os invasores. Ladino e seus comandados passaram a agir na região do Baixo Parnaíba, em terras do Ceará e Maranhão. Sob o comando de Ladino, os Tremembés e Anacés atacaram o Arraial de Parnaíba e em lutas foi morto o Mestre de Campo Antônio da Cunha Souto Maior, que promovia matanças de índios na região. Mas, após anos de lutas, Ladino foi morto em 1716, ao tentar atravessar a nado o Rio Igarapé, no Porto das Barcas. Os rebeldes foram derrotados e com imensa crueldade os índios do Piauí foram sendo extintos. Hoje, o Estado do Piauí é o único no Brasil a não ter a presença de uma única tribo indígena. Em Carta Régia de 14 de outubro de 1718, o Rei de Portugal, Dom João V, escreve ao Governador do Maranhão, ordenando que agradeça, em nome de Sua Majestade, a Manuel Peres, morador do Piauí, que em guerra contra os Tremembés da Vila da Parnaíba matou o índio Manuel, conhecido como Mandu Ladino. Numa Provisão de 20 de outubro de 1718, dirigida ao Governador do Maranhão, Bernardo Pereira de Berredo, escrita por Antônio de Cobelos Pereira sobre a guerra dos índios do Piauí, consta: "...grandes destroços, e hostilidades, que tem feito nas capitanias do Piauí e Maranhão, os índios de-corso, nossos inimigos, destruindo não só as fazendas dos seus moradores, mas tirando a muitos a vida inumanamente; passando a sua crueldade a não perdoar a de alguns missionários, e com excesso a do padre Amaro Barbosa, que depois de morto o abriram e lhe tiraram o coração; fazendo muitos desacatos às imagens de uma igreja, em que entraram, prostrando-as por terra, quebrando-lhes as pernas e rostos; pondo em terror os moradores, que muitos deles tem largado os sítios em que viviam." Em Cidades Petrificadas e Inscrições Lapidárias no Brasil, de 1764, Tristão de Alencar Araripe, na parte que trata do Piauí, cita o morro do Ladino e do Chapéu, na Freguesia de Valença. Narra sobre as várias inscrições hieroglíficas,

gravadas em pedras nas abas de diversos rochedos, atribuídas ao valente chefe índio Mandu Ladino, que além de esculpidas figuras humanas com lanças e espadas, escreveu: "Quem me virar, debaixo de mim grande haver (riqueza) achará". Debaixo da mesma pedra escreveu: "Torna-me a virar". Noutra, gravou a figura de um padre em pé sacrificando um jacaré sobre um altar, pedra circulada de letras e caracteres desconhecidos. Araripe fala que ao visitar o local, alguns daqueles habitantes, diziam: "Estes são os santos dos ladrões dos tapuias, quando habitavam este país (Estado)". Se havia a pátria dos índios, eles são os verdadeiros patriotas. Mandu Ladino deveria figurar na galeria dos heróis piauienses e não bandeirantes que roubaram a vida e a terra da verdadeira gente do Piauí.

Coube ao pernambucano, Capitão João Gomes do Rego Barros, a posse, o desbravamento e o povoamento da Ilha Grande de Santa Isabel, por Carta de Sesmaria datada de 14 de julho de 1725, concedida pelo Governador do Maranhão e Grão-Pará, Capitão João da Maia Gama. O Capitão João Gomes, era fidalgo da Casa Real, filho dos Rego Barros, importante família da Capitania de Pernambuco. Foram suas esposas em primeiras e segundas núpcias, duas filhas do Capitão Francisco de Cunha Castello Branco. O Capitão Castello Branco, fidalgo português, era tesoureiro da Casa Real, veio para São Luís do Maranhão, logo depois para o Piauí, residindo em Campo Maior e constituiu o tronco da família Castello Branco na Capitania de São José. O Capitão João Gomes do Rego Barros, foi o primeiro colonizador da Ilha Grande de Santa Isabel e deixou avultados cabedais, entre os quais figurava grande porção de terra no Delta do Parnaíba.



Cópia parcial do requerimento de Antônio de Oliveira Lopes ao Rei de Portugal, Dom João V, datado de 10 de maio de 1728, escrito na Villa de Nossa Senhora de Monserrate da Parnahyba. Arquivo Ultramarino, Lisboa, Portugal.



Em 16 de janeiro de 1754, o Juiz de Fora e Provedor da Fazenda Real do Maranhão, Gaspar Gonçalves dos Reis, escreve ao Rei de Portugal, Dom José I, sobre a necessidade de proceder à demarcação de terras na Vila da Parnaíba, devido aos abusos praticados na marcação da fronteira das mesmas. Encontra-se no Arquivo do Conselho Ultramarino, cartas de moradores dessa Vila, solicitando confirmação de cartas de datas e sesmarias.

Nos meados do século XVIII, chegam à Parnaíba os Castello Branco e João Paulo Diniz, esse vindo do Maranhão, dando início à indústria do charque no Norte do Piauí. João Paulo Diniz, além de possuir várias fazendas de gado em Pastos Bons, no Maranhão, foi arrendatário da Ilha do Caju, por contrato com a Câmara de Tutóia, em 1776. Utilizava duas sumacas que transportavam charque para São Luís do Maranhão e Belém do Pará, via Porto das Barcas. Estabeleceu diversas charqueadas às margens do Rio Parnaíba. Encontrou dificuldades de exercer esse comércio e sofreu implicações até dos poderes públicos da Vila de São João. É que João Paulo Diniz era representante da política da Companhia de Comercio do Maranhão. Precedeu Domingos Dias da Silva na exploração do comércio do charque e também fomentou a indústria do sal no litoral do Piauí.

Em 1759, o Ouvidor Geral Luís José Duarte Freire determina que um funcionário da Capitania se desloque até o litoral do Piauí, sendo o mesmo incumbido de escolher o local para a fundação de um porto de mar e a criação de uma Vila, para defesa da costa. O local escolhido foi o arraial mais próximo do mar, embora o funcionário tenha visto que era inadequado. Em arquivo

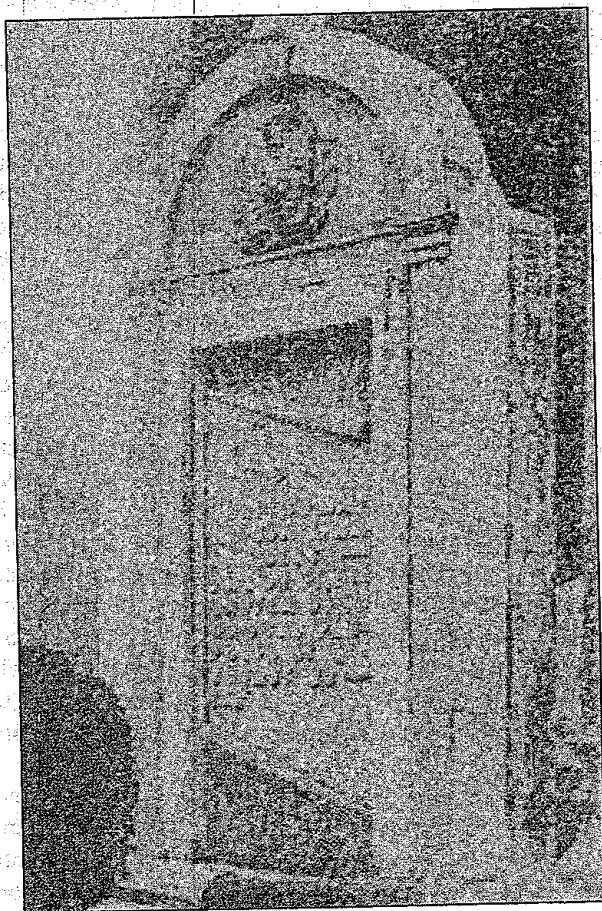
encontrado na Cooperativa Militar em Lisboa, o Ouvidor narra: "não tinha por onde escolher e foi obrigado a ceder a instancias dos moradores (3 ou 4) que já anteviam uma época de prosperidade para sua aldeia, e por isso se empenharam em dissuadi-lo de procurar algures um melhor ancoradouro". O local escolhido foi o Testa Branca. Assim como, Paraíba do Norte (hoje João Pessoa), Natal, São Luís e Belém, São João da Parnaíba foi situada por necessidade de defesa.

Em 18 de agosto de 1762, é criada a Vila de São João da Parnaíba, no braço do Igaragu e na margem oriental dele, distante quatro léguas da costa do mar, nome dado em homenagem ao Governador João Pereira Caldas, tendo como Juiz Ordinário e dos Órfãos e Capitão-mor, Diogo Álvares Ferreira, os Vereadores José da Costa Oliveira, Domingos Alves Barroso, como Procurador, Manoel de Souza Guimarães e Sargento-mor, João Lopes Castelo Branco. A Vila foi instalada solenemente na Matriz de Nossa Senhora do Carmo na Freguesia de Piracuruca, presidida pelo Governador João Pereira Caldas. Contou com a presença do Conselheiro Francisco Marcelino de Gouveia, do Conselho Ultramarino e do Ouvidor Geral Luís José Duarte Freire. Em 1762, na Vila contavam-se 79 fazendas e 47 sítios. Nas fazendas, que tinham grandes áreas, criava-se o gado e, nos sítios, que ficavam nos arredores da sede da Vila, desenvolvia-se a agricultura. Depois de instalada a Vila de São João, na Freguesia de Piracuruca, o séquito governamental segue para o Delta do Parnaíba, a tomar as deliberações precisas para o funcionamento do conselho municipal. Com a insignificância do Testa Branca, o Governador autoriza que se levantasse, provisoriamente, o pelourinho na Feitoria do Porto das Barcas.

Parnaíba começou sua vida judiciária depois de instalada a Vila de São João. Até então, a justiça não tinha corporação e a ação judicial se fazia através dos mandões que, dispondo de força pessoal, mantinham a ordem por via do prestígio.

Em outubro de 1762, o Governador Caldas recebe aviso dado pelo Ministério da Marinha Real, informando da declaração de guerra da França e Espanha contra Portugal, e que preparasse a Capitania para repelir qualquer ataque do inimigo. No mesmo ano, João Pereira Caldas autoriza o Capitão João do Rego Castello Branco, a ocupar o Delta do Parnaíba e defender o litoral do Piauí dos aventureiros espanhóis, holandeses e, principalmente, dos franceses que estavam sendo rechaçados das Capitânicas mais a Leste, como a de Pernambuco. O Capitão João do Rego contou com um corpo de tropas da Cavalaria Auxiliar, organizado com contingentes fornecidos pelas Freguesias das Vilas da Parnaíba e de Campo Maior. O Capitão João do Rego sustentou a soldadesca com peixes e mariscos e ainda com gados dos herdeiros de José de Abreu Baçelâr, conforme instruções do Governador. Na barra do Parnaíba, foi construído um reduto de fachina (forte rústico), com quatro peças de artilharia montadas em carretas. Em 1763, Portugal e Espanha assinam tratado de paz e

finda a ocupação militar no Delta do Parnaíba. Mas, apesar do reduto, o litoral do Piauí continuava visitado por piratas.



Pórtico da Casa de Câmara da Villa de São João da Parnahyba, construída em 1775. Hoje, no Museu do Piauí, em Teresina.

O Ouvidor da Capitania de São José, Antônio José de Moraes Durão em A Descrição da Capitania de São José do Piauí, datada de 15 de julho de 1772, descreve sobre a Vila de São João: "O rio Parnaíba depois de regar estes sertões por espaço de muito mais léguas, aumentado e caudaloso com todas as ribeiras desta capitania e algumas da do Maranhão, que correm por Pastos Bons, freguesia fronteira à vila de Jerumenha, se sepulta no oceano, entre as capitanias do Ceará e do Maranhão numa ponta de terra que pertence a esta do Piauí, e que chega a costa do mar, com a largura unicamente de quatro ou cinco léguas; faz dois braços na barra com bem diferentes nomes: o da parte do poente conserva o de Parnaíba, mas o do nascente, toma o nome de Iguarani, e

a ilha que forma entre um e outro se chama de Santa Isabel; no braço do Iguarani e na margem oriental dele, fica situada a vila de São João, distante quatro léguas da costa do mar; tem uma só freguesia da invocação de Nossa Senhora do Carmo da Piracuruca, mas fica trinta léguas distante da mesma, para a parte de Campo Maior; o templo é de pedra de cantaria assaz magnífico o que fez de despesa quase duzentos mil cruzados, porém está sem uso e descoberto; tem-se aumentado esta vila pelo negócio que nela se estabeleceu das carnes secas e couramas, que levam as sumacas ou barcos da Bahia, Pernambuco, e outros portos, trazendo dos mesmos alguma fazenda, que davam em parte do pagamento, porque sua barra e sua costa, em razão dos muitos baixios que tem, não permitiam lhe chegasse embarcação de maior lote; a câmara tem sua renda nestas entradas, porque lhe pagava de gabela (imposto sobre o sal) cada uma daquelas embarcações; 14\$000 (quatorze mil réis), sempre que vinham ao porto; agora, porém tem diminuído uma e outra coisa por causa da feitoria que na mesma vila se pôs pela Companhia do Maranhão, o ano próximo passado; o braço do rio que conserva o nome de Parnaíba serve de limite à capitania do Maranhão e à do Ceará; principia afastado da vila cousa de duas ou três léguas somente". Essa Companhia do Comércio do Maranhão a que se refere o Ouvidor Durão, não foi bem-vinda aos olhos dos parnaibanos, seus pesados impostos eram recolhidos para o Maranhão, o que estimulava o contrabando.

Criada em 1682, a Companhia do Comércio do Maranhão desagradou aos comerciantes, em virtude das leis obtidas pelos Jesuítas em proteção dos índios e do pagamento de pesados impostos. Com esse monopólio comercial impopular, que tanto desagradou os comerciantes, deu-se início à primeira revolução que despertaria o brasileiro para as lutas patrióticas. Manoel Beckman tomou a frente dos descontos, depõe o Governador do Maranhão, declarou acabada a Companhia e banuiu os Jesuítas. Portugal nomeou outro Governador, Gomes Freire de Andrade, que prendeu e executou Beckman, e restabeleceu a Companhia. Foi um prelúdio das agitações, que assinalaram a resistência dos brasileiros ao regime colonial. Beckman é considerado o profeta da sublevação nacional. Os parnaibanos, também, fizeram grande oposição à Companhia de Comércio do Maranhão.

Em 15 de fevereiro de 1763, o Governador João Pereira Caldas envia Ofício ao Conselheiro Ultramarino, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a remessa de amostras de quina, pedra hume e capa-rosa, encontradas na Vila de São João. Também escreve, em 1763, ao Rei Dom José I, Diogo Alves Ferreira, sobre sua patente de Capitão-mor das Ordenanças desta Vila. Instalada a sede da Vila de São João, no povoado Testa Branca (nome dado por haver no local uma rês de testa branca), com quatro casas, oito pessoas livres e onze escravas, no antigo bairro Catanduvas; a uma légua e meia do Porto das Barcas, começa a luta dos parnaibanos contra os interesses da

Capital, Oeiras. O Governador João Pereira Caldas ignorava o desenvolvimento do Porto das Barcas, que recebia embarcações, o comércio tornava impulso e era no desejo dos parnaibanos, a sede da Vila de São João, pois já contava com 330 casas, 1747 pessoas livres e 602 escravos. Em 20 de dezembro de 1762, o Governador envia ao Senado da Câmara da Vila de São João, planta para regulamentar o arruamento do povoado Testa Branca, fazendo imposições para que se construíssem casas naquela localidade. Símbolo da autonomia municipal, o pelourinho da Vila, com autorização do Governador, foi erguido no Porto das Barcas, onde, também, foi instalado o Senado da Câmara. O pelourinho ficaria na Feitoria até que o Testa Branca prosperasse. Em 1769, o Senado da Câmara proibiu novas edificações no povoado Testa Branca e facilitava construções na Feitoria do Porto das Barcas. Somente depois de empenhos e oito anos de lutas, em 3 de agosto de 1770, o Governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro autorizou a transferência da sede da Vila, do Testa Branca para o Porto das Barcas e fez realizar o sonho dos parnaibanos. O processamento da Vila de São João não obedeceu à Carta Régia de 1761, nem às leis impostas pelo Governador da Capitania do Piauí. Parnaíba despertava para a civilização como símbolo marcante da independência.

A Vila de São João mantinha intercâmbio comercial com São Luís, Maranhão e de lá vinham os escravos. A Capital maranhense era distribuidora de escravos vindos da África. Os escravos eram arrematados pelo preço médio de 100\$000 réis, dependendo da idade e do estado de saúde. Já as escravas tinham maior valor, chegando a 180\$000 réis, para aquelas com condições de gerar filhos e faziam todo o serviço da casa com suas habilidades domésticas. Os escravos exerciam diversas profissões, como: calafete de embarcações, marceneiro naval, de construção civil, de móveis, pedreiro, oleiros que fabricavam telhas e tijolos artesanais, enfermeiro, roceiro, vaqueiro, marinheiro, ferreiro, alfaiate, pintor e outras. Estas profissões eram exercidas em benefício exclusivo do senhor dono dos escravos. Em regra geral, eram tratados como todos os outros escravos da Colônia, ou seja, com bastante crueldade. Não era raro encontrar, escravos mutilados pelo excesso de trabalho. Com a Balaiada, muitos fugiram para o Maranhão. Com as revoluções que se seguiram depois da Independência do Brasil, a Guerra da Cisplatina e a do Paraguai, muitos foram servir nos campos de batalha e não mais voltaram.

Em maio de 1770, chega à Vila da Parnaíba, o Capitão Comandante da Companhia dos Dragões do Piauí, Clemente Pereira de Azevedo Coutinho e Melo. O carioca Capitão Clemente era formado em Direito, em Coimbra e auxiliou o Governador Pereira Caldas a instalar as Vilas da Capitania do Piauí, assistindo a fundação de todas. De viagem ao Maranhão e a pedido do Governador Botelho, veio verificar a situação da Parnaíba que sofria no meio

de uma cruel epidemia, a qual levava à sepultura muitos dos seus moradores. O Capitão Clemente, por ordem do Governador Botelho, determinou a mudança das charqueadas para longe da Vila. Na época das chuvas, o ar ficava empestado pelo sangue e vísceras dos bois abatidos, causando doenças no povo.

Ligada às coisas do rio e do mar, Parnaíba desde seu início teve como característica sua autonomia. Com a cobrança de impostos estipulados pelo Governo da Capitania, que deveriam ser pagos ao Senado da Câmara pelas embarcações que atracassem no Porto das Barcas, São João da Parnaíba foi de imediato, a única Vila com fonte própria de renda. A navegação fluvial e marítima contribuiu para os primeiros êxitos comerciais que formariam o patrimônio econômico da região, tornando-a um centro importante conhecido em toda a Colônia e Além-Mar.

A Vila de São João da Parnaíba, por força de sua proximidade com o mar, tinha vida diferenciada das demais Vilas do Piauí, como nos mostram alguns livros de memórias: "Na vida rural o proprietário era forçado a sanar a deficiência ou mesmo a falta de certos produtos, com uma produção intermuros, enquanto na vida cidadina existente à beira mar, a importação, direta e contínua, supria as necessidades devidas".

Em 15 de maio de 1773, o agora Governador e Capitão-General do Pará, João Pereira Caldas, faz Ofício ao Governador da Capitania do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, sobre o estado do comércio, da agricultura, das milícias, dos rendimentos da Fazenda Real do Piauí e sobre o desenvolvimento e os problemas enfrentados pela Vila de São João da Parnaíba, com os índios Tremembés e o estado militar da Capitania.

Em 1774, a Vila de São João já contava com 444 casas e uma população de 2694 habitantes. A Casa da Câmara e Cadeia foi construída em 1775, com o rendimento dos barcos que entravam no Porto das Barcas. Era a concepção da época, abrigar no mesmo prédio estas duas repartições, sendo a Cadeia na parte térrea e a Câmara no andar superior. As Cadeias não recolhiam escravos, pois a sua punição ficava a cargo de seu senhor. Os Vereadores eram os "homens bons", isto é, a nobreza, a milícia e o clero. Somente estes tinham direitos políticos: votar e ser eleitos.

Em 1775, a Junta de Governo constatou que o quadro das vilas criadas não era promissor, com exceção da Vila de São João da Parnaíba, que ia a franco progresso pelas vantagens do porto de mar e das fábricas instaladas. Fábricas instaladas com a chegada de João Paulo Diniz que se dedicou à fabricação e ao comércio do charque em pequena escala. Assim, diz o historiador Odilon Nunes: "Só Parnaíba progredia e tinha negociantes de grandes cabedais, como João Paulo Diniz, Domingos Dias da Silva, Sebastião da Silva Lopes, os Veras e muitos outros. Só essa vila crescia, com crescimento espontâneo promovido de sua posição geográfica, destinada a liderar por largos anos o comércio piauiense".

Criada em 1778, na Vila de São João, a cadeira de latim. Pelos baixos salários não foi preenchida.

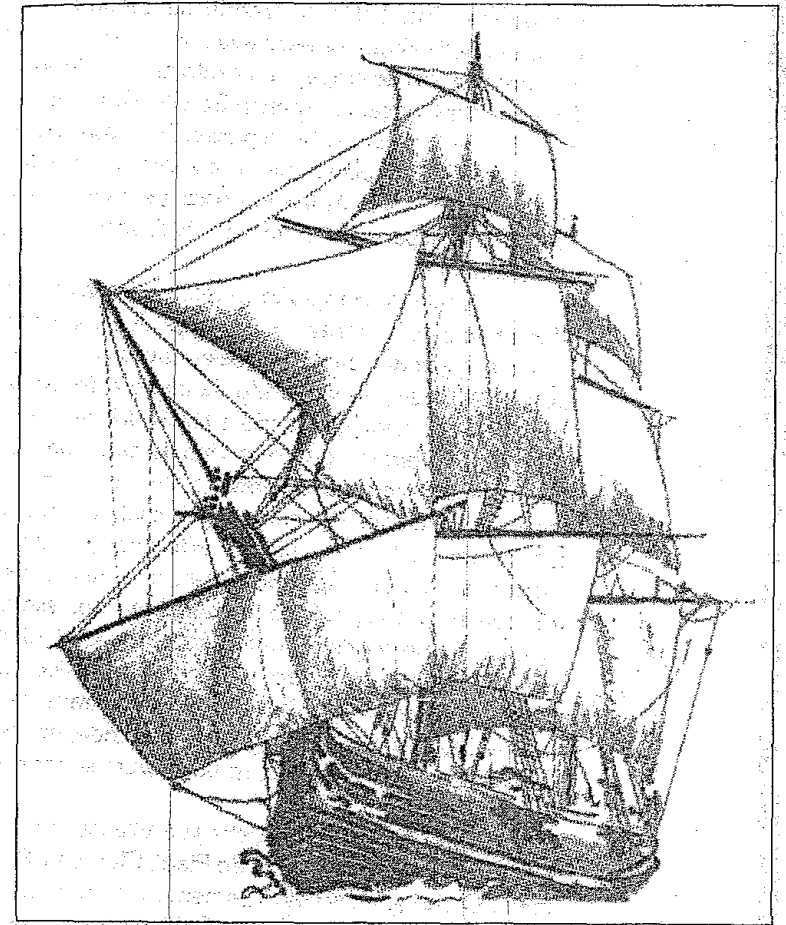
Nessa época, na Vila de São João e nos seus distritos, plantava-se algodão, fumo e cana-de-açúcar. Não havia em toda a Capitania um único engenho real. Os engenhos da Vila apenas fabricavam aguardente, pouco açúcar e rapadura, que já se constituía fonte alimentar das populações pobres. Na Capitania, existiam os descaroçadores de algodão, mas a maquinaria têxtil constituía-se reserva inglesa, que punia os infratores com a pena de morte. Era a revolução industrial, e a Inglaterra intentava monopolizar as vantagens decorrentes deste movimento.

Em 29 de dezembro de 1779, os Oficiais da Vila de São João, escrevem à Rainha Dona Maria I, solicitando o livre comércio e navegação com o Reino, "o que será de grande conveniência para o melhoramento da região". No final do século XVIII, São João da Parnaíba se caracterizava como centro comercializador de escravos, pois o Delta do Parnaíba, com as suas dezenas de ilhas, encorajava o comércio ilegal. Percebendo esse comércio, o Governo português propôs a criação de um entreposto de escravos e, em 1805, o Governador do Piauí, Luís Antônio Sarmiento de Maia, informa a Dom João: "ali (em Parnaíba) se vendia escravatura a preços cômodos".

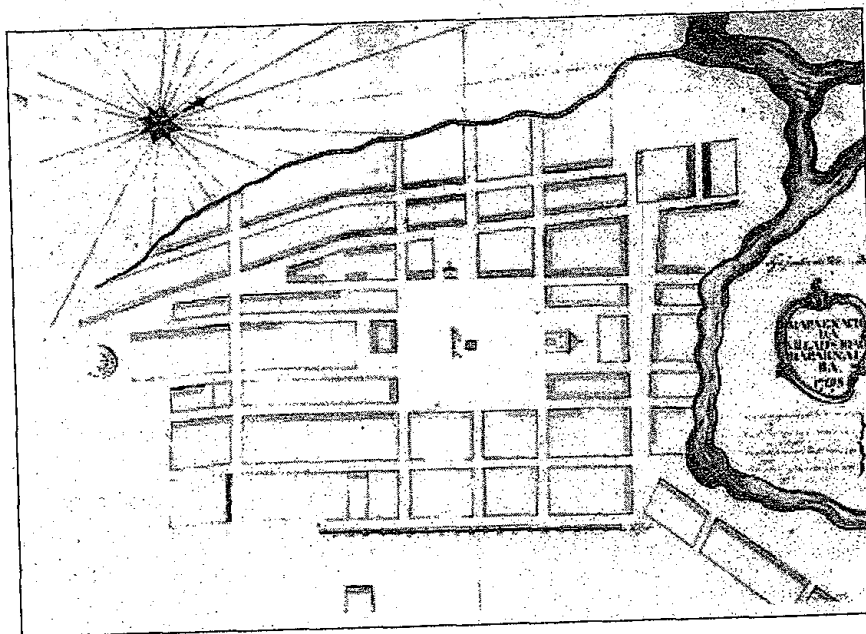
Toma posse do cargo de Governador e Capitão-General das Capitânicas do Maranhão e Piauí, Fernando Antônio de Noronha, no dia 28 de setembro de 1793. Foi o primeiro a propor a idéia da mudança da Capital, de Oeiras para as margens do Rio Parnaíba.

Em 12 de dezembro de 1797, assume o Governo da Capitania do Piauí Dom João de Amorim Pereira. Probo, devolveu uma fivela de ouro dada como presente pelo Vereador Joaquim Barroso de Veras, da Câmara da Vila de São João, prometeu punições ao Juiz de Jerumenha, que procedia segundo seus sentimentos e sem justiça. No seu governo, apareceram duas embarcações francesas na Barra do Parnaíba. Tentaram entrar, mas foram repelidas pelas trincheiras da Vila de São João. O Governador providencia o reforço militar para o litoral. Em 1798, propõe a mudança da Capital da Capitania do Piauí para Parnaíba, em Ofício dirigido ao Ministro Ultramarino, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: "Em todas as partes do mundo o que faz a abundância é o comércio; e o que promove são as facilidades que a natureza ou as artes lhes administra: o transporte pelo rio é sempre cômodo, muito mais quando as suas mencionadas margens lhes oferecem produções interessantes. O que fez aumentar o comércio do Maranhão foi a produção das matas do Itapecuru, que sendo muito extensas e abundantes, não excedem as do Parnaíba, na barra de cujo rio está situada a vila de São João da Parnaíba. Ali tem havido e há comerciantes que transportam para o porto de Lisboa e cidade do Porto muitos gêneros dos que produz. O meu parecer é que V. Exa. proponha a S. M. a mudança da capital para aquela vila, que dentro em pouco tempo virá a ser

uma boa cidade". Nesse Ofício, o Governador descreve ainda sobre os ataques de piratas franceses aos navios da Vila de São João. Também, muito se empenharam para essa mudança os Governadores Carlos César Burlamaqui e Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos, especificando as vantagens à Corte portuguesa e aos Governadores do Maranhão. Com o domínio das forças políticas de Oeiras, a idéia da mudança não se concretizou. Com a Capital no longínquo sertão, uma das razões da sua inferioridade econômica, o Piauí amargaria a estagnação e se tornaria o Estado mais pobre do Brasil, mesmo com grandes riquezas naturais.



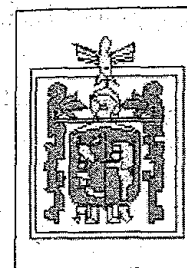
Sumaca. Navio ligeiro do Brasil usado em transportes de cargas. Fabricado na Vila de São João, servia aos comerciantes parnaibanos nas suas exportações. Construído com mastreação dupla e envergava vela latina.



Planta da Villa de São João da Parnahyba, em 1798, com, aproximadamente, 4000 habitantes. Nota-se uma disciplina no traçado de suas ruas e o pelourinho instalado no Paço da Câmara, no Largo da Matriz. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

A Villa de São João da Parnahyba e os Dias da Silva

Capítulo IV

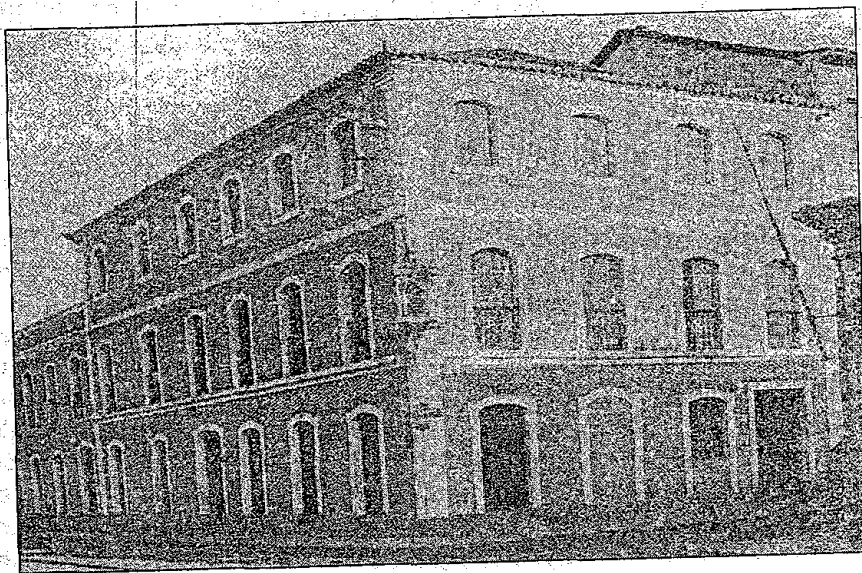


Em 1743, já se encontrava instalada no Porto das Barcas a família Silva Henriques. O português Manoel Antônio da Silva Henriques foi rico comerciante, grande homem que lutou pelo desenvolvimento da Vila de São João da Parnaíba. No Arquivo Ultramarino, em Portugal, encontra-se grande número de Cartas e Offícios de sua pena, endereçados a Governadores, Reis e Conselheiros.

Por volta de 1758, chega à Parnaíba Domingos Dias da Silva, português nascido em Pardonellos, da Vila de Monte Alegre, Comarca de Chaves, Arcebispado de Braga. Era filho de João Dias da Silva, Vereador e Juiz Ordinário no lugar e sua mulher Dona Maria Gonçalves. Em Portugal, gozava prestígio, tendo ocupado importante função na Índia, onde participou de guerras. Domingos veio para o Brasil instalando-se no Rio Grande, onde adquiriu fortuna. Transferiu-se para o litoral do Piauí, atraído pela família Silva Henriques, trazendo enorme fortuna em ouro, moedas, obras de arte em ouro e prata, cravando um marco decisivo na caminhada histórica da Vila de São João da Parnaíba. Com o estabelecimento de suas charqueadas iniciadas em 1773, que trouxe vantagens para a Capitania do Piauí, pelo aumento da renda, desenvolvimento da indústria pastoril e riqueza comercial, outros homens também se estabeleceram na Vila da Parnaíba, alguns coadjuvados por Domingos Dias da Silva. Todos vendiam a este suas carnes, de forma que era o único exportador do charque,

adquirindo assim, colossal fortuna. Os bois, de Valença ao litoral do Piauí, eram vendidos a Domingos Dias da Silva, que os comprava por dois até dois mil e duzentos réis.

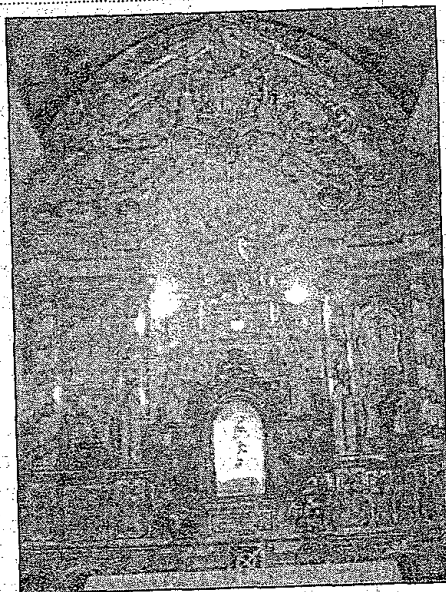
Promoveu expressivas mudanças econômicas e sociais em Parnaíba. Com grande capacidade realizadora e comercial, construiu casas, igrejas e edifícios. Entre estes edifícios, a famosa Casa Grande da Parnaíba. De arquitetura colonial portuguesa, com pavimento térreo e dois andares, composta de dois sobrados contíguos, situada na esquina da Rua Grande (atual Avenida Pres. Vargas) com a Rua da Glória (atual Rua Mons. Joaquim Lopes), que tinha comunicação direta com a Igreja-Matriz. No encontro de suas fachadas encontra-se o único oratório público do Estado do Piauí e um dos poucos do Brasil, construído sobre pedra de Lioz e vindo de Portugal, foi dedicado a Nossa Senhora da Conceição. A Casa Grande construída por volta de 1770 com os grandes luxos da época, foi palco das reuniões sociais e políticas da Vila de São João. Com sua imponência e riqueza, sua fama ultrapassou as fronteiras da Colônia. Na Casa Grande, os Dias da Silva receberam personalidades importantes, sempre acolhidas com muita fidalguia. Construiu, também, casas de fazendas, pois até à vinda da família real lusa, não era nobre morar na cidade.



Casa Grande da Parnaíba, com seu oratório público no encontro de suas fachadas. Morada dos Dias da Silva, composta de dois sobrados contíguos, na antiga rua Grande, hoje, avenida Presidente Vargas.

Para a Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Domingos Dias da Silva ajudou a construir a Igreja-Matriz, que teve como primeiro vigário o Padre Inácio Rodrigues Ferreira. Em 1764, o Padre Inácio celebrou missa no local onde seria construído o templo católico, no qual antes havia uma ermida de São João Baptista, lugar de orações dos antecessores de Domingos Dias da Silva, na Vila de São João. A Igreja-Matriz teve benção no dia 6 de setembro de 1777. A imagem da padroeira vinda de Portugal, ficou na igreja de Nossa Senhora do Carmo (primeira paróquia do Norte do Piauí), na Freguesia de Piracuruca, até a conclusão da igreja parnaibana em 1795 e foi trazida de lá pelos irmãos Dantas. A Igreja-Matriz é assim descrita pelo historiador Pereira da Costa: "é coberta de lousa, com duas alterosas e elegantes torres, um pórtico de mármore com esculturas, assim como todas as ombreiras e vergas das portas e janelas, pilastras e cornijas, o são interna e externamente, com uma nave de 21m de comprimento, sobre 9,40m de largo, capela-mor e mais laterais, notando-se a do Santíssimo Sacramento pela beleza das obras de escultura de madeira, com dourado finíssimo, tudo isso e suas alfaías riquíssimas, lâmpadas e vasos de prata, pia batismal e lavatório de mármore, e outros objetos de valor e de riqueza dignos de nota. É incontestavelmente a mais rica da província". Para este templo, Domingos Dias da Silva comprometeu-se na construção da capela do Santíssimo, João Paulo Diniz com a capela-mor e ao povo coube o trabalho de edificá-la. Para os trabalhos de construção do altar mor e do Santíssimo, Domingos Dias da Silva contratou artistas que vieram de Portugal e da França, trazendo de lá parte do material e objetos decorativos. A igreja era ligada diretamente à Casa Grande por meio de galerias, que chegavam às sacadas, com acesso exclusivo aos Dias da Silva, benfeitores da igreja e donatários da capela do Santíssimo. Estas galerias de acesso às igrejas eram comuns nas construções dos ricos senhores da época e também serviam para uma eventual fuga. A tradição oral nós fala de galerias ligando a Casa Grande ao Porto das Barcas. Em 6 de setembro de 1777, a igreja foi abençoada com autorização do bispado de São Luís, Maranhão.

Domingos não esqueceu seus escravos e a eles conferiu o direito à religiosidade com a construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos Pobres, antes, Igreja de São Benedito. A imagem da santa, também, veio de Portugal. Aos olhos da Igreja, através da Inquisição, a não divulgação da Fé Católica aos escravos, era motivo de condenação aos ricos senhores. Sendo condenados, a fortuna era dividida entre a Coroa e a Igreja. Havia nessa época uma Aliança entre a Igreja e o Estado português, expressa pelo Padroado, que era uma espécie de concessão do Papa ao Rei de Portugal, baseada no fato de o Rei ser Grão-Mestre de três tradicionais ordens militares e religiosas de Portugal: a Ordem de Cristo (a mais importante), a de São Tiago



Altar-mor da Igreja-Matriz.



Altar do Santíssimo da Igreja-Matriz.

da Espada e a de São Bento. A Ordem de Cristo era herdeira da dos Templários e gozava de grande influência. O Rei de Portugal era, na prática, o chefe da Igreja lusa e suas colônias. Nesses áureos tempos, chegam à Parnaíba, os Saraiva de Carvalho.

Em 1777, o Nordeste da Colônia passa por um período de estiagem com graves efeitos no Ceará, que perde grande parte de seu rebanho de gado, sendo refeitos depois com o gado piauiense, privilegiado com a perenidade do Rio Parnaíba. Nesta crise cearense foram beneficiadas as charqueadas de Parnaíba, pois o Ceará era grande produtor de charque.

Domingos Dias da Silva desenvolveu o comércio, a indústria do charque, do sal, do couro, da sola, de embarcações. Era grande pecuarista e agricultor, contando com quase dois mil escravos. Nas boas propriedades, fazendas e engenhos de Pernambuco e Bahia, somava-se de quinhentos a oitocentos escravos. Domingos adquiriu terras e situou fazendas. Foi um dos arrematantes dos dízimos da Capitania de São José, tornando-se quase seu arrematante exclusivo desde Parnaíba até Parnaguá, no que era preferido porque os pagava à vista. O rendimento dos dízimos era aplicado, com as outras rendas, para pagamentos das despesas das igrejas, construção de templos e para as mais despesas em geral da Capitania, como: soldo de soldados, hospitais à tropa, petrechos de guerra, ordenados públicos etc. As charqueadas de Parnaíba concorreram tanto para o progresso da Capitania do Piauí, que a Vila recebeu a visita do Governador João Pereira Caldas, que foi honrosamente recepcionado pelo Senhor da Casa Grande.

Nos registros do início da década de oitenta do século XVIII, consta que, nas charqueadas de Parnaíba, era abatida, anualmente, uma média de quarenta mil bois, exportados juntamente com uma média de trinta mil couros com cabelos e quatro mil peças de sola. Esses abates correspondiam a um quarto da produção de a toda Capitania do Piauí. Enquanto os fazendeiros do resto do Piauí perdiam com o transporte do gado vivo, comboiados para diversas feiras noutras Capitanias, onde vários animais, ou se extraviavam ou morriam e os que conseguiam chegar perdiam um terço do peso, quando não acontecia o estouro dos bois espantados, Domingos Dias da Silva colhia grandes lucros, criava seus bois, que eram abatidos sem ter que transportá-los em grandes viagens. Depois de abatidos, eram retalhados, salgados, expostos ao sol, prensados e transformados em charque, que era acondicionado em garajaus e, assim transportado. Como não havia aparelhos para conservar alimentos, a técnica de produção do charque permitia que a carne bovina pudesse ser transportada e consumida após um ano. Preparava-se a carne de duas formas: de tassalho (fatia grande) e de posta (fatia pequena). A carne de tassalho provinha das mantas, em número de duas, formadas pelas massas musculares que cobriam o pescoço, as costelas e as laterais do boi, ao passo que a outra vinha dos quartos, que davam seis postas, duas para cada traseiro, e um

para cada dianteiro. O transporte era feito em cinco navios de sua propriedade e alguns construídos em seu estaleiro. Dois navegavam diretamente para Lisboa e Porto, a conduzir na volta, tecidos e gêneros da Europa. Os outros três navios levavam charque, couro, chifre, algodão, fumo e sola para os mercados do Maranhão, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. O carregamento de uma sumaca correspondia, aproximadamente, à produção de duas mil reses, ou sejam, no mínimo, oitenta mil quilos de carne seca.

Outra grande e vigorosa indústria da Vila de São João que merece registro é a do couro, preferido pela boa qualidade, curtido com a casca do angico. Parnaíba era a única Vila que industrializava o couro para exportação, que seguia junto com o charque. Nas outras, o couro era perdido, inclusive nas fazendas estaduais. O mercado interno, também, era grande consumidor das couramas. A sola, couros em cabelo, peles, raspas de couros constituíam matéria prima de primeira ordem da indústria européia. O couro em cabelo apresentava a maior parcela na exportação. De couro fabricavam-se todas as coisas, visto que era a matéria prima mais à mão e duradoura, como: portas de cabanas, estendido ao chão era leito de descanso, camas para o parto, padiolas, cordas, o mocó para levar comida, a maca para marinheiros nos navios, baús, mochilas, as peias para os cavalos e bois, selas para montaria, bainhas de facas, as roupas para entrar no mato, cintas diversas, cintos, bolsas, chinelos, sapatos, chapéus etc. O gibão de couro protegia os vaqueiros dos espinhos das matas e das setas dos índios. Era de couro o bernal, onde os vaqueiros levavam a paçoca, mistura de farinha de mandioca e carne, socada no pilão. Também, era de couro a mobília, cadeiras de encosto, tamboretas etc. No couro eram envolvidos os rolos de fumo, feitos os sacos para embalar farinhas e até açúcar. No telhado das casas, a carnaúba, por vezes, era amarrada com tiras de couro. A criação de gado e as charqueadas justificaram a existência de outras atividades, entre elas a produção do artesanato de couro. Para o historiador Capistrano de Abreu, a Colônia viveu "a época do couro". Por volta de 1780, o principal produto de exportação do Brasil era o açúcar, seguido pelas couramas.

Nesta época, os moradores de Parnaíba pedem ao Governador do Maranhão e Piauí, Dom Antônio de Sales e Noronha, a fundação de um convento ou hospício de religiosos por se encontrarem muito afastados da Sé, o bispado de São Luís, Maranhão. Domingos Dias da Silva pede ao mesmo Governador que lhe fosse concedido passaporte para se deslocar da Vila de São João a Lisboa; os direitos que foi obrigado a pagar no seu regresso, por não ter o feito antes, devido à inexistência de uma alfândega; solicitando, por este motivo, a criação dessa instituição e acerca do grande movimento do porto dessa Vila. Em Ofício, datado de 14 de novembro de 1781, o Governador escreve ao Conselho Ultramarino, repassando o pedido do Capitão Domingos.

Em 11 de outubro de 1785, João Luís Martins, comerciante da Vila de

São João, escreve à Rainha Dona Maria I, solicitando provisão para poder vender pólvora nesta Vila.

Em 13 de fevereiro de 1786, o Governador do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, faz Ofício ao Conselho Ultramarino informando sobre o grande comércio de carnes e peles praticado na Vila de São João da Parnaíba e sua extensão a Lisboa, a necessidade de uma Alfândega no porto desta Vila e as epidemias que fustigavam a população, em virtude da secagem das carnes.

Em 1787, nascia na Vila de São João, o escritor e poeta, Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. Aos seis anos de idade, viaja para o Reino, de onde voltaria bacharel em Direito. Em abril de 1788, o Ouvidor do Maranhão, Manoel Antônio Leitão Bandeira, escreve Ofício ao Conselho Ultramarino, sobre a plantação de tabaco na Vila de São João, pelo mestre de campo João Paulo Diniz.

Entre 1790 e 1792 o Nordeste brasileiro passou por outra calamidade e foi castigado com a Grande Seca. Com esta crise, a indústria do charque cearense entra num processo de extinção, favorecendo, consideravelmente, as charqueadas da Parnaíba. A Grande Seca contribuiu, também, para o aumento da população da Capitania do Piauí, em virtude da emigração das Capitânicas vizinhas castigadas pela estiagem.

Em 1792, foi cogitada, pela primeira vez, a idéia de transferência da sede do Governo do Piauí pelo Governador e Capitão-Mor das Capitânicas do Maranhão e Piauí, Dom Fernando Antônio de Noronha, que propôs a Dona Maria I, ao partir de Lisboa, para aqui assumir as suas funções.

Em 13 de julho de 1792, os juizes e irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Capela de Nossa Senhora da Graça da Vila de São João enviam requerimento à Rainha Dona Maria I, solicitando confirmação do seu compromisso e privilégios.

No apogeu da prosperidade de suas indústrias, que cultivavam fama em toda a Colônia, Domingos Dias da Silva, que já tinha constituído família na nascente Vila de São João, faleceu em 16 de Janeiro de 1793, repousando os seus restos mortais na rica Capela do Santíssimo na Igreja-Matriz, iniciada por ele em 1770 e terminada pelos filhos Simplicio e Raymundo Dias da Silva em 1795, para os quais deixou sua fortuna, mas reservando um terço para obras pias, legados e confrarias religiosas. No seu testamento recomenda aos seus testamentários a finalização da Capela do Santíssimo com suas alfaías e ornamentos e nela seja sepultado o seu corpo, acompanhado pelo pároco, pelos reverendos sacerdotes presentes e pelas irmandades do Sacramento da Graça e do Rosário, dos quais era irmão. Manda dar esmolas de cinquenta mil réis aos pobres da Cadeia da Cidade da Bahia, da Cidade de Pernambuco e para os da Cidade do Maranhão. Determina dar esmola de quatro mil réis a cada preso que se achar na Cadeia da Vila de São João. Dois mil réis para cada pobre que acompanhar o seu sepultamento. Dois mil réis a todos os órfãos, viúvas, ainda que não acompanhe o seu corpo. Deixou quantias para

Conventos da Bahia, Pernambuco, Maranhão e de Lisboa. Deixou pagas missas pelas almas de seus escravos. Pela intenção de sua alma, deixou pagas cinco mil missas. Na lápide de mármore que cobre o seu túmulo, consta ter sido ele o principal benfeitor dessa igreja e por si tão somente construída, à custa de sua fazenda, como reza o Compromisso aprovado pela Rainha Dona Maria I. Na sua lápide está escrito: "Dominicius Dias da Silva hoc jacet in tumulo parochia Pardonellos natus parnahybense oppido mortuus décima sexta die kalendas januarias anno Domini 1793 construit hanc aedem large quoque numerat illam perpetuo et tumulo morte cupit". Pode-se dizer que Parnaíba nasceu na Casa Grande, na senzala e nas igrejas dos Dias da Silva. Razões não faltam para que Domingos Dias da Silva seja considerado - o benfeitor de Parnaíba.

A partir de 1793, o destino da Vila de São João começa a passar pelas mãos do Coronel Simplício Dias da Silva. Nascido em Parnaíba no dia 2 de março de 1773, filho legítimo do Capitão Domingos Dias da Silva e da mulata Dona Claudina Josefa. Foi criado dentro dos padrões de riqueza que seu pai possuía. Sua fortuna apenas tinha rival em São Luís como a do comerciante maranhense, o banqueiro José Gonçalves da Silva, dono de grandes imóveis e propriedades agrícolas, contando com 1500 escravos. Tornou-se Simplício Dias, junto com o banqueiro maranhense, um dos maiores exportadores de gêneros tropicais para a Europa. Simplício Dias estudou nas melhores escolas de São Luís, Maranhão.

Em 1793, Simplício Dias foi nomeado Alferes de Cavalaria da Ordenança da Vila de São João e no mesmo ano foi promovido a Capitão. Ainda jovem, portador de grande inteligência, demonstrando inclinação para as lutas democráticas, Simplício Dias vai para Portugal, estudar onde os moços ricos da época estudavam - Coimbra, a única universidade portuguesa que conferia diplomas de leis, medicina, matemática e cânones. Era para lá que iam os moços ambiciosos do diploma de uma escola superior. Viajou pela Europa, sobretudo na Itália, Inglaterra e França. Estudando leis, ali se impregnou das idéias da Enciclopédia de Diderot e D'Alembert, de 1751. Conheceu as filosofias políticas de Voltaire, as lutas do Século das Luzes, iluminou-se com idéias liberais.

Voltaire, em seu livro Memórias, fala do despotismo dos reis e em particular de Frederico I e II, Reis da Prússia. Frederico I ao passar pela rua, todos se escondiam o mais depressa possível com medo das suas atrocidades. Frederico II, o filho, era um rapaz cheio de espírito, graça e polidez. Adorava tocar flauta, mas, o pai quebrava o instrumento; ao ver o filho com um livro, o Rei jogava o exemplar no fogo. Ao descobrir o namoro do Príncipe com uma jovem de Brandemburgo, o Rei fez com que essa dama desse a volta pela praça arrastada por um carrasco, que a açoitava aos olhos do filho. Cansado das atenções do pai, resolve fugir, para a Inglaterra ou França, com dois amigos.

Sabedor do plano, Frederico I prende os três. Pensou o Rei, que sua filha Guilhermina fizesse parte da conspiração e esta foi jogada a pontapés pela janela. Os amigos do Príncipe foram decapitados na frente do Rei e de seu filho. Salvo por juízes, o Príncipe foi poupado da guilhotina. Frederico II assume seu reinado. Herdara do pai muita riqueza e mais de sessenta e seis mil soldados esplendidamente equipados. O novo Rei escreve ao amigo Voltaire sobre os motivos para invadir a Áustria: "a vivacidade de meu caráter, a ambição, o interesse, o desejo de fazer com que falassem de mim, pesaram mais; e a guerra foi decidida".

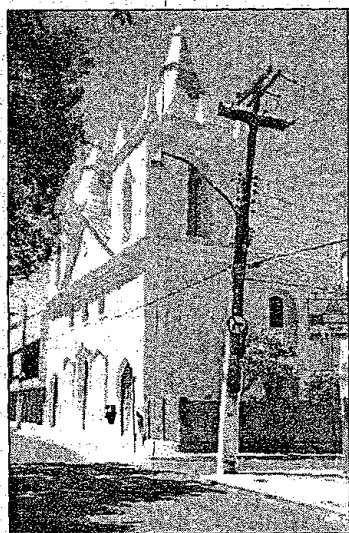
Mas, o moço rico do Brasil, como era conhecido Simplício Dias, em Portugal, ia mais longe. Dona Maria I, Rainha de Portugal, mãe de Dom João VI e avó de Dom Pedro I, resolveu construir um hospital em Lisboa, após um terremoto e grande inundação, que matou mais de dez mil pessoas e trouxe doenças. Porém, as finanças da Corte estavam abaladas. Iniciou-se, então, uma campanha para arrecadar fundos. Sugerido que se fosse a Coimbra, pois ali estudavam rapazes estrangeiros, filhos de pais que podiam auxiliar dona Maria I nessa jornada filantrópica. Simplício Dias, que gostava de colaborar com as causas justas, não só contribuiu, como ajudou a Rainha a concluir o hospital. Passou a ser persona grata na Casa Real e a freqüentar as festas e recepções de gala. Recebeu por esse feito título de nobreza, dando início a um relacionamento duradouro com a Corte e, posteriormente, com Dom Pedro I. Em 1795, com vinte e dois anos de idade, recebeu a Carta de Brasão das Armas da Rainha de Portugal, que foi registrada à folha 75 e seu verso, no Cartório da Nobreza, atualmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal. Recebeu o título de Moço Fidalgo da Casa Real e o Hábito da Ordem de Cristo. No seu brasão estão representadas as figuras das armas nobiliárias dos Dias, Silva e Seixas, tendo um leão, seu emblema, entrelaçando-se às três famílias, sendo a adem que ali se vê, o emblema do escudo dos Seixas. Este distintivo da nobreza tem as cores portuguesas e brasileiras, respectivamente: azul e branco e verde e amarelo.

O nobre Fidalgo, Simplício Dias, meu jovem colono brasileiro, como lhe chamava a Rainha, conheceu Dona Maria Izabel Thomázia de Seixas, sua prima e dama de honra de Dona Maria I, com quem se casou. Quando da chegada dos recém-casados, vindos de São Luís, a Vila de São João engalanou-se de festas para recepcionar o jovem casal. Tiveram quatro filhos: Antônio Raymundo Dias de Seixas e Silva, Simplício Dias de Seixas e Silva, Helena Amália Dias de Seixas e Silva e Carolina Thomázia Dias de Seixas e Silva. Esta última, assassinada na Freguesia de Buriti dos Lopes em 1850, em

circunstâncias misteriosas, crime atribuído ao escravo Aleixo, que se apaixonara por Carolina, ou dela tinha ódio pelos maus tratos. Era casada com o Capitão José Francisco de Miranda, filho do Coronel José Francisco de Miranda Osório e seus restos mortais repousam na Igreja-Matriz em Parnaíba. Na sua lápide está escrito: "vítima da crueldade d'um execrando monstro". Aleixo, com apenas vinte e cinco anos, foi levado à força. A lei era de Talião castigo igual à culpa, desforra igual à ofensa. Aleixo foi o último escravo enforcado em praça pública em Parnaíba.

Com a morte do Capitão Domingos Dias da Silva, fica sendo tutor do menor Raymundo Dias da Silva, o Capitão Manoel Antônio da Silva Henriques, que escreve à Rainha Dona Maria I, em 17 de novembro de 1797, solicitando uma Provisão que o autorize a administrar os bens do tutelado.

Em 1798, foi criado um correio marítimo entre Portugal e Brasil, e em virtude de Ordens Régias, lavrou o Governador João Amorim Pereira: "Havendo Sua Majestade, para seus vassallos, estabelecido por meio de bergantins (navios) um correio marítimo, que deve formar uma pronta, constante e segura correspondência entre os povos deste continente e os de Portugal; me ordena que nomeasse uma pessoa que aceitasse e distribuisse as cartas...; e como as embarcações destinadas para este fim hão de tocar na barra de São João da Parnaíba, nomeei para correio e diretor desse objeto a Antônio Alves Ferreira de Vêras, a quem poderão remeter os que quiserem as suas cartas...". Parnaíba teve assim, o primeiro serviço direto de correio internacional da Capitania do Piauí.



Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Construída para os 1800 escravos dos Dias da Silva.



Simplicio Dias da Silva e sua esposa Maria Izabel Thomázia de Seixas e Silva. Óleo sobre tela pertencente à Maria Helena Aquino de Seixas.



Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão França, 1789

Preâmbulo

O povo francês, convencido de que o esquecimento e o desprezo dos direitos naturais do homem são as únicas causas das desgraças do mundo, decidiu expor numa declaração solene esses direitos sagrados e inalienáveis. Assim, todos os cidadãos poderão comparar continuamente as ações do governo com os objetivos de qualquer instituição social, sem jamais se deixar oprimir e aviltar pela tirania, e ter sempre diante dos olhos os fundamentos de sua liberdade e de sua felicidade.

Artigo I

O objetivo comum da sociedade é a felicidade comum.

O governo é instituído para garantir ao homem o gozo desses direitos naturais e imprescritíveis.

Artigo II

Esses direitos são a igualdade, a liberdade, a segurança, a propriedade.

Artigo III

Todos os homens são iguais por natureza e diante da lei.

Artigo IV

A lei é expressão livre e solene da vontade geral, e é a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir.

Artigo V

Todos os cidadãos são igualmente admissíveis nos empregos públicos.

Artigo VI

A liberdade é o poder que permite ao homem fazer tudo o que não ofenda os direitos dos outros.

Artigo VII

O direito de manifestar o próprio pensamento e as próprias opiniões, seja através da imprensa, seja de qualquer outra forma, bem como o direito de reunir-se para praticar livremente cultos diversos, não podem ser vetados.

Artigo XXXIV

Existe opressão contra todo o corpo social, quando um só de seus membros é oprimido.

Existe opressão contra cada membro, quando o corpo social é oprimido.

Artigo XXXV

Quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é ... o mais sagrado e o mais indispensável dos deveres.

Em Ofício ao Ministro Ultramarino Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, datado de 8 de abril de 1798, o Governador do Piauí, João Amorim Pereira dizia, referindo-se a Oeiras: "a situação desta capitania é diametralmente oposta, não só ao seu adiantamento, mas ainda mesmo à sua conservação". Em 19 de abril de 1798, Manoel Antônio da Silva Henriques, envia Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o auxílio que promete dar ao correio marítimo que aportar no porto da Vila de São João.

Em junho de 1798, João José de Almeida escreve Ofício ao Governador do Piauí, Dom João Amorim Pereira, sobre os principais gêneros do comércio da Vila de São João, transacionados quer com o Reino, quer com a Índia. Este Ofício nos mostra que a Vila da Parnaíba tinha transações comerciais com essa Colônia Portuguesa, de onde vinham louças de porcelana. Algumas dessas peças da Companhia das Índias encontram-se no Museu do Piauí, em Teresina e faziam parte dos bens de Simplício Dias.

Em 15 de agosto de 1798, o Governador Dom João Amorim Pereira escreve carta à Dona Maria I, sobre a necessidade de um Ouvidor e Juiz de Fora para a Capitania e informando acerca da conveniência da mudança da Capital do Piauí para a Vila de São João da Parnaíba. Em 22 de novembro de 1798, o Governador do Piauí remete plantas da Vila de São João ao Conselho Ultramarino e pede a criação de uma Alfândega no Porto das Barcas. Também, em Ofício ao Ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, datado de 15 de agosto de 1799, o Governador João Amorim Pereira lamenta a distância da Capital da barra do Igaracú e do Porto das Barcas e o conseqüente extravio de cargas e documentos.

Em 3 de agosto de 1799, Simplício Dias e Manoel Antônio da Silva Henriques escrevem requerimento ao Príncipe Regente Dom João, solicitando confirmação de datas e sesmarias. Também, em agosto deste ano, estes dois comerciantes solicitam ao Juiz de Órfãos, Caetano da Silva Lopes, que termine o inventário dos bens do falecido Capitão Domingos Dias da Silva.

Em 1799, Simplício Dias perde uma sumaca atacada por corsários franceses. Nessa época, os navios piratas infestavam a costa nordestina e contra isso se fez necessário a escolta com navios de guerra, para proteção dos barcos que traziam mercadorias da Europa. Simplício Dias contou com esta proteção para seus barcos com o navio de guerra Minerva. Também, deu proteção aos navios com destino à Vila de São João, o brique de guerra Infante Dom Miguel, vindo de São Luís, Maranhão. Esse brique tinha o comando do Capitão Francisco de Salema Freire Garção, que no período da Independência sufocou Parnaíba, a pedido de Oeiras junto ao governo do Maranhão.

Em 1801, naufraga junto à praia da Pedra do Sal, depois de se chocar com os arrecifes, a fragata portuguesa Colombo, onde morreram 27 tripulantes, entre eles o comandante Bartolomeu José Soares.

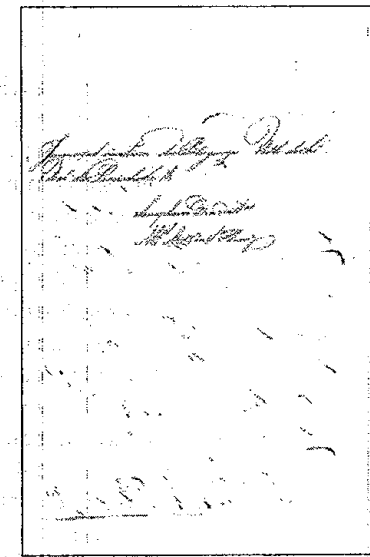
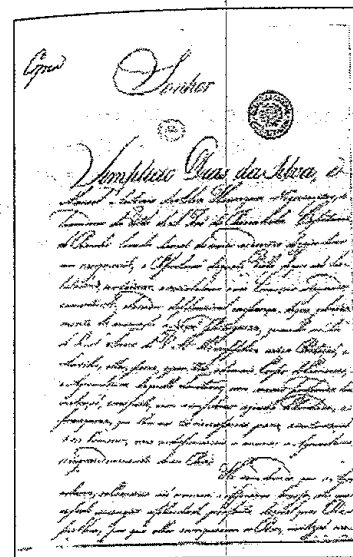
Em 13 de abril de 1801, a Câmara da Vila de São João da Parnaíba envia Carta ao Príncipe Regente, Dom João, solicitando a criação de uma Alfândega e uma navegação direta com os portos do Reino, pedido dos comerciantes dessa Vila.

Em 20 de setembro de 1802, o Capitão de Ordenanças da Parnaíba, Manoel Antônio da Silva Henriques, envia Requerimento ao Príncipe Regente, Dom João, solicitando licença para viajar ao Reino com sua esposa, Vitória Thomázia Clara e suas três filhas.

Em 1803, o comércio local era atrelado a São Luís, Maranhão. Simplício Dias solicita às autoridades portuguesas, que lhe fosse concedido os mesmos direitos de comércio direto com Lisboa, que antes seu falecido pai desfrutara. Em 30 de março de 1804, Simplício Dias e Manoel Antônio da Silva Henriques mandam Ofício ao Governador da Capitania de São José, Pedro Joze Cezar de Menezes, solicitando a criação de uma Alfândega. A Vila se expandia comercialmente e eram já muito grandes as transações com as praças do Maranhão, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Sem Alfândega, os comerciantes do Piauí eram obrigados a passar com seus produtos pelo entreposto ou do Maranhão ou de Pernambuco, com grandes despesas e riscos, o que diminuía seus lucros de 30 a 40%. Neste Ofício, Simplício Dias e Manoel Antônio manifestam o desejo de ver a Vila de São João da Parnaíba transformada em sede do Governo Central do Piauí. E assim, o Governador Pedro Joze escreve ao Príncipe Regente, Dom João: "...no ruidoso estado em que se acha a agricultura e o comércio desta capitania, é a vila de São João da Parnaíba mais opulenta que esta capital de Oeiras, e em todos os sentidos a quem tem mais capacidade para nela habitar, e para a residência do governador da capitania, onde não experimentará a indigência e penúria que aqui padece, ainda dos víveres de primeira necessidade. Por estas esperanças, que prometem as produções desta Capitania me convenço de que o requerimento dos suplicantes parece digno da real atenção de V.A.R., para lhes conceder o que pedem..."

Em 1805, foi criada a paróquia da Vila de São João sob a invocação de Nossa Senhora da Graça, por Provisão do Bispo diocesano do Maranhão, Dom Brito Homem. Com esta provisão, ficaram desmembradas as terras eclesiásticas de Nossa Senhora da Graça das de Nossa Senhora do Carmo, na Freguesia de Piracuruca.

Cópia parcial do requerimento de Simplício Dias da Silva e Manoel Antônio da Silva Henriques, datado de 11 de março de 1805, ao Príncipe Regente, Dom João VI, pedindo a criação de uma Alfândega e o comércio direto, sem escala de seus navios, em portos intermediários. Arquivo Ultramarino, Lisboa, Portugal.



Em Ofício a Simplício Dias, o Governador Carlos Cezar Burlamaqui escreve sobre o pedido do Príncipe Dom João, para que se faça sondagens no Delta do Parnaíba para "a investigação dos Portos por onde se fez e há de se fazer este comércio, e sabendo mais, que os que oferecem meios para isso, uns por já conhecidos e outros pela sua vastidão e aparência vantajosa são Igaraçu, Caju, Carrapato e Tutóia". Em 1806, com autorização ministerial, Simplício Dias fez o primeiro mapa oficial detalhado do Delta do Rio Parnaíba, reproduzido em aquarela, que ofereceu ao Governador Burlamaqui e está conservado no Arquivo Militar do Rio de Janeiro. Também, em 1806, o Governador Burlamaqui envia Ofício ao Conselho Ultramarino, pedindo o comércio direto do porto da Vila de São João com o Reino e o interior do Brasil. O Governador Burlamaqui fala da necessidade de se regular os corpos milicianos da Capitania, propõe a reforma do Coronel do Regimento de Cavalaria Miliciano, João Paulo Diniz, e a sua substituição pelo Capitão de Cavalaria Auxiliar, Simplício Dias da Silva.

Em janeiro de 1808, chega ao Brasil a Família Real portuguesa. Na Bahia, Dom João VI é aconselhado pelo Visconde de Cairú, José da Silva Lisboa, a abrir os portos brasileiros às nações amigas. Atendido o conselho de Cairú, o Príncipe Regente realizava a nossa independência comercial. Foi o primeiro passo para nossa independência política. Nesta Carta Régia, todos produtos foram liberados, menos o pau-brasil que continuou sob domínio da Coroa portuguesa. A Família Real seque para o Rio de Janeiro, onde foi

recebida com grandes festas, com oito dias de iluminação pública, ficando os lampiões acesos boa parte da noite.

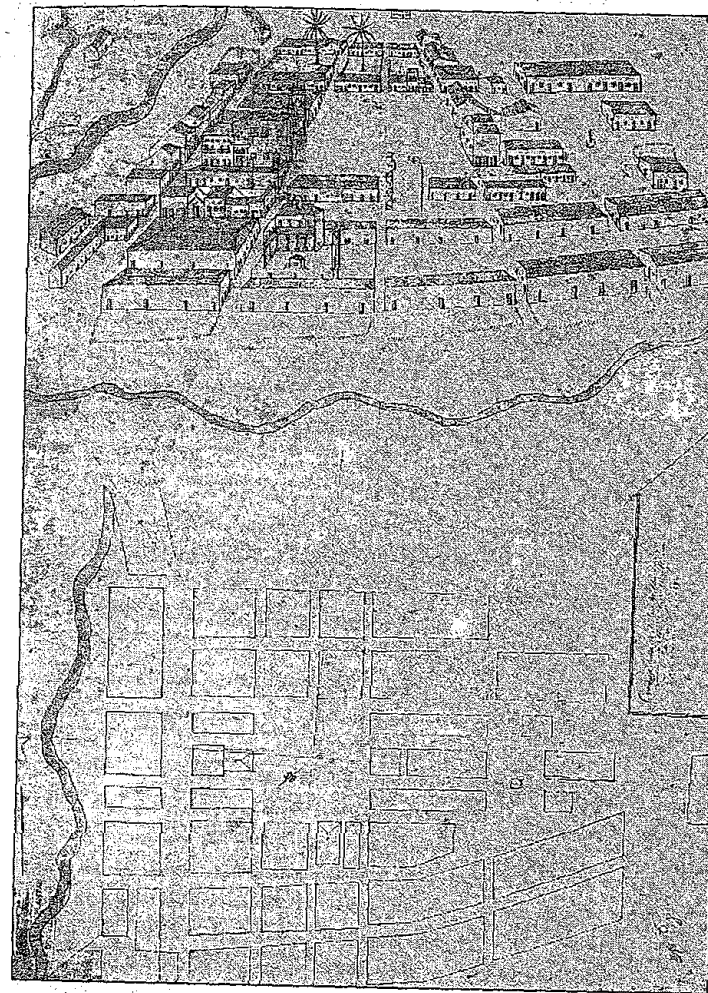
Em 24 de outubro de 1808, foi dado início à demarcação judicial das terras patrimoniais da Câmara da Vila de São João, operação assistida pelo Desembargador e Ouvidor Geral da Comarca, Henrique José da Silva, constando ditas terras de quatro léguas em quatro. Demarcação concluída em 21 de novembro de 1814, pelo Ouvidor José Francisco Silva Costa Furtado. Também, em 1808, Simpício Dias recebe longo Ofício do Governador Burlamaqui, em que se narram as hostilidades da França contra Portugal e se fazem recomendações minuciosas a respeito das medidas a serem adotadas para defesa do litoral do Piauí, cuja guarda competia às forças sediadas na Vila de São João.

Por Ofício de 3 de junho de 1808, propôs o Governador Carlos Cezar Burlamaqui ao Governo da Metrópole a criação de um Correio Geral na Capitania, assegurando as suas vantagens e o lucro que deixaria à Fazenda pela sua renda. Sobre a falta de um serviço regular, o Governador reclama que uma carta de Oeiras ao Rio de Janeiro levava de três a quatro meses. Nesse ano, o parnaibano, Ovídio Saraiva de Carvalho, lança em Coimbra, Portugal, o livro *Poemas*, considerado o primeiro livro publicado por um autor piauiense. Ovídio escreveu: *Ode Pindárica e Congratulatória ao Príncipe, à Pátria e à Academia, pela restauração do governo legítimo*, em 1808; *O Patriotismo Acadêmico e O Pranto Americano*, em 1812; *O Amigo do Rei e a Nação*, em 1821; *Consideração sobre a Legislação Criminal do Império do Brasil*; e outros trabalhos.

Segundo o documento *Memória Relativa às Capitanias do Piauí e Maranhão*, de 1808, no Porto de Parnaíba observou-se um superávit na balança comercial: 106.420\$000 exportados e, 58.504\$900 de importações, excelentes números para época. De Portugal vinham secos e molhados e da própria Colônia seguiam açúcar e diversos. O grosso das importações era de escravos que, na sua maioria vinham do Congo e Benguela, destinados para lavouras de algodão, fumo e trabalho nas charqueadas. Entre os escravos de Simpício Dias, percebe-se um grande percentual de artesãos, carpinteiros, ferreiros, serradores, muitos ligados à fabricação de barcos, o que refletia as condições geográficas da Vila de São João. Nas demais regiões do Piauí, 70% dos escravos eram roceiros e vaqueiros. Em *O Piauí nas lutas da Independência do Brasil*, Monsenhor Chaves diz: "Mas, Parnaíba não era só Simpício Dias da Silva. Outros proprietários, ali possuíam barcos de 1100 e 1200 arrobas e botes que escoavam os produtos pelo rio e ainda se empregavam em carga e descarga das embarcações de rotas marítimas. Cerca de 60 canoas de vários tamanhos serviam na Vila e em seu termo, a lavradores, negociantes e pescadores. O número de carpinteiros registrados em Parnaíba, 53 de machado e de ribeira e 21 calafetes, era superior ao do resto da Província". Os

carpinteiros de machado construíam casas e carros de tração animal. Os de ribeira, com os calafetes, fabricavam os barcos. Na Barra do Longá, termo da Vila da Parnaíba, João Francisco dos Santos, também, construíam barcos no seu estaleiro.

Em 1809, o Governador Burlamaqui explica que na Capitania de São José do Piauí "também se lavra para exportar nas margens do rio Parnaíba e nos contornos da vila do mesmo nome"



Perspectivas e Plantas da Villa de São João da Parnahyba, desenhadas por orientação do Governador da Capitania do Piauí, Carlos Cezar Burlamaqui, em 1809. O largo menor tem ao centro o Pelourinho, símbolo do poder da Câmara. Tem como autor, Jozé Pedro Cezar de Menezes.
Fonte: Arquivo Histórico do Exército, RJ.

Na Casa Grande da Parnaíba, Simplicio Dias mantinha uma banda de música, composta de meninos escravos, na maior parte educados em Lisboa e no Rio de Janeiro. Na época, em toda Colônia, se contavam apenas quatro orquestras, mas, apenas duas eram formadas por escravos: a da Vila de São João e a de Dom João VI. Eram célebres as noites sociais e as danças clássicas, o chique das reuniões. Ocupava-se Simplicio Dias das belas artes. Com grande número de escravos, organizou um regimento, que às vezes causou inquietação ao Governo. Nas suas excentricidades e caprichos, Simplicio Dias chegou a presentear Dom Pedro I com um cacho de bananas, de tamanho natural, todo de ouro e com pedras preciosas no bico das frutas. Propõe ao Príncipe Dom João revestir o piso de uma de suas salas de seu solar, com moedas de ouro. Idéia desaprovada pelo Príncipe, pois ao se caminhar sobre as moedas, ou se pisaria o Brasão português, ou a cara do Príncipe. Foi consentido que se colocasse a moeda de pé. Assim, Simplicio Dias desistiu da extravagante idéia.

Conta a tradição popular que, Simplicio Dias foi presenteado pelo Sultão da Turquia, Selim III, com um imponente cavalo árabe. Batizado de El Ramanaian, o Coronel logo se afeioou ao animal. Adestrado, realizava movimentos de ajoelhar, dançar, ficar apoiado somente nas patas traseiras, marchar ziguezagueando e relinchar ao comando de seu dono. Com a morte do cavalo, o que trouxe muita tristeza para seu dono, Simplicio Dias ordena que vestissem o animal com um manto de veludo vermelho e que El Ramanaian fosse honrosamente sepultado na Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Graça.

Em 12 de outubro de 1810, o Dr. Ovídio Saraiva de Carvalho faz requerimento ao Príncipe Regente, Dom João, solicitando passaporte para vir de Lisboa para o Maranhão e de lá passar ao Piauí, levando consigo sua esposa Umbelina Joana Almadanino.

Como o boi no Piauí era moeda de troca, em 1811, com dez bois se comprava um escravo menino e com cem, um escravo adulto. Com a Lei inglesa Bill Aberdeen, de 1845, que proibia o tráfico de escravos e a aproximação da Lei Áurea em 1888, o preço dos escravos foi aumentado.

Em virtude do estado florescente que vinha patenteando a Vila de São João, por Alvará de 8 de maio de 1811, foi criado o lugar de Juiz de Fora do Civil, Crime e Órfãos, estendendo-se sua ação à Vila de Santo Antônio de Campo Maior, com permissão ao Juiz residir onde mais conviesse ao serviço.

Henry Koster, português dono de engenho de cana-de-açúcar em Pernambuco, esteve na Vila de São João, em 1811. Escreveu *Travels in Brasil*, lançado na Europa, e *Viagens ao Nordeste do Brasil*, onde narra: "fui introduzido nas casas dos primeiros negociantes e plantadores. O Coronel Simplicio Dias, governador da Parnaíba, onde possui magnífico solar, é rico e tem caráter independente. A homens, como o coronel Simplicio Dias, pode-se atribuir o progresso do país".

No dia 11 de abril de 1812, morre, aos trinta anos, o Tenente-Coronel de Cavalaria Miliciã, Raymundo Dias da Silva. Junto com seu irmão Simplicio Dias, administrava o espólio deixado por seu pai e era ligado a resolver assuntos do campo. Deixou viúva Dona Justina Josefa Dorea da Silva e três filhos. Seus restos mortais repousam na Capela do Santíssimo na Igreja-Matriz de Parnaíba.

Em 22 de julho de 1812, o Senado da Câmara da Vila de São João envia requerimento seguido de centenas de assinaturas, ao então Príncipe Regente Dom João de Portugal, solicitando a transferência da residência do Governador da Capitania para Parnaíba. Os parnaibanos, neste requerimento, propõem: "construir à custa das próprias rendas o Palácio do Governo, para evitar despesas à Fazenda Real".

Em 1813, chega à Parnaíba José Francisco de Miranda Osório, vindo de Oeiras, tornando-se grande comerciante e participando ativamente da vida política da Vila de São João e da Capitania e depois, Província do Piauí. Foi casado em primeiras núpcias com sua prima Angelina Rosa Umbelina, prima do Cel. Simplicio Dias. Era sobrinho de Manoel Antônio da Silva Henriques. Nesse ano, desembarca na Vila de São João da Parnaíba o recém nomeado Governador, Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos, que segue para a Capital de canoa pelo rio, sendo o primeiro Governador a subir o Parnaíba. Por ter conhecido as condições da Vila de São João, o Governador Botelho propõe a mudança da Capital para o litoral. Também, em 1813, entra em funcionamento o Juizado de Fora da Vila de Parnaíba, quando toma posse o Dr. José Francisco da Silva Castro Furtado. Nessa época, a Vila de São João recebe reinóis, vindos para cá incentivados pela isenção do serviço militar, para si e seus filhos.

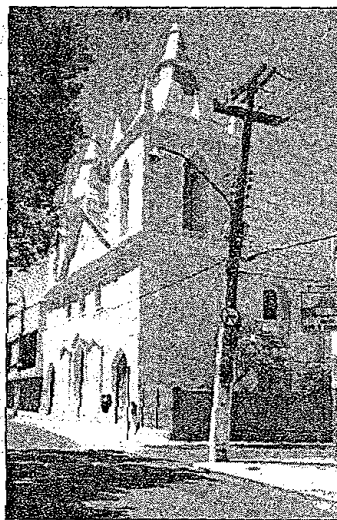


Tenente-Coronel José Francisco de Miranda Osório. Valoroso intrépido militar, defensor da liberdade do Brasil, no Piauí.

circunstâncias misteriosas, crime atribuído ao escravo Aleixo, que se apaixonara por Carolina, ou dela tinha ódio pelos maus tratos. Era casada com o Capitão José Francisco de Miranda, filho do Coronel José Francisco de Miranda Osório e seus restos mortais repousam na Igreja-Matriz em Parnaíba. Na sua lápide está escrito: "vítima da crueldade d'um execrando monstro". Aleixo, com apenas vinte e cinco anos, foi levado à forca. A lei era de Talião castigo igual à culpa, desforra igual à ofensa. Aleixo foi o último escravo enforcado em praça pública em Parnaíba.

Com a morte do Capitão Domingos Dias da Silva, fica sendo tutor do menor Raymundo Dias da Silva, o Capitão Manoel Antônio da Silva Henriques, que escreve à Rainha Dona Maria I, em 17 de novembro de 1797, solicitando uma Provisão que o autorize a administrar os bens do tutelado.

Em 1798, foi criado um correio marítimo entre Portugal e Brasil, e em virtude de Ordens Régias, lavrou o Governador João Amorim Pereira: "Havendo Sua Majestade, para seus vassallos, estabelecido por meio de bergantins (navios) um correio marítimo, que deve formar uma pronta, constante e segura correspondência entre os povos deste continente e os de Portugal; me ordena que nomeasse uma pessoa que aceitasse e distribuisse as cartas...; e como as embarcações destinadas para este fim hão de tocar na barra de São João da Parnaíba, nomeei para correio e diretor desse objeto a Antônio Alves Ferreira de Vêras, a quem poderão remeter os que quiserem as suas cartas...". Parnaíba teve assim, o primeiro serviço direto de correio internacional da Capitania do Piauí.



Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Construída para os 1800 escravos dos Dias da Silva.



Simplicio Dias da Silva e sua esposa Maria Izabel Thomázia de Seixas e Silva. Óleo sobre tela pertencente à Maria Helená Aquino de Seixas.



Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão França, 1789

Preâmbulo

O povo francês, convencido de que o esquecimento e o desprezo dos direitos naturais do homem são as únicas causas das desgraças do mundo, decidiu expor numa declaração solene esses direitos sagrados e inalienáveis. Assim, todos os cidadãos poderão comparar continuamente as ações do governo com os objetivos de qualquer instituição social, sem jamais se deixar oprimir e aviltar pela tirania, e ter sempre diante dos olhos os fundamentos de sua liberdade e de sua felicidade.

Artigo I

O objetivo comum da sociedade é a felicidade comum.

O governo é instituído para garantir ao homem o gozo desses direitos naturais e imprescritíveis.

Artigo II

Esses direitos são a igualdade, a liberdade, a segurança, a propriedade.

Artigo III

Todos os homens são iguais por natureza e diante da lei.

Artigo IV

A lei é expressão livre e solene da vontade geral, e é a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir.

Artigo V

Todos os cidadãos são igualmente admissíveis nos empregos públicos.

Artigo VI

A liberdade é o poder que permite ao homem fazer tudo o que não ofenda os direitos dos outros.

Artigo VII

O direito de manifestar o próprio pensamento e as próprias opiniões, seja através da imprensa, seja de qualquer outra forma, bem como o direito de reunir-se para praticar livremente cultos diversos, não podem ser vetados.

Artigo XXXIV

Existe opressão contra todo o corpo social, quando um só de seus membros é oprimido.

Existe opressão contra cada membro, quando o corpo social é oprimido.

Artigo XXXV

Quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é ... o mais sagrado e o mais indispensável dos deveres.

Em Ofício ao Ministro Ultramarino Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, datado de 8 de abril de 1798, o Governador do Piauí, João Amorim Pereira dizia, referindo-se a Oeiras: "a situação desta capitania é diametralmente oposta, não só ao seu adiantamento, mas ainda mesmo à sua conservação". Em 19 de abril de 1798, Manoel Antônio da Silva Henriques, envia Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o auxílio que promete dar ao correio marítimo que aportar no porto da Vila de São João.

Em junho de 1798, João José de Almeida escreve Ofício ao Governador do Piauí, Dom João Amorim Pereira, sobre os principais gêneros do comércio da Vila de São João, transacionados quer com o Reino, quer com a Índia. Este Ofício nos mostra que a Vila da Parnaíba tinha transações comerciais com essa Colônia Portuguesa, de onde vinham louças de porcelana. Algumas dessas peças da Companhia das Índias encontram-se no Museu do Piauí, em Teresina e faziam parte dos bens de Simplicio Dias.

Em 15 de agosto de 1798, o Governador Dom João Amorim Pereira escreve carta à Dona Maria I, sobre a necessidade de um Ouvidor e Juiz de Fora para a Capitania e informando acerca da conveniência da mudança da Capital do Piauí para a Vila de São João da Parnaíba. Em 22 de novembro de 1798, o Governador do Piauí remete plantas da Vila de São João ao Conselho Ultramarino e pede a criação de uma Alfândega no Porto das Barcas. Também, em Ofício ao Ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, datado de 15 de agosto de 1799, o Governador João Amorim Pereira lamenta a distância da Capital da barra do Igaraçu e do Porto das Barcas e o conseqüente extravio de cargas e documentos.

Em 3 de agosto de 1799, Simplicio Dias e Manoel Antônio da Silva Henriques escrevem requerimento ao Príncipe Regente Dom João, solicitando confirmação de datas e sesmarias. Também, em agosto deste ano, estes dois comerciantes solicitam ao Juiz de Órfãos, Caetano da Silva Lopes, que termine o inventário dos bens do falecido Capitão Domingos Dias da Silva.

Em 1799, Simplicio Dias perde uma sumaca atacada por corsários franceses. Nessa época, os navios piratas infestavam a costa nordestina e contra isso se fez necessário a escolta com navios de guerra, para proteção dos barcos que traziam mercadorias da Europa. Simplicio Dias contou com esta proteção para seus barcos com o navio de guerra Minerva. Também, deu proteção aos navios com destino à Vila de São João, o brique de guerra Infante Dom Miguel, vindo de São Luís, Maranhão. Esse brique tinha o comando do Capitão Francisco de Salema Freire Garção, que no período da Independência sufocou Parnaíba, a pedido de Oeiras junto ao governo do Maranhão.

Em 1801, naufraga junto à praia da Pedra do Sal, depois de se chocar com os arrecifes, a fragata portuguesa Colombo, onde morreram 27 tripulantes, entre eles o comandante Bartolomeu José Soares.

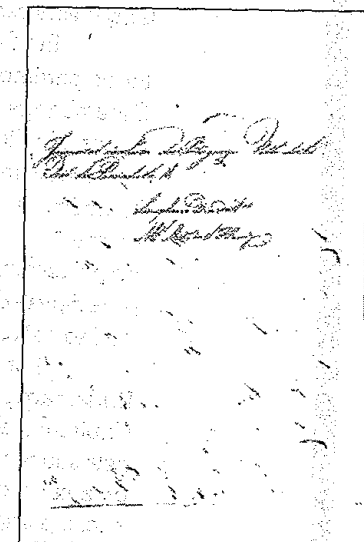
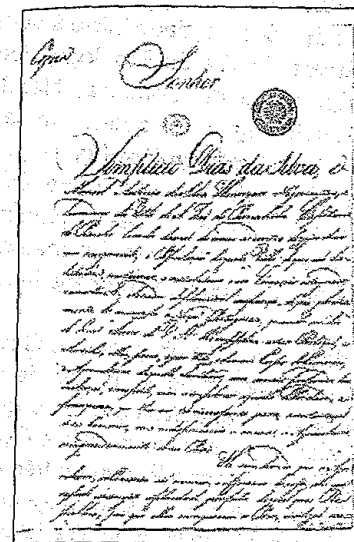
Em 13 de abril de 1801, a Câmara da Vila de São João da Parnaíba envia Carta ao Príncipe Regente, Dom João, solicitando a criação de uma Alfândega e uma navegação direta com os portos do Reino, pedido dos comerciantes dessa Vila.

Em 20 de setembro de 1802, o Capitão de Ordenanças da Parnaíba, Manoel Antônio da Silva Henriques, envia Requerimento ao Príncipe Regente, Dom João, solicitando licença para viajar ao Reino com sua esposa, Vitória Thomázia Clara e suas três filhas.

Em 1803, o comércio local era atrelado a São Luís, Maranhão. Simplício Dias solicita às autoridades portuguesas, que lhe fosse concedido os mesmos direitos de comércio direto com Lisboa, que antes seu falecido pai desfrutara. Em 30 de março de 1804, Simplício Dias e Manoel Antônio da Silva Henriques mandam Ofício ao Governador da Capitania de São José, Pedro Joze Cezar de Menezes, solicitando a criação de uma Alfândega. A Vila se expandia comercialmente e eram já muito grandes as transações com as praças do Maranhão, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Sem Alfândega, os comerciantes do Piauí eram obrigados a passar com seus produtos pelo entreposto ou do Maranhão ou de Pernambuco, com grandes despesas e riscos, o que diminuía seus lucros de 30 a 40%. Neste Ofício, Simplício Dias e Manoel Antônio manifestam o desejo de ver a Vila de São João da Parnaíba transformada em sede do Governo Central do Piauí. E assim, o Governador Pedro Joze escreve ao Príncipe Regente, Dom João: "...no ruidoso estado em que se acha a agricultura e o comércio desta capitania, é a vila de São João da Parnaíba mais opulenta que esta capital de Oeiras, e em todos os sentidos a quem tem mais capacidade para nela habitar, e para a residência do governador da capitania, onde não experimentará a indigência e penúria que aqui padece, ainda dos víveres de primeira necessidade. Por estas esperanças, que prometem as produções desta Capitania me convenço de que o requerimento dos suplicantes parece digno da real atenção de V.A.R., para lhes conceder o que pedem..."

Em 1805, foi criada a paróquia da Vila de São João sob a invocação de Nossa Senhora da Graça, por Provisão do Bispo diocesano do Maranhão, Dom Brito Homem. Com esta provisão, ficaram desmembradas as terras eclesásticas de Nossa Senhora da Graça das de Nossa Senhora do Carmo, na Freguesia de Piracuruca.

Cópia parcial do requerimento de Simplício Dias da Silva e Manoel Antônio da Silva Henriques, datado de 11 de março de 1805, ao Príncipe Regente, Dom João VI, pedindo a criação de uma Alfândega e o comércio direto, sem escala de seus navios, em portos intermediários. Arquivo Ultramarino, Lisboa, Portugal.



Em Ofício a Simplício Dias, o Governador Carlos Cezar Burlamaqui escreve sobre o pedido do Príncipe Dom João, para que se faça sondagens no Delta do Parnaíba para "a investigação dos Portos por onde se fez e há de se fazer este comércio, e sabendo mais, que os que oferecem meios para isso, uns por já conhecidos e outros pela sua vastidão e aparência vantajosa são Igaracú, Caju, Carrapato e Tutóia". Em 1806, com autorização ministerial, Simplício Dias fez o primeiro mapa oficial detalhado do Delta do Rio Parnaíba, reproduzido em aquarela, que ofereceu ao Governador Burlamaqui e está conservado no Arquivo Militar do Rio de Janeiro. Também, em 1806, o Governador Burlamaqui envia Ofício ao Conselho Ultramarino, pedindo o comércio direto do porto da Vila de São João com o Reino e o interior do Brasil. O Governador Burlamaqui fala da necessidade de se regular os corpos milicianos da Capitania, propõe a reforma do Coronel do Regimento de Cavalaria Miliciano, João Paulo Diniz, e a sua substituição pelo Capitão de Cavalaria Auxiliar, Simplício Dias da Silva.

Em janeiro de 1808, chega ao Brasil a Família Real portuguesa. Na Bahia, Dom João VI é aconselhado pelo Visconde de Cairú, José da Silva Lisboa, a abrir os portos brasileiros às nações amigas. Atendido o conselho de Cairú, o Príncipe Regente realizava a nossa independência comercial. Foi o primeiro passo para nossa independência política. Nesta Carta Régia, todos produtos foram liberados, menos o pau-brasil que continuou sob domínio da Coroa portuguesa. A Família Real seque para o Rio de Janeiro, onde foi

recebida com grandes festas, com oito dias de iluminação pública, ficando os lâmpões acesos boa parte da noite.

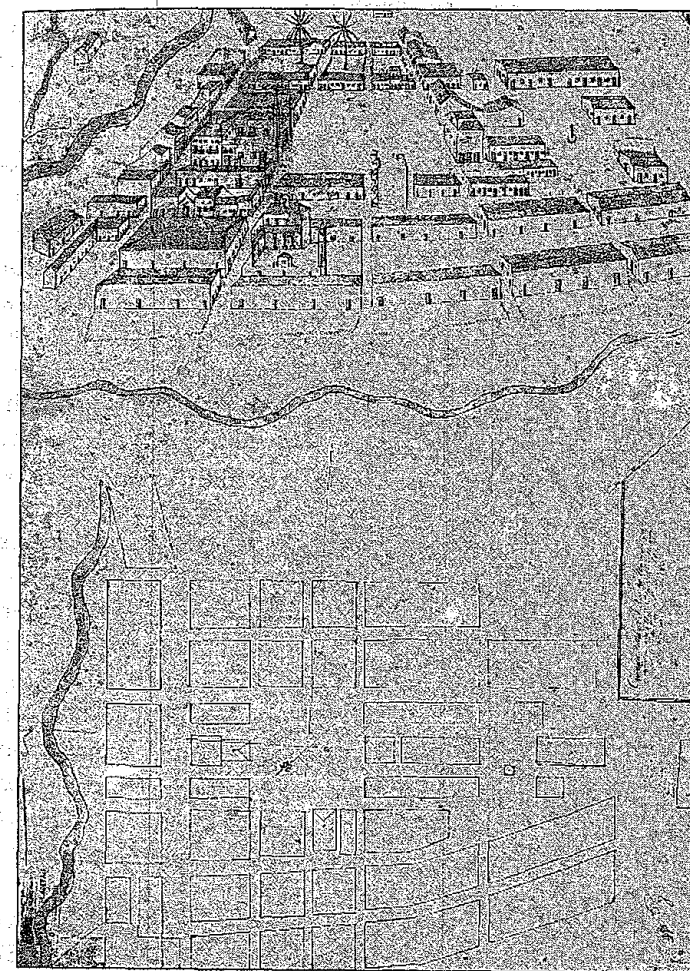
Em 24 de outubro de 1808, foi dado início à demarcação judicial das terras patrimoniais da Câmara da Vila de São João, operação assistida pelo Desembargador e Ouvidor Geral da Comarca, Henrique José da Silva, constando ditas terras de quatro léguas em quatro. Demarcação concluída em 21 de novembro de 1814, pelo Ouvidor José Francisco Silva Costa Furtado. Também, em 1808, Simplício Dias recebe longo Ofício do Governador Burlamaqui, em que se narram as hostilidades da França contra Portugal e se fazem recomendações minuciosas a respeito das medidas a serem adotadas para defesa do litoral do Piauí, cuja guarda competia às forças sediadas na Vila de São João.

Por Ofício de 3 de junho de 1808, propôs o Governador Carlos Cezar Burlamaqui ao Governo da Metrópole a criação de um Correio Geral na Capitania, assegurando as suas vantagens e o lucro que deixaria à Fazenda pela sua renda. Sobre a falta de um serviço regular, o Governador reclama que uma carta de Oeiras ao Rio de Janeiro levava de três a quatro meses. Nesse ano, o parnaibano, Ovídio Saraiva de Carvalho, lança em Coimbra, Portugal, o livro *Poemas*, considerado o primeiro livro publicado por um autor piauiense. Ovídio escreveu: *Ode Pindárica e Congratulatória ao Príncipe, à Pátria e à Academia*, pela restauração do governo legítimo, em 1808; *O Patriotismo Acadêmico* e *O Pranto Americano*, em 1812; *O Amigo do Rei e a Nação*, em 1821; *Consideração sobre a Legislação Criminal do Império do Brasil*; e outros trabalhos.

Segundo o documento *Memória Relativa às Capitânicas do Piauí e Maranhão*, de 1808, no Porto de Parnaíba observou-se um superávit na balança comercial: 106.420\$000 exportados e, 58.504\$900 de importações, excelentes números para época. De Portugal vinham secos e molhados e da própria Colônia seguiam açúcar e diversos. O grosso das importações era de escravos que, na sua maioria vinham do Congo e Benguela, destinados para lavouras de algodão, fumo e trabalho nas charqueadas. Entre os escravos de Simplício Dias, percebe-se um grande percentual de artesãos, carpinteiros, ferreiros, serradores, muitos ligados à fabricação de barcos, o que refletia as condições geográficas da Vila de São João. Nas demais regiões do Piauí, 70% dos escravos eram roceiros e vaqueiros. Em O Piauí nas lutas da Independência do Brasil, Monsenhor Chaves diz: "Mas, Parnaíba não era só Simplício Dias da Silva. Outros proprietários, ali possuíam barcos de 1100 e 1200 arrobas e botes que escoavam os produtos pelo rio e ainda se empregavam em carga e descarga das embarcações de rotas marítimas. Cerca de 60 canoas de vários tamanhos serviam na Vila e em seu termo, a lavradores, negociantes e pescadores. O número de carpinteiros registrados em Parnaíba, 53 de machado e de ribeira e 21 calafetes, era superior ao do resto da Província". Os

carpinteiros de machado construíam casas e carros de tração animal. Os de ribeira, com os calafetes, fabricavam os barcos. Na Barra do Longá, termo da Vila da Parnaíba, João Francisco dos Santos, também, construía barcos no seu estaleiro.

Em 1809, o Governador Burlamaqui explica que na Capitania de São José do Piauí "também se lavra para exportar nas margens do rio Parnaíba e nos contornos da vila do mesmo nome"



Perspectivas e Plantas da Vila de São João da Parnahyba, desenhadas por orientação do Governador da Capitania do Piauí, Carlos Cezar Burlamaqui, em 1809: O largo menor tem ao centro o Pelourinho, símbolo do poder da Câmara. Tem como autor, Jozé Pedro Cezar de Menezes.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército, RJ.

Na Casa Grande da Parnaíba, Simpício Dias mantinha uma banda de música, composta de meninos escravos, na maior parte educados em Lisboa e no Rio de Janeiro. Na época, em toda Colônia, se contavam apenas quatro orquestras, mas, apenas duas eram formadas por escravos: a da Vila de São João e a de Dom João VI. Eram célebres as noites sociais e as danças clássicas, o chique das reuniões. Ocupava-se Simpício Dias das belas artes. Com grande número de escravos, organizou um regimento, que às vezes causou inquietação ao Governo. Nas suas excentricidades e caprichos, Simpício Dias chegou a presentear Dom Pedro I com um cacho de bananas, de tamanho natural, todo de ouro e com pedras preciosas no bico das frutas. Propõe ao Príncipe Dom João revestir o piso de uma de suas salas de seu solar, com moedas de ouro. Idéia desaprovada pelo Príncipe, pois ao se caminhar sobre as moedas, ou se pisaria o Brasão português, ou a cara do Príncipe. Foi consentido que se colocasse a moeda de pé. Assim, Simpício Dias desistiu da extravagante idéia.

Conta a tradição popular que, Simpício Dias foi presenteado pelo Sultão da Turquia, Selim III, com um imponente cavalo árabe. Batizado de El Ramanaian, o Coronel logo se afeiçoou ao animal. Adestrado, realizava movimentos de ajoelhar, dançar, ficar apoiado somente nas patas traseiras, marchar ziguezagueando e relinchar ao comando de seu dono. Com a morte do cavalo, o que trouxe muita tristeza para seu dono, Simpício Dias ordena que vestissem o animal com um manto de veludo vermelho e que El Ramanaian fosse honrosamente sepultado na Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Graça.

Em 12 de outubro de 1810, o Dr. Ovídio Saraiva de Carvalho faz requerimento ao Príncipe Regente, Dom João, solicitando passaporte para vir de Lisboa para o Maranhão e de lá passar ao Piauí, levando consigo sua esposa Umbelina Joana Almadanino.

Como o boi no Piauí era moeda de troca, em 1811, com dez bois se comprava um escravo menino e com cem, um escravo adulto. Com a Lei inglesa Bill Aberdeen, de 1845, que proibia o tráfico de escravos e a aproximação da Lei Áurea em 1888, o preço dos escravos foi aumentado.

Em virtude do estado florescente que vinha patenteando a Vila de São João, por Alvará de 8 de maio de 1811, foi criado o lugar de Juiz de Fora do Civil, Crime e Órfãos, estendendo-se sua ação à Vila de Santo Antônio de Campo Maior, com permissão ao Juiz residir onde mais conviesse ao serviço.

Henry Koster, português dono de engenho de cana-de-açúcar em Pernambuco, esteve na Vila de São João, em 1811. Escreveu Travels in Brasil, lançado na Europa, e Viagens ao Nordeste do Brasil, onde narra: "fui introduzido nas casas dos primeiros negociantes e plantadores. O Coronel Simpício Dias, governador da Parnaíba, onde possui magnífico solar, é rico e tem caráter independente. A homens, como o coronel Simpício Dias, pode-se atribuir o progresso do país".

No dia 11 de abril de 1812, morre, aos trinta anos, o Tenente-Coronel de Cavalaria Miliciania, Raymundo Dias da Silva. Junto com seu irmão Simpício Dias, administrava o espólio deixado por seu pai e era ligado a resolver assuntos do campo. Deixou viúva Dona Justina Josefa Dorea da Silva e três filhos. Seus restos mortais repousam na Capela do Santíssimo na Igreja-Matriz de Parnaíba.

Em 22 de julho de 1812, o Senado da Câmara da Vila de São João envia requerimento seguido de centenas de assinaturas, ao então Príncipe Regente Dom João de Portugal, solicitando a transferência da residência do Governador da Capitania para Parnaíba. Os parnaibanos, neste requerimento, propõem: "construir à custa das próprias rendas o Palácio do Governo, para evitar despesas à Fazenda Real".

Em 1813, chega à Parnaíba José Francisco de Miranda Osório, vindo de Oeiras, tornando-se grande comerciante e participando ativamente da vida política da Vila de São João e da Capitania e depois, Província do Piauí. Foi casado em primeiras núpcias com sua prima Angelina Rosa Umbelina, prima do Cel. Simpício Dias. Era sobrinho de Manoel Antônio da Silva Henriques. Nesse ano, desembarca na Vila de São João da Parnaíba o recém nomeado Governador, Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos, que segue para a Capital de canoa pelo rio, sendo o primeiro Governador a subir o Parnaíba. Por ter conhecido as condições da Vila de São João, o Governador Botelho propõe a mudança da Capital para o litoral. Também, em 1813, entra em funcionamento o Juizado de Fora da Vila de Parnaíba, quando toma posse o Dr. José Francisco da Silva Castro Furtado. Nessa época, a Vila de São João recebe reinóis, vindos para cá incentivados pela isenção do serviço militar, para si e seus filhos.



Tenente-Coronel José Francisco de Miranda Osório. Valoroso intrépido militar, defensor da liberdade do Brasil, no Piauí.

Em 1814, foi aberta uma linha de Correio marítimo entre a Vila de São João e Salvador-Bahia. Instalou-se, também, o serviço de Correio regular, tendo como responsável o Capitão João José de Sales. Criada pelo Governador Baltazar de Souza Botelho, a linha de Correio ligava a Vila de São João a Capital, Oeiras, passando por Campo Maior, Marvão e Valença. As cartas e mais documentos oficiais destinados a outras Províncias e para Portugal, ficavam aguardando transporte marítimo, o que demorava, não raramente, meses.

Em 1812, o Governador do Ceará, o Coronel Manuel Inácio de Sampaio, inicia os serviços de Correio nesta Capitania e em 1815 amplia esses serviços até a Vila de São João. O Governador Sampaio nomeia o Capitão Sales, agente da Vila e escreve aos demais agentes: "Satisfazendo aos desejos dos negociantes e mais habitantes da Villa da Parnaíba, que me foram comunicados pelo actual Juiz de Fora daquela V^a. o Dezor. José Francisco da Silva da Costa Furtado, e pelo Coronel Simplicio Dias da Silva, e de acordo com o Governador d'aquela Capitania de Piauí, acabo de estabelecer na dita Villa da Parnaíba huma Agência do Correio semelhante em tudo as outras Agências". Os estafetas eram dois índios que faziam quatro viagens mensais para Fortaleza, via Granja e Sobral. Os índios, com a mala postal nas costas, eram sujeitos a castigos, se não chegassem no dia previsto. Os parnaibanos receberam com entusiasmo a inovação, como mostra a resposta do Governador Sampaio a Ofício do Capitão Sales: "Alegro-me infinito, que a criação desta nova Agência fôsse tanto do agrado dos Negociantes e mais habitantes dessa Villa, como conheço das lisongeiras cartas que recebi, passando a louvar o rasgo de generosidade e patriotismo daquele povo em subscrever, espontaneamente, a quantia necessária para suprir as despesas do estabelecimento no caso inesperado que excedão a receita". É que os parnaibanos enviaram para o Governador Sampaio, quantia superior a necessária para abertura da agência parnaibana. Para isso contribuíram: o Coronel Simplicio Dias (com a maior parte) 200 mil réis, o Coronel Manoel Antônio da Silva Henriques com 50 mil réis, o Capitão Bernardo Antônio Saraiva com 6,4 mil réis, o Capitão João José de Sales com 20 mil réis, e outros, num total de 996 mil réis. Em 31 de agosto de 1815, começou a funcionar o Correio na Vila da Parnaíba, pagando-se 80 réis pela postagem de uma carta simples. Em 1817, é criada a Agência Central dos Correios na Cidade de Oeiras, com o administrador recebendo ordenado de 60 mil réis; já em Parnaíba, o ordenado para o mesmo serviço não passava de 30 mil réis.

Criada em 1815, na Vila de São João, uma cadeira de primeiras letras que, pelo baixo salário, 60 mil réis e falta de professores, só foi preenchida em 1821. Essa mesma Resolução autorizou a criação de outras duas cadeiras, uma

em Campo Maior, com salário, também, de 60 mil réis, e outra na Capital Oeiras, mas com salário de 125 mil réis. Ficava claro o privilégio da Capital, onde, para o mesmo funcionário, era oferecido mais que o dobro do salário oferecido nas Vilas.

Em 4 de agosto de 1816, o Governador Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos remete Ofício a Dom João VI: "quanto, porém, a mudança da residência dos Governadores para Villa da Parnahyba, devo dizer que é ela o único porto de mar que há nesta capitania, para onde parece de razão que se deve encaminhar a maior parte das forças a bem da defesa da capitania e que neste porto a importação e exportação interessa muito às fazendas reais, sendo indubitável que a Alfândega é ali assaz necessária, tanto para aumento daquelas, como para prosperidade dela".

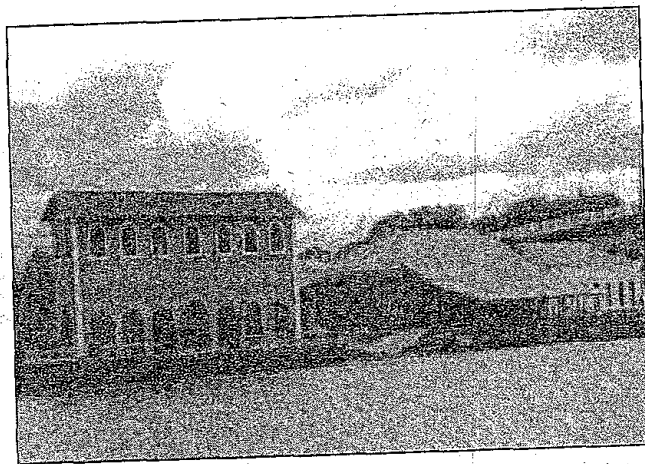
Louis François de Tollenare, francês comprador de algodão, que passou pela Vila de São João por volta de 1817, escreveu Notas Dominicais tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil, cujo manuscrito é conservado na biblioteca de Saint Geneviève, em Paris, onde discorre sobre o Coronel Simplicio: "viajou na França e na Inglaterra, e aí aprendeu a conhecer o respeito devido à civilização, ocupa-se das belas artes, vive com luxo asiático, mantém músicos com grande dispêndio, acolhe os estrangeiros, gosta dos franceses, vive em seus domínios como homem poderosamente rico". Como os Tremembés, Simplicio Dias, também, gostava dos franceses.

Em 1817, explode a revolução republicana de Pernambuco. A administração provincial toma prontas providências para impedir sua propagação no Piauí, determina que se reforce o destacamento militar da Vila de São João e proíbe a saída de gado para as Províncias rebeladas. Foi a primeira revolução republicana de Frei Caneca, onde estava envolvido o rico negociante de Recife, Domingos José Martins que era amigo dos parnaibanos, com os quais mantinha relações comerciais. Ajudou a Vila de São João da Parnaíba na criação da Agência do Correio, contribuindo com 40 mil réis. Com apenas 17 anos, José Francisco de Miranda Osório teve a coragem de expor livremente suas idéias revolucionárias através de panfletos, manifestando sua simpatia pelos republicanos de Pernambuco.

Atendendo o Ofício dos parnaibanos, Dom João VI, Rei de Portugal, cria em 22 de agosto de 1817, a Alfândega de Parnaíba, mas, realmente instalada no ano da Independência do Brasil. D. João VI, referindo-se ao ato, observou: "quanto é pesado e violento aos habitantes da Capitania do Piauí, não poderem dispor dos seus gêneros e dos produtos de sua lavoura, sem o

entrepasto do Maranhão ou Pernambuco, para onde são obrigados a leva-los com grandes despesas e riscos para dali se exportarem para outros do seu consumo ou os venderem a negociantes estabelecidos nos mencionados entrepostos, por menos 30 ou 40% com notável diminuição em um outro caso de proporcionada recompensa, a que tem direito, e efetivamente devem tirar os seus produtos, para poderem continuar nos trabalhos que eles exigem, quanto aliás se evitará tão grande estorvo para o progresso da agricultura e que a paralisa fazendo-os transportar os mencionados produtos e gêneros pelo grande Rio Parnaíba, que corre naquela Capitania e que em toda a sua longa extensão oferece fácil navegação, até a sua foz, na Vila da Parnaíba, a que ele deu o nome aonde sendo estabelecida uma Alfândega e Inspeção de Algodão, poderá sem prejuízo da minha Real Fazenda, ser permitida a exportação direta daqueles gêneros por quaisquer das barras e segura for aos navegantes para os portos do seu consumo". O Padre Domingos da Conceição, Deputado pelo Piauí na Corte, aderiu ao movimento parnaibano, que reivindicava essa instituição e apresentou em 1822, uma indicação ao Congresso de Lisboa para que se criasse a Alfândega da Vila. E assim, graças ao esforço daquele benemérito, o pleito foi atendido em 31 de outubro de 1822. Estava criada a Alfândega e Inspeção do Algodão, mas estabelecida no ano de 1834, tendo como o primeiro inspetor João Antônio Beckman, que ficou no posto até 1860.

Com a perda de sua Colônia, os Estados Unidos da América, a Inglaterra passa a comprar algodão no Brasil, tornando o Piauí grande plantador e Parnaíba o centro do comércio exportador. Em 1814 o Piauí



Alfândega e Inspeção do Algodão, no Porto das Barcas, instituição criada por Dom João VI, em 1817.

exportou pelo Porto das Barcas - 31,5 ton de algodão; em 1816 - 42,9 ton e em 1865 chegou a exportar - 55 ton. Nas suas Notas Dominicais, Tollenare diz que na Vila de São João cultivava-se o melhor algodão do País. Após 1822, o algodão e o fumo passaram a ter importância como fonte de tributo para a Província do Piauí. O comércio piauiense desenvolveu, portanto, suas atividades livremente, e progrediu com rapidez e segurança. O Padre Domingos da Conceição era português, mas, parnaibano e brasileiro de coração, pois havia morado na Vila de São João, onde foi proprietário de terras e Vigário de paróquia. Assumiu o lugar de Deputado Constituinte no lugar do parnaibano Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, que, eleito, declinou do cargo. O Padre Domingos, em Portugal, realizou grande trabalho: solicitou o comércio direto Piauí - Portugal; a criação de sete escolas, uma em cada Vila do Piauí; uma cadeira de geometria plana e de trigonometria retilínea e o cargo de cirurgião-mor para a Vila de São João da Parnaíba.

O parnaibano Ovídio Saraiva foi o primeiro autor piauiense a publicar livro. Poemas, foi lançado em Portugal no ano de 1808, quando tinha apenas 21 anos e dedicado ao Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Dom Manuel Paes de Aragão Trigoso. Ovídio recebeu diploma de bacharel em leis em 1811 e voltou para o Brasil em 1812. Exerceu a magistratura em Mariana, Minas Gerais como Juiz de Fora. Como advogado, nomeado pela Santa Casa de Misericórdia, defendeu o republicano João Guilherme Ratcliff, após o movimento pernambucano de Frei Caneca - Confederação do Equador. O Dr. Ovídio argumentou que, sendo o réu português, não podia ser condenado. Ratcliff foi levado à força, em 17 de março de 1825. No Brasil, o Dr. Ovídio publicou mais onze obras literárias e escreveu a primeira letra do Hino Nacional, com a música do maestro Francisco Manuel da Silva, Mestre da Capela Imperial. Com o nome de Hino Sete de Abril, data da abdicação de Dom Pedro I, foi executado pela primeira vez, quando o Imperador deixou o Brasil, no dia 13 de abril de 1831. O Hino Sete de Abril foi oficial até 1909, daí a música de Francisco Manuel da Silva recebeu letra de Joaquim Osório Duque Estrada e é o nosso Hino Nacional Brasileiro.

Por força do cargo de Juiz de Fora e nomeado por Dom João VI, em 6 de fevereiro de 1818, chega, em 23 de agosto de 1819, na Vila de São João, o paraense Dr. João Cândido de Deus e Silva, um dos grandes intelectuais do Brasil-Colônia e figura notável no movimento de Independência do Brasil, no Piauí. Talento que brilharia no Parlamento brasileiro e na Escola de Direito de São Paulo. Foi escritor e tradutor de obras de grande mérito. Já em 1817, foi envolvido em boletim, que o dava como simpatizante da Revolução Republicana, em Pernambuco. Em Portugal, encontram-se manuscritos de sua autoria, onde o Dr. João Cândido fala da Independência e da República do Brasil, em inflamados discursos proferidos nos salões da Casa Grande da Parnaíba, bem antes do 7 de Setembro de 1822.

No ano de 1820, quando Dom João VI completava 53 anos, a Vila de São João promoveu grandes festas comemorativas do seu natalício, promovidas pela Casa Grande. No mesmo ano, Dr. João Cândido de Deus e Silva publicou em Lisboa - Relação das feitas com que o Senado da Vila de São João da Parnaíba celebrou, no dia 13 de maio de 1820, o aniversário natalício de sua majestade El-Rei, a que se junta a oração que no mesmo dia recitou o Doutor João Cândido de Deus e Silva. Também, nesse ano, passa pelo Delta do Parnaíba, o temido navio pirata Oriente Invencível, que atacava navios mercantes nas costas do Norte do Brasil. No dia 8 de julho, toma de assalto um bergantim português, aprisiona sua tripulação e a deixa na Ilha dos Poldros, no Delta do Parnaíba. Mais uma vez, tiveram que se mover as forças da guarnição da Vila de São João.

Pouco antes de 1820, é instalada na Vila de São João, a primeira loja maçônica do Piauí, debaixo do maior sigilo, no Grão Mestrado do Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva. Funcionava na antiga Rua Grande, hoje Avenida Getúlio Vargas, com o nome de "Independência". Dentre os que estudaram, na época, na Europa, muitos já retornavam de lá iniciados, ou na linha Vermelha, radical, ou Azul, moderados. Os Vermelhos desejavam um Brasil republicano sem escravos e os Azuis uma monarquia constitucionalista. Tomaram parte nessa loja os liberais: Simplicio Dias da Silva, João Cândido de Deus e Silva, Manoel Antônio da Silva Henriques, José Francisco de Miranda Osório, Domingos Dias da Silva Henriques, José Ferreira Meireles, Bernardo Antônio Saraiva, Ângelo da Costa Rosal, Bernardo de Freitas Caldas, Joaquim Timóteo de Brito e outros brasileiros natos, sendo todos da linha Vermelha. Em toda Colônia, nessas lojas, fizeram-se as reuniões secretas sobre a Independência do Brasil, com influência da Inglaterra, que tinha interesses comerciais com o futuro Império. A maçonaria, com seus ideais de Liberdade e Fraternidade, esteve presente nos movimentos em prol da Independência e da República do Brasil. Foi o sigilo maçônico a alma dessas revoluções. No Rio de Janeiro, Dom Pedro foi iniciado na maçonaria no dia 2 de agosto de 1822. O primeiro areópago maçônico foi instalado em Pernambuco no início do século XIX, tendo como fim apressar a ruína do regime absolutista sob o impacto das idéias democráticas e incutir entusiasmo pela república como forma de governo em harmonia com a natureza e a dignidade do homem. Este areópago tentou fazer Pernambuco independente sob a proteção de Napoleão I, mas foi dissolvido em 1801. O termo maçon quer dizer pedreiro. Construtores escolhidos para trabalhar em "magníficos e majestosos projetos". Os ideais maçônicos Liberdade, Igualdade e Fraternidade fizeram as bases da Revolução Francesa, no final do século XVIII. Esses princípios foram, também, relevantes no processo de Independência dos Estados Unidos da América. Ao contrário do que afirma Odilon Nunes em Pesquisas para História do Piauí: "Nenhuma manifestação emancipacionista no Piauí", a Vila de São João já se iluminava com a luz do patriotismo, ao instalar sua loja maçônica.

Nascido na Fazenda Taboca e vindo da Fazenda Limpeza, termo pertencente à Vila de São João, chega em 1821, na terra berço das idéias liberais, Parnaíba, o parnaibano corajoso e destemido Alferes Leonardo de Carvalho Castelo Branco, tornando-se eleitor de paróquia. Leonardo foi escritor, poeta científico e hábil mecânico. Idealizador do moto-contínuo, máquina que funcionava com sua própria energia e de uma máquina de descarregar algodão. Também, em 1821, assume como vigário na igreja de Nossa Senhora da Graça, o Padre Domingos da Conceição. Neste ano, é remetido para Vila da Parnaíba, Antônio Maria Caú, vindo da Capital, Oeiras. Caú planejava a derrubada da Junta de Governo da Província do Piauí.

Nesta época, exercia o magistério público em Parnaíba, regendo a Cadeira de Latim, o Padre parnaibano Domingos de Freitas e Silva, irmão do tabelião Bernardo de Freitas Caldas. O Padre Freitas desempenhou relevante papel nas lutas patrióticas, sendo um dos corifeus do 19 de Outubro e é considerado o fundador da cidade de Piri-piri. Nasceu em 1798, ordenando-se no Seminário de São Luís, custeado pelo Padre Henrique José da Silva, irmão de Manoel Antônio da Silva Henriques, ambos filhos de Domingos Dias da Silva Henriques.

Forma-se o grupo dos independentes, em Parnaíba. Começam os consiliábulo em prol, tanto em relação à Independência, como do Regime Republicano e do fim da Escravidão no Brasil. A Vila vestia-se de causas patrióticas, preparava-se para a epopéia do 19 de outubro de 1822 e suas lutas históricas. Como as avalanches, que se principiam no topo das montanhas, os parnaibanos estavam no topo da montanha chamada Liberdade e iniciaram os movimentos e lutas em favor da Independência do Brasil, no Piauí e no Norte da, então, Colônia portuguesa.



Simplicio Dias sobre o piso da Loja Maçônica Independência, do Grão-Mestrado do Conselheiro José Bonifácio, na Vila de São João da Parnahyba. Ao lado, o emblema da instituição.

Cenas da Vila de São João da Parnaíba, final do Século XVIII: "Soam grossas, arrogantes vozes. Em luxuosos aposentos que se diziam forrados das mais rutilantes tapeçarias de Smirna, correm pressurosos pagens aligeros, surgem altos, esbeltos cavaleiros de grandes sombreros emplumados e cintilantes espadas roçagantes, perpassando alvas, elegantes ricas-donas decotadas e garbosamente vestidas de brocado e seda. Bimbalham sinos na igreja contigua; há um desusado rumor. É num claro dia de festa. O sol faísca; chilrêam andorinhas pelos beirais das casas vizinhas; ulula o vento, tripudiam garotitos pelas ruas; de onde em onde grandes estampidos de ronqueiras atroam demoradamente. De todos os ângulos da pequena e risonha Vila de São João da Parnaíba ocorrem, pressurosamente, os mais devotados fiéis ao suntuoso templo. Vai começar a magnífica cerimônia. Há uma ansiosa expectativa. Soam presto estranhas, ambrosicas harmonias; faíscam olhares incedidos da mais viva curiosidade; todos os pescoços se distendem. E os fidalgos, acompanhados de enorme e riquíssimo cortejo, lentamente, gravemente, descem a longa e belíssima escada que lhes une o poderoso solar ao majestoso templo que, às próprias expensas e com estranho fulgor, edificaram e onde assistem todos os ofícios divinos contritamente ajoelhados e sistematicamente afastados da massa amorfa cujo nojojo contacto cautelosamente evitam com asco. Depois é num iate ligeiro. Acorrem todos os fidalgos a rápido passeio recreativo. Estrugem vozes álares. Espumam vinhos caríssimos. E, enquanto os nobres gentis homens, entre ruidosas risadas e as mais vivas frases de efusante alegria, recordam as cenas de ardente prazer e de volutuosa alegria em que lhes corre a triunfal existência". Texto de João Pinheiro, da Academia Piauiense de Letras. In: Almanaque da Parnaíba.

A Metrópole das Províncias do Norte

Capítulo V



Com a Revolução Francesa no final do século XVIII, a palavra Liberdade passa a ter importância no Mundo, principalmente na alma daqueles homens que, nas diversas Colônias do Novo Mundo, sentiam o descontentamento empurrar-lhes para as lutas pela Independência. Os colonizadores no Brasil se favoreciam dos resultados políticos alcançados e reservavam aos funcionários portugueses todo o poder, deixando os brasileiros fora da esfera de comando, criando diferenças econômicas e sociais. Alguns poucos brasileiros se favoreciam dessa política. Estes não queriam mudanças.

Com a declaração de Independência dos Estados Unidos da América em 4 de Julho de 1776, redigida por Thomas Jefferson, o eco de liberdade soou imediatamente na América do Sul, onde Simon Bolívar e José de San Martín, no período de 1809 a 1830, levaram Equador (1809), Venezuela e Paraguai (1811), Colômbia (1813), Argentina (1816), Chile (1818), Peru e México (1821) e demais colônias, à separação definitiva da Espanha e Portugal. Depois de livres da dominação espanhola e portuguesa, o continente latino-americano passa a ser coberto com o manto da influência inglesa. Com a perda de sua principal Colônia, os Estados Unidos da América, os ingleses perdem, principalmente, a sua fonte de algodão e passam a ter interesses no Brasil e na Austrália. Portugal com sua grande dívida externa com a Inglaterra, sua parceira de comércio, era refém dos ingleses, que ajudaram Dom João e a sua Corte na travessia do Atlântico para o Brasil e depois livraram Portugal do jugo francês, derrotando o General Andoche Junot na Batalha de Vimieiro. Quando Dom Pedro declarou o Brasil livre no 7 de Setembro, Portugal contava como certa a ajuda de sua parceira para recuperar sua rica Colônia, o Brasil. Mas, os

ingleses queriam a liberdade do comércio direto com o futuro Império e impor seus interesses aos brasileiros. Através das maçonarias, a Inglaterra incendiou os brasileiros de patriotismo. Com o tratado de comércio Brasil-Inglaterra de 1815, que se venceria em 1823, os ingleses trataram de garantir sua renovação, facilitando a quebra do domínio luso sobre os brasileiros. Sem o Brasil, Portugal não poderia pagar sua dívida externa e assim, a Inglaterra, vendo nascer a pátria brasileira, apressou-se em ajudar o futuro Império de minas de ouro, preciosidades e grande mercado consumidor, alvo da sua cobiça colonizadora.

No ano de 1710, em Pernambuco, era grande o número de descontentes com a política lusa, que fazia as mais absurdas exigências e proibições. A Capitania estava envolvida com revoluções políticas. Bernardo Vieira de Melo propôs que os pernambucanos se separassem de Portugal e criassem uma república independente. Com o fim dessas revoluções e a vitória dos portugueses, Vieira de Melo foi remetido para Lisboa, onde, em companhia de um filho, morreu encarcerado na pavorosa prisão da Torre de São Julião.

Já em 1720, no reinado de Dom João V, Minas Gerais é palco de outra revolução libertadora e republicana. São os inconfidentes: Sebastião da Veiga Cabral, Pascoal da Silva Guimarães, Manoel Rosa, Felipe dos Santos, Martinho Vieira, o Frei Francisco de Monte Alverne e João Ferreira Diniz. Rebentada a revolta, escapa em fuga o Ouvidor Martinho Vieira. Todos foram presos e enviados para Lisboa, menos Felipe dos Santos que, atado vivo à cauda de quatro animais bravios, teve seu corpo esquartejado e os pedaços atirados a aves de rapina. Antes de morrer, diante do representante do Rei e olhando para o povo, o altivo patriota falou: "Jurei morrer pela liberdade e cumpro minha palavra! Morro sem me arrepender do que fiz, certo de que um dia a canalha do Rei será esmagada pelo patriotismo dos brasileiros". Estava sufocada mais uma idéia de Independência.



Prédio onde funcionou o 2º Regimento de Cavalaria, da Capitania de São José do Piauí. Abrigava, na época, a força da Villa de São João da Parnahyba. Hoje, na rua Duque de Caxias, no Centro, serve de sede para o Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba.

Mas, em Coimbra, Portugal e Montpellier, na França, um punhado de estudantes trabalhava em favor da Independência do Brasil. Um deles, José Joaquim de Maia, mantinha relações com Thomas Jefferson, então embaixador dos Estados Unidos na França, em prol da União Americana. Maia pede a adesão dos americanos nas lutas pela emancipação política do Brasil ao embaixador, que responde: "nossa situação não nos permitia tomar parte como nação em nenhuma guerra, e que nosso desejo mesmo era, muito particularmente, cultivar a amizade de Portugal, com o qual tínhamos um comércio próspero". Com a morte do Alferes Tiradentes, que era maçom, em 21 de abril de 1792, os brasileiros sentem que as lutas se iniciam. Vem a Inconfidência Carioca (1794), a Baiana (1798), a Revolução Pernambucana (1817), mais mortes; à lei era de Dona Maria I - aos que se rebelassem contra a Coroa portuguesa - a pena capital.

Dona Maria I, junto com a Igreja Católica, fez o Brasil se arrastar até a Independência, sem livros, sem imprensa, sem universidades, sem ourivesarias, sem indústrias e sem informações. Em A Ação da Imprensa em torno da Constituinte, Barbosa Lima Sobrinho escreve: "O Governo colonial não achava conveniente a existência de prelos no Brasil, uma vez que os livros e os papéis poderiam vir do Reino, por um preço menor e com maiores facilidades na execução. Do Reino deveriam vir, também, as licenças da Inquisição e do Conselho Ultramarino, sem as quais não se podia imprimir, nem correr obras. Para sanção desses preceitos existem penalidades ríspidas, como o seqüestro do material tipográfico e a prisão dos acusados, que seriam embarcados para o Reino, onde sofreriam, com o julgamento, os castigos em que tivessem incorrido". A Igreja Católica teve, na Inquisição, um dos instrumentos de controle da Colônia, temia; mais que tudo, infiltração de novas idéias, as novas visões de mundo, as críticas ao sistema político e religioso.

A Lei de 17 de dezembro de 1749 deu as regras para censura dos livros - Livros que se hão de proibir: no artigo III, os que inculcam a liberdade da crença; no artigo IX, os que inculcam erros ou contra a Autoridade Legislativa da Igreja, e as suas Leis em particular; artigo XIX, os que de qualquer modo que seja atacam a Constituição, a forma de Governo, do Estado, a Soberania, a Independência do Trono, os Privilégios, Liberdades, Acordos e outros Direitos da Real Coroa. As Colônias espanholas surgiram com a criação de universidades e estabelecimentos de imprensa. No Brasil-Colônia, salvo o trabalho de ensino feito pelos Jesuítas, não houve a criação de escolas e com a expulsão dos Padres da Companhia de Jesus, os poucos colégios fundados foram extintos. Só com a chegada de Dom João VI, foram criadas as primeiras escolas e a Imprensa Régia. Esta última foi criada em 13 de maio 1808 e teve sua origem na imprevista vinda de Dom João VI para o Brasil. O equipamento mandado vir da Inglaterra, ainda se encontrava no Porto de Lisboa, sendo embarcado para o Rio de Janeiro junto com a Família Real. Portugal e a Igreja de Roma submeteram o Brasil a mais de trezentos anos de pura exploração.

Na Vila de São João, com a chegada do Juiz de Fora, o Dr. João Cândido de Deus e Silva, as reuniões secretas na Casa Grande da Parnaíba, em prol da Independência do Brasil, intensificam-se a partir de 1819. Com seu valor intelectual, o Dr. João Cândido fez parte do grupo de brasileiros que incendiou o ânimo de patriotas, como o Cel. Simplicio Dias, que promoveram a emancipação política do Brasil. Como quase todos que estudaram em Coimbra depois da Revolução Francesa, o Dr. João Cândido não acreditava na origem divina dos reis e era contra o Absolutismo. Em 1817, é envolvido como partidário republicano.

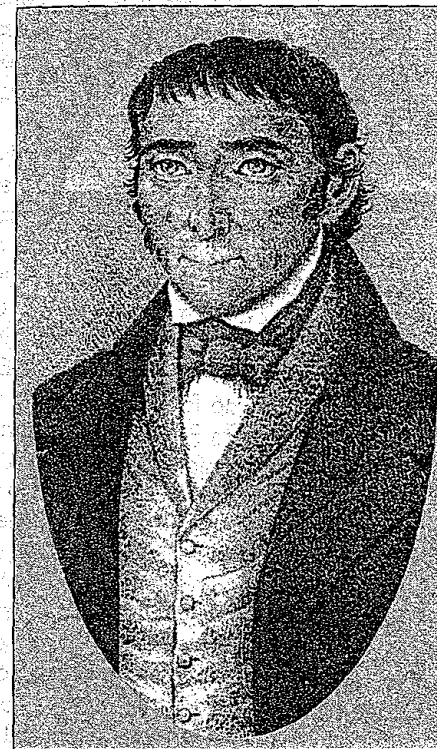
Em 19 de dezembro de 1815, Dom João eleva o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Em 1816 morre Dona Maria I e Dom João foi aclamado, em 1818, Rei de Portugal, Brasil e Algarves, com título de João VI. Em 1820, a Revolução do Porto, que proclama o fim da Monarquia Absoluta e convoca a eleição de uma Assembléia Constituinte, obriga Dom João a retornar para Portugal, em 26 de abril de 1821, deixando aqui seu filho Pedro como Príncipe Regente e levando todo o tesouro do Banco do Brasil, 50 milhões de cruzados. Ao despedir-se do filho, Dom João VI disse: "Pedro em breve o Brasil há de separar de Portugal; se assim for, põe a coroa sobre tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela".

Em 24 de fevereiro de 1821, foi aprovada a Constituição Portuguesa. Em 7 de março de 1821, Decreto autoriza a nomeação dos Deputados às Cortes Portuguesas. No dia 4 de maio de 1821, chega a Oeiras o comunicado da aprovação da Constituição Portuguesa, recebida com entusiasmo, ficando as luminárias acesas durante três noites, em comemoração. O Decreto n.º 13 de 23 de março de 1821 determinou que se procedesse à nomeação dos deputados brasileiros, que tomariam assento no Congresso de Lisboa.

Em 1º de outubro de 1821, as Cortes Portuguesas promulgam decretos que reconduziriam o Brasil ao estatuto colonial. Por força desses decretos, chega ao Piauí, o Major João José da Cunha Fidié, que assume, em Oeiras, no dia 8 de agosto de 1822, como Governador das Armas e passaria a receber instruções e ordens diretamente de Lisboa. Fidié seria o representante, no Piauí, da nova política de Portugal.

Em 24 de outubro de 1821, é eleita a Junta de Governo da Província do Piauí, que jura fidelidade a Dom João VI. Logo em seguida, elegem-se os Deputados às Cortes Portuguesas: o Dr. Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco e o Pe. Domingos da Conceição, substituto do Dr. Ovídio de Saraiva, que se encontrava no Rio de Janeiro. Dr. Ovídio declarou não aceitar o mandato e foi influenciado pelos rumos que tomavam os sucessos históricos no Sul do País. Nessa eleição, Leonardo de Carvalho Castelo Branco compareceu como eleitor de paróquia representando a Vila de São João da Parnaíba. Diante do colégio eleitoral, em Oeiras, Leonardo recitou bela e patriótica poesia de sua autoria, onde manifestava seus ideais de liberdade.

Apesar de piauiense, nascido na Vila de Santo Antônio de Campo Maior, o Deputado Castelo Branco jurou fidelidade a Portugal no Congresso de Lisboa: "Eu sou deputado da província do Piauí: dediquei-me aos estudos, vim para Portugal: aqui estive dez anos; passados eles eis-me obrigado, descontente talvez, a regressar à minha pátria. Meu avô e minha avó foram portugueses, e como posso eu deixar de amar as cousas de Portugal?". Atitude classificada de deserção vergonhosa. Já o Pe. Domingos era português de nascimento, mas parnaibano de coração e diferentemente do Deputado Castelo Branco, defendeu os interesses brasileiros no Congresso de Lisboa. Mas, efetivamente, os deputados do Piauí votavam com a maioria, onde estavam os portugueses. Enquanto as demais províncias mandaram para Lisboa como representantes brasileiros, experientes revolucionários liberais, o Piauí mandou um falso brasileiro e um português. A Bahia mandou veteranos da inconfidência de 1798, como Cipriano Barata, Lino Coutinho e Agostinho Gomes. Pernambuco, os revolucionários de 1817, como Muniz Tavares e Domingos Pires Ferreira. O Ceará, o republicano José Martiniano de Alencar. Em São Paulo é eleito Antônio Carlos Paes de Andrada (irmão de José Bonifácio), Nicolau de Campos Vergueiro, entre outros liberais.



Alferes Leonardo de Carvalho Castelo Branco. Herói da Independência do Brasil, no Piauí, à frente de tropa do Ceará que veio lutar pela liberdade da Província do Piauí.

Apesar de republicanos, os líderes da maçonaria de José Bonifácio sabiam que Dom Pedro significava a futura unidade do Brasil, pois rompidos os laços definitivos com Portugal e proclamada uma República, provavelmente, o Brasil se dividiria: uma parte ficaria com Dom Pedro e a Monarquia, e a outra lutaria pelo regime republicano. No Norte distante, Dom Pedro não dispunha de meios de controle de sua política, Minas, São Paulo e Rio de Janeiro eram os pontos de sustentação de seu governo. Dom Pedro achava que a união dessas três províncias atrairia o apoio das outras - é o Sul a que se refere o Dr. João Cândido em seus Ofícios.

Em eleição realizada no dia 7 de abril de 1822, foi eleito como Presidente da Junta de Governo da Província do Piauí, o Vigário-Geral Pe. Matias Pereira de Castro e como Secretários, o Capitão Francisco de Sousa Mendes e o Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins, ficando de fora o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins.

Em 23 de maio de 1822, Dom Pedro recebe manifesto com mais de oito mil assinaturas de brasileiros pedindo a ele que permaneça no Brasil e não atenda aos apelos de Lisboa, que reclamavam a presença imediata do Príncipe em Portugal. Dizia o manifesto: "O Brasil deseja conservar a união com Portugal, sujeito a um reino comum a ambos; porém, o espaço imenso que os separa, a diversidade de elementos e interesses de ambos os povos tornava impossível doravante um congresso legislativo em comum, porque o mesmo lançaria o germe da morte na felicidade do Brasil".

Era o desejo de alguns brasileiros que o Brasil tivesse uma união com Portugal, mas, com uma regência própria, uma Assembléia Legislativa Constituinte, uma das teses e lemas da sociedade secreta - Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, de Dom Pedro e José Bonifácio - União e Tranquilidade. Essa tese fez as bases da Proclamação do 19 de outubro de 1822, na Vila de São João da Parnaíba. As outras duas eram: Firmeza e Lealdade e Independência ou Morte. Nota-se com esses lemas que, Dom Pedro e José Bonifácio estavam dispostos a tudo em defesa do Brasil.

Com base no manifesto do Rio de Janeiro, que provocou o Dia do Fico, em 6 de janeiro de 1822, Dom Pedro convoca uma Assembléia Geral, a fim de restabelecer e fortalecer a unidade brasileira, a união com Portugal e lavrou Decreto no dia 3 de junho de 1822, convocando uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa para o Reino do Brasil. O decreto n.º 57 de 19 de junho de 1822 declarava Dom Pedro Imperador Perpétuo do Brasil e Dom João Imperador dos Reinos Unidos de Portugal, Brasil e Algarves. Foi esse decreto que movimentou os parnaibanos, que o receberam com júbilo. Mas, no restante do Piauí esse decreto não seria aceito, estava quase toda a Província comprometida com o juramento feito às Cortes de Lisboa. Também, em junho, José Bonifácio convida o General francês Pedro Labatut para comandar o Exército Pacificador, que segue para a Bahia, reducto de tropas de Madeira de

Melo, fiéis ao Partido Português, junto com o Piauí, Maranhão e Pará. Estas Províncias, pelas suas Juntas Governativas, declararam que não tendo Dom João VI poderes para estabelecer regências, "não reconheciam a autoridade do Príncipe e continuavam a obedecer, diretamente, às Cortes de Lisboa". O Conselho Ultramarino agiu, durante o século XVIII, contra a formação de um sentimento nacional, adotando um sistema de colonização pelo qual as capitanias ficavam dependentes diretamente de Lisboa.

Em 1º de agosto de 1822, Dom Pedro assina manifesto redigido por Joaquim Gonçalves Ledo. É notável o seguinte trecho: "Não se ouça entre nós outro grito que não seja União! Do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco que não seja Independência!"

Sabendo do Fico de Dom Pedro, da Constituinte Brasileira, que era quase uma declaração de independência, embora se ressalvasse no texto a união com Portugal, as Cortes de Lisboa resolvem retirar os poderes do Príncipe, anular seus atos e exigem sua volta imediata para Portugal. Dom Pedro viaja a São Paulo onde entra triunfalmente e o povo dá vivas, também, a Dom João VI. Vai a Santos e no regresso recebe os decretos de Lisboa, mas, também, recebe cartas de Dona Leopoldina e José Bonifácio, que advertem o príncipe que chegara a hora do lema - Independência ou Morte. Era 7 de Setembro de 1822. No dia 12 de outubro, Dom Pedro, no Rio de Janeiro, é aclamado Imperador do Brasil com o título de Dom Pedro I e no dia 1º de dezembro de 1822, é coroado. Preocupado com as lutas pela Independência, que prosseguiram na Bahia, no Piauí, Maranhão e Pará, José Bonifácio chama o Almirante inglês Alexandre Thomas Cochrane, que prepara esquadra para socorrer os liberais do Norte do Brasil.

No dia 8 de agosto de 1822, chega a Oeiras o Major português João José da Cunha Fidié, nomeado Comandante das Armas da Província do Piauí, responsável pela conservação da ordem constitucional. Foi escolhido pelo Governo luso, por ser um excelente estrategista. Já havia combatido em grandes batalhas como: Bussago em Portugal; Vitória e Albuera na Espanha; Nivelles na Bélgica, e Tolosa na França, batalhas contra o temível exército de Napoleão Bonaparte. Em Olivença, na Espanha, Fidié foi ferido, escapando milagrosamente. Também, participou de campanhas militares na Índia. Saiu de Lisboa a bordo do navio Gentil Americana, desembarcando em São Luís, de onde seguiu imediatamente para Oeiras. Dada a pressa na sua saída de Lisboa, deixou de receber uma ajuda de custo e partiu apenas com a Carta Régia de sua nomeação.

No dia 7 de setembro de 1822, o Senado da Câmara da Vila de São João expediu comunicado à Junta de Governo do Piauí, informando o recebimento de Ofício de José Bonifácio com o Decreto para a eleição de Deputados para as Cortes do Reino do Brasil. Ao chegar a Oeiras, a Junta de Governo determina que esse comunicado com o Ofício de José Bonifácio, seja



Doutor João Cândido de Deus e Silva. Juiz de Fora da Vila de São João da Parnayba. Patriarca da Independência do Brasil, no Piauí.

metido em silêncio e assim, o Piauí fica sem representantes na Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro.

Continuam as reuniões na Vila patriótica de São João, que estava inteiramente propensa a proclamar Dom Pedro, Imperador do Reino do Brasil. Com as agitações e os panfletos, no dia 25 de setembro de 1822, onze portugueses da Vila da Parnaíba, inseguros e revoltados, pedem a remoção do Comandante do Destacamento local, o Tenente Joaquim Timóteo de Brito, acusado pelos portugueses de ser partidário brasileiro e ter feito pronunciamento em favor da Independência. A Câmara, sob a liderança do Dr. João Cândido, não atende o pedido, e os portugueses fazem acusações ao Juiz, que se dirige à Junta de Governo no dia 27 de setembro: "...fizeram-me arguições de não devassar dos pasquins que tem havido pelos dois partidos, satisfiz mostrando-lhes os perigosos efeitos que resultariam de semelhante procedimento judicial nas circunstâncias atuais. Deram a conhecer que não viveriam tranquilos enquanto todas autoridades desta vila fossem pessoas naturais do Brasil".

No dia 30 de setembro, Dr. João Cândido expediu Ofício à Junta de Governo: "Agora quanto as novidades; já a câmara participou a V.Exa. haver recebido ofícios do Rio de Janeiro, para eleição de deputados às Cortes do Brasil e continuam a girar proclamações, manifestos e notícias públicas, que

tenho observado serem do agrado dos povos, acolhendo-as com entusiasmo. O governo da província do Ceará mandou consultar os povos fazendo-os reunir nas comarcas de seus distritos, para elegerem seus deputados, no caso que quisessem; prática esta que eu acho muito conforme ao princípio de justiça proclamado em cortes. A melhor, a maior, a mais rica, a mais populosa parte do Brasil tem se declarado a favor da causa da independência; como persuadir-nos que o resto não siga a mesma cousa? Ou quererão os povos olhar de sangue frio o seu país dividido, seguindo o Sul um sistema e o Norte outro?". Neste Ofício, o Dr. João Cândido já pleiteava à Junta de Governo, a Independência do Brasil, não sabendo portanto, da proclamação de 7 de Setembro, que rompeu os laços entre Brasil e Portugal. Oeiras sente a iminência do perigo e tanto o Governador das Armas como a Junta de Governo chegam a conclusão de que seria preciso que Fidié fosse a Vila agitada "para acomodar aqueles povos".

Oeiras não dava respostas aos parnaibanos e a Vila de São João não podia mais esperar. No dia 19 de Outubro de 1822, o Cel. Simplício Dias da Silva toma o comando militar da Vila e a frente das tropas de 1º e 2º linhas exige que o Senado da Câmara respeitasse os Decretos de Dom Pedro. Acompanhado dos patriotas, no Paço da Câmara, diante das tropas perfiladas, foi proclamada "a Regência de Sua Alteza Real, a Independência do Brasil, e sua União com Portugal, e as futuras Cortes Constituintes do Brasil". Com uma salva de tiros da artilharia e o repicar dos sinos, o povo se manifesta em calorosas aclamações. Presentes o Dr. João Cândido de Deus e Silva, José Ferreira Meireles, o Capitão Bernardo Antônio Saraiva, o escrivão Ângelo da Costa Rosal, o Tenente Joaquim Timóteo de Brito, o tabelião Bernardo de Freitas Caldas, o Tenente-Coronel José Francisco de Miranda Osório, o Capitão Domingos Dias da Silva Henriques, o Coronel Manoel Antônio da Silva Henriques, Alferes Leonardo de Carvalho Castelo Branco, o Padre Domingos de Freitas e Silva e outros. Estava aceso o estopim da explosão que acordaria o Piauí e as Províncias do Norte para as lutas em prol da liberdade do Brasil.

Abdias Neves acredita que, "outro destino teria o Norte sem a iniciativa dos parnaibanos", e que, "aquele foi o momento histórico do rompimento".

As primeiras reações contrárias a essa proclamação, veio dos portugueses da própria Vila de São João, que comunicam os acontecimentos a Oeiras e ao Governo da Província do Maranhão. Simplício Dias relata: "seduziram e compraram quarenta e duas praças de artilharia (soldados) únicas que guarneciam esta vila, parte dos quais eram europeus, intimidaram os incautos, e ignorantes brasileiros, e chegaram ao excesso de armarem com seus escravos". Em Parnaíba, era grande o número de comerciantes portugueses, estes se manifestaram contra a Independência do Brasil, junto

com o Piauí e as Províncias do Norte.

No Brasil, a situação era confusa depois do 7 de Setembro. Dom Pedro continua a assinar decretos como Príncipe Regente. Mesmo Labatut na Bahia, nos fins de outubro, não sabia ao certo como fora a Independência de Dom Pedro, como expressa na ameaça ao Governador das Armas, Madeira de Melo: "que um tiro de suas tropas contra qualquer brasileiro, será sinal da nossa eterna divisão, quero dizer, de nunca mais o Brasil se unir a Portugal". Tobias Monteiro, no seu livro História do Império, relata: "Os autos de aclamação, feita em todo país, às vezes já no conhecimento do episódio do Ipiranga e até do ato celebrado na Corte a 12 de outubro de 1822, deixam ver que entre muitas populações brasileiras não se considerava esse fato como separação definitiva de Portugal". Os autos de vereações de várias cidades e vilas, acerca da aclamação do Imperador deixam ver o quanto era confuso o conceito de Independência. É o caso do Ceará, em 24 de novembro de 1822; da Paraíba, na Vila de São João, em 3 de janeiro de 1823; de Alagoas, na Vila de Santa Maria Madalena, em 12 de outubro de 1822; da Vila de Rezende, no Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1822; e de São Paulo, Capital, onde o termo de vereação de 12 de outubro de 1822, diz aclamar-se o Imperador como herdeiro imediato do Trono Português.

No dia 23 de outubro, o Senado da Câmara da Vila de São João comunica sua Proclamação a Campo Maior e convida esta Vila a aderir a causa do Brasil: "Participamos a V. Mercês que no dia 19 do corrente foram proclamadas nesta vila a Regência de Sua Alteza Real, a Independência do Brasil, e a sua União com Portugal, e as futuras Cortes Constituintes do Brasil; tudo a requerimento dos povos, como V. Mercês verão dos documentos que por Certidão acompanham esta nossa participação; foi inexplicável o fervor e entusiasmo que desenvolveram os povos nesta ocasião. Rogamos fervorosamente a V. Mercês queiram unir-se conosco e com todo o nosso Continente a bem de tão justa causa". Comunicado assinado por Dr. João Cândido de Deus e Silva, Cel. Manoel Antônio da Silva Henriques e alguns Vereadores. A Câmara de Campo Maior, também, não responde, mas, comunica à Capital, Oeiras, sobre o convite da Paraíba, para esta aderir ao movimento.

No dia 11 de novembro, chega a São Luís a notícia sobre a Proclamação de Paraíba, levada pelo Capitão Felipe das Neves, Comandante Geral de Carnaubeiras e Joaquim Diniz Pereira de Castro, Comandante Parcial da Ribeira das Preguiças, ao Governo maranhense. O jornal O Conciliador de São Luís publicou: "Campo Maior respondeu à Paraíba com toda aquela dignidade, que caracteriza os cidadãos honrados, que foi, não dar resposta. Que Simplício Dias estourava em ameaças contra os brancos da Paraíba, porém, certamente, o que mais que conseguiria era fugir para os frágeis degraus do trono do imperador, de quem pretendia ser escravo, condição em que nasceu e na qual desejava morrer". Os jornais maranhenses

demonstravam, também, carga de preconceito em relação a Simplício Dias: "esse mulato, escravo, pois nasceu escravo e mulato, e embora rico não deixará de sê-lo". A Câmara da Paraíba fez comunicado a Oeiras sobre o 19 de Outubro e convite para unir-se à causa do Brasil, notícias que impressionaram toda a população da Capital.

No dia 7 de novembro de 1822, o Comandante Militar do Maranhão, Agostinho Antônio de Faria, expede de São Luís Ofício ao Ministro da Guerra de Portugal, Cândido José Xavier, sobre a insurreição da Vila de São João da Paraíba.

Com as notícias confirmadas da Proclamação da Vila de São João, Fidié mandou aprontar as tropas de 1º e 2º Linhas do Regimento de Cavalaria Auxiliar e do Batalhão de Infantaria da Guarnição da Capital, a fim de "repelir qualquer facção de amotinados que tentem perturbar Campo Maior ou qualquer outra parte da província". Convocados, o entusiasmo foi tamanho que, os soldados enfermos se passaram por curados para marcharem contra Paraíba. Com tamanha demonstração de fidelidade à causa portuguesa dos oieenses, Fidié arregimenta todas as tropas da Capital para sufocar a Vila de São João. No dia 13 de novembro, após missa, partiu Fidié em marcha acelerada com 700 soldados e trazendo uma Proclamação aos moradores da Paraíba em resposta ao Ofício que Simplício Dias remeteu à Junta de Governo do Piauí, onde convoca os paraibanos a renovar juramento à Constituição Portuguesa, fidelidade ao Rei Dom João VI e que "não se deixem arrastar por opiniões indiscretas e temerárias, inspiradas por invejosos" e chama os paraibanos de "um povo inocente, iludido por cidadãos corrompidos, por egoístas e malvados, cava um abismo a que pode ser arrastado o corpo da nação".

A Junta de Governo do Maranhão, a pedido de Oeiras, manda reforços para Carnaubeiras (Vila próxima à Paraíba), Itapecuru e o brique de guerra Infante Dom Miguel à barra de Tutóia, no Maranhão e lança proclamação censurando os paraibanos e acrescenta: "...em Portugal têm consumo vossas produções territoriais; no sul do Brasil não tem mercado; uma franca e suave navegação facilita e perpetua vossas relações com a Europa; a natureza dispôs árdua e perigosa barreira de ventos e torrentes entre estas e aquelas províncias do continente brasileiro". Contra os independentes paraibanos, estavam as Províncias do Piauí e do Maranhão. Logo chega à Vila da Paraíba o navio maranhense, como informa Simplício Dias: "apareceu sem ser esperado o brique de guerra Infante Dom Miguel, com armamentos grandiosos e defesa nenhuma pôde fazer". Os jornais de São Luís moviam forte campanha contra o Coronel Simplício Dias e Dr. João Cândido de Deus e Silva. As Vilas do Piauí expediam Ofício ao Ouvidor Geral, Dr. Zuzuarte Mendes Barreto, protestando contra os paraibanos e chamando José Bonifácio de Ministro Corrompido.

Após tomar providências militares, a Junta de Governo e o Governador das Armas da Província do Maranhão, Marechal Agostinho Antônio de Farias, fazem proclamação ao povo maranhense: "Cidadãos do Maranhão! Os moradores da vila de São João da Parnaíba acabam de aviltar-se com execrando perjúrio. Seduzidos por errôneos sofismas de egoístas demagogos, fascinados por assentos de esfinge revolucionária que o gênio do mal arrojou sobre o Brasil, para devorar a paz e a prosperidade dos seus habitantes, eles se precipitaram no dia 19 de outubro passado a um ato irrefletido e criminoso, que além de atrair-lhes a aversão de todos os portugueses verdadeiramente constitucionais, pode também originar a sua ruína". Imenso risco correu os parnaibanos, não sabiam o que exatamente ocorrera no 7 de Setembro e se Dom Pedro não tivesse separado o Brasil de Portugal, certamente seria outra Inconfidência.

Fidié chega a Campo Maior no dia 25 de novembro de 1822, já com o seu contingente de soldados reforçado, sendo calorosamente recebido em terras fiéis a Portugal e com as tropas perfiladas, os membros do Senado da Câmara e demais presentes no Largo da Matriz, foram dadas vivas ao Rei Dom João VI.

Parnaíba pede reforços ao Ceará e procura iludir Fidié, ganhando tempo para a chegada dessas tropas, como informa Simplício Dias: "Pretendi no meio de tantos perigos iludir a marcha das tropas, enquanto se ajuntavam as do Ceará em nosso auxílio".

Cercados pelas tropas do Maranhão, cientes da força de Fidié, que se aproximava, os parnaibanos evitam o confronto com os constitucionais, o inútil derramamento de sangue e procuram o Ceará, que já era Brasil, onde poderiam agir seguramente a favor do Piauí e do Brasil. Não encontrando apoio no Piauí e no Maranhão, seguem com o Cel. Simplício Dias da Silva e o Dr. João Cândido de Deus e Silva, o Ten. Joaquim Timóteo de Brito, o Ten.-Cel. José Francisco de Miranda Osório, o Alf. Leonardo de Carvalho Castelo Branco, o Ten.-Cel. Raymundo Dias de Seixas e Silva (filho do Cel. Simplício Dias), Simplício Raymundo Dias da Silva (sobrinho do Cel. Simplício Dias), o escrivão do Senado da Câmara Ângelo da Costa Rosal, o Pe. Domingos Rodrigues Chaves, o Cap. Bernardo Antônio da Silva Lima, Cap. Domingos Dias da Silva Henriques, e outros.

Em carta a Dom Pedro, Simplício Dias narra: "Vendo-me assim desamparado até de muitos que antes mostravam... valor, correndo o perigo de ser traído, preso, entregue nas mãos dos inimigos, foi-me indispensável... para poder escapar, e emigrar para Província do Ceará, onde ainda não estava completamente estabelecida a Independência, pelo que novos riscos corri". Simplício Dias deixara seus bens e a sua família, a vida faustosa, mas não, a causa da liberdade de seu povo. Para isso deixou sua Vila aos cuidados de homens valorosos, como o Cel. Manoel Antônio da Silva Henriques, o Capitão

Bernardo Antônio Saraiva, o Cap. Antônio Ferreira de Araújo e Silva (a quem Simplício Dias chamava de irmão) e outros.

Ao se aproximar da Vila de São João, no dia 17 de dezembro de 1822, Fidié acampou nas proximidades da lagoa do Bebedouro e despachou um soldado para que verificasse a situação da Vila. No dia 18 de dezembro, Fidié entra em Parnaíba, encontra a Vila deserta, o povo trancou-se nas casas, muitos fugiram para as matas. Guarnecia a Vila, o brique Infante Dom Miguel. O Major português exigiu a imediata renovação do juramento à Constituição Portuguesa pela Câmara parnaibana, o que foi feito sob pressão, leu o Ofício trazido de Oeiras, incriminou o Dr. João Cândido de Deus e Silva, o Ten. Joaquim Timóteo de Brito e demais revolucionários e mandou celebrar Te Deum na Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Graça. Fidié se apossa das residências de Simplício Dias. Toma posse, também, das fazendas localizadas próximas da sede da Vila de São João. Os bois eram abatidos para saciar a fome de seus soldados. As casas dos parnaibanos, agora, serviam de abrigo para as tropas portuguesas. A família de Simplício Dias foi mantida prisioneira e ameaçada de ser degolada. Seus bens, entre os quais fazendas e embarcações, assim como de outros parnaibanos, foram tomados e destruídos. Muitos parnaibanos foram presos. Sobre a população, informa Simplício Dias: "desolam esta vila, saqueiam os Sagrados Templos, roubam os cofres dos miseráveis órfãos, e fazem com embuste, retirar as famílias para fora, e as empurram para o lugar das Carnaubearas, distrito do Maranhão, onde comandava o maior dos déspotas, Felipe José das Neves". No Ceará, Simplício Dias mantinha correspondência frequente com Dom Pedro, comunicando os fatos, as manobras de Fidié e dos fiéis à Coroa portuguesa.

Com a saída dos patriotas, Dr. João Cândido deixa no comando da Vila de São João o Vereador mais velho, o Cel. Manoel Antônio da Silva Henriques, que remeteu para os parnaibanos no Ceará, armas, munições, fardamentos e informações sobre Fidié, tudo escondido em sacos de farinha. Armas e munições conseguidas com grandes sacrifícios dos parnaibanos, dada a vigilância oficial no momento. Apesar de português, o Cel. Manoel Antônio foi fiel à causa do Brasil, muito trabalhou pelo progresso da Vila de São João e do Piauí, tendo recebido o Hábito da Ordem de Cristo e foi Cavaleiro Fidalgo da Casa Real. Era pai do valoroso Ten.-Cel. Domingos Dias da Silva Henriques.

Preso pelos portugueses, o Cap. Antônio Ferreira de Araújo e Silva foi acusado de remeter informações, armas e munições para os amigos parnaibanos no Ceará. Conduzido para o Maranhão, foi conservado detido durante cinco meses nos porões do brigue Dom Miguel.

Avisado pelos portugueses da Parnaíba, sobre a participação do Comandante da Cavalaria parnaibana, o Capitão Bernardo Antônio Saraiva, no movimento de 19 de Outubro, Fidié remete, como punição, o Capitão

Bernardo e a sua tropa para a Capital, Oeiras. Fidié, mais tarde, reconheceria que essa sua atitude foi um grande erro, pois o Capitão parnaibano ajudou no movimento de 24 de Janeiro de 1823.

No litoral, Fidié visita os pontos de defesa e em comum acordo com o Capitão Francisco de Selema Garção, Comandante do brique Dom Miguel, mandou construir um reduto (forte de construção simples) na da barra do Caju. Existiam mais quatro redutos, que guarneciam a Vila de São João: o de Amarração (barra do Porto), de Atalaia (no lugar chamado Coroa dos Tanques), da Barra (na foz do Igaracú), e o reduto da Pedra do Sal (no local onde se encontra o Farol). Ao se deslocarem para o Ceará, os parnaibanos inutilizaram os redutos da Pedra do Sal e de Amarração, por temerem seu uso pelos portugueses. Por serem construções rústicas, estes fortes não resistiram ao tempo.

No Ceará, os parnaibanos trabalham nas Vilas de Granja, Viçosa, Sobral. Ajudam a consolidar a Independência nessas Vilas e com o auxílio do Frei Alexandre da Purificação da Vila de Viçosa, provocam reuniões extraordinárias nessas Câmaras, onde Simplicio Dias paga gratificações e arregimenta as tropas em auxílio ao Piauí, pagando do seu próprio bolso, também, o soldo e os mantimentos dos soldados. O Frei Alexandre era pernambucano e foi um patriota ardente, tendo trabalhado em Fortaleza, junto ao Governo Provisório do Ceará, pela causa do Brasil no Piauí, atendendo os pleitos dos parnaibanos.

No dia 22 de dezembro de 1822, o General Labatut envia Ofício à Junta de Governo do Piauí, ameaçando invadir Oeiras: "e se houver algum malvado que nessa província se oponha à aclamação do imperador, conta que não existirá; eu farei marchar tropas, e as baionetas, qual fluido elétrico, espalharão o calor do patriotismo e honra brasileira". Também, manda Ofício o Ministro José Bonifácio, em 26 de dezembro, censurando o Governo do Piauí pela sua recusa em unir-se à causa do Brasil e lembra os acontecimentos na Bahia: "Que se recorde dos males que à província da Bahia chamou o seu criminoso governo, sempre contumaz em seguir o partido do congresso de Portugal, que desde então delineava a escravidão do Brasil." Contra os que fizeram oposição ao 19 de Outubro, já estavam, não só os parnaibanos, mas, quase todo País.

Em Oeiras, trabalhava silenciosamente pela causa da Independência, o Capitão Bernardo Antônio Saraiva, junto a poucos cidadãos patriotas. No dia 1º de Janeiro de 1823, a Junta de Governo do Piauí se reúne com o Pe. José Joaquim Monteiro de Carvalho e demais autoridades, inclusive o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins e família, para leitura de uma representação contra "esse punhado de facciosos e malvados". Continuam as prisões em Oeiras dos que eram a favor do Brasil. Também, no dia 1º de janeiro de 1823, o Comandante do brique de guerra Infante Dom Miguel, Francisco de Selema

Freire Garção, envia Ofício ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Inácio da Corte Quintela, sobre o cumprimento das ordens acerca da "manutenção da segurança dos habitantes do Maranhão fiéis à Constituição Portuguesa e livres da sedução dos sediciosos da Parnaíba, que juraram a Independência do Brasil: as mais distinções que tem feito na Barra de Tutóia, distrito de Carnaubeiras, foz do Rio Igaracú; a organização de tropas do sistema constitucional; e da anarquia reinante na Província do Ceará".

No dia 11 de janeiro de 1823, chegam a Oeiras, os Ofícios de Labatut e José Bonifácio. A Capital do Piauí passa dos desacatos à temeridade, pois agora se via de encontro às forças brasileiras, principalmente as do Crato, Ceará, com mais de dois mil homens, prontas para invadir Oeiras, fiel a Portugal.

No dia 14 de janeiro de 1823 a Junta de Governo do Piauí, começa a avaliar os riscos que corria a Província, agora ameaçada por dois grandes exércitos. Oeiras, vendo-se em perigo, pede o retorno de Fidié. Também, no dia 14 de janeiro de 1823, a Junta de Governo do Piauí envia Ofício ao General Labatut, recusando o convite para unir-se à causa do Brasil: "que baionetas portuguesas oprimem o Piauí para que V.Exa. queira mandar em socorro dele, baionetas de seu comando? Se o Piauí quisesse aderir à causa das províncias do sul, só tinha que declará-lo. Dentro dele não estão baionetas de Portugal que embarquem a declaração, e é consequentemente manifesto, que se não declara porque não convém, porque não quer". Os que mandavam no Piauí temiam perder seus privilégios. Mas, algumas Vilas davam sinais de inquietação. Ainda no dia 14 de Janeiro, Oeiras pede socorro a Portugal, dirigindo Ofícios a Dom João VI e ao Ministro da Guerra, Cândido José Xavier. Para Fidié, em Parnaíba, a Junta de Governo do Maranhão envia remessa de munições.

O Crato com um destacamento de dois mil homens estava em armas, prestes a marchar sobre a Capital do Piauí, o que deixou o povo oeirense em pânico. A Vila de Marvão, também, adere à causa do Brasil e no dia 22 de janeiro de 1823, a Junta de Governo do Piauí envia Ofício: "Habitantes de Crateús e Marvão uni-vos em sentimento aos mais povos da Província; deixai flutuarem as províncias do sul no mar imenso de discórdia e sangue, que nelas começa como justo castigo de suas desenvolturas".

No dia 22 de janeiro de 1823, entra na Freguesia de Piracuruca, termo da Vila de São João da Parnaíba, Leonardo de Carvalho Castelo Branco e José Francisco de Miranda Osório, com um corpo expedicionário de aproximadamente 600 homens, aprisionam um destacamento ali deixado por Fidié e Proclamam a Independência do Brasil. O extenso e vibrante termo de proclamação foi redigido por Leonardo, datado do Quartel da Freguesia, a 24 de janeiro de 1823. Fidié ficou surpreso e preocupado com a audácia dos inconfidentes parnaibanos. Sabedores que a Freguesia de Piracuruca e a Vila de Santo Antônio de Campo Maior estavam sob o domínio português,

Leonardo e Miranda Osório tinham que reverter essa situação, antes de atacar Fidié no litoral. Antes, também, tinham que arregimentar mais homens para suas fileiras.

Com bastante oportunismo e sabedor que a chama da Independência do Brasil era irreversível, na madrugada do dia 24 de janeiro de 1823, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins com parentes e amigos, toma o Governo e faz a adesão do Piauí ao movimento brasileiro. Diz Abdias Neves, em *A Guerra de Fidié*: "O brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que tomara a frente da conspiração, não por patriotismo, nem por amor à independência, mas despeitado por ser vencido nas eleições de 7 de abril de 1822, não quis que outro tivesse a glória da proclamação". O escritor José Patrício Franco, no seu livro *O Município no Piauí*, diz: "não houve aí aquilo que se poderia chamar de ato de coragem, motivado pelo civismo que se justificava no desejo da separação. Foi apenas um ato de oportunismo daqueles que se mantinham aparentemente guarnecendo o governo fiel à Constituição Portuguesa". Os Capitães, Bernardo Antônio Saraiva e Honorato José de Moraes, oficiais rebeldes do 2º Regimento de Cavalaria da Vila de São João, foram os elementos em que se apoiaram os separatistas do 24 de Janeiro. Na vereação do dia 24 de Janeiro, fica claro o temor em relação ao Ofício de Labatut, de Oeiras ser invadida por tropas brasileiras: "a fim de se dar cumprimento ao ofício do Exmo. General do Exército Imperial e Pacificador da Bahia".

No dia 24 de janeiro, em Fortaleza, reúne-se a Junta de Governo Temporário do Ceará, com Juiz de Fora, Câmara, Corpo Eclesiástico, Civil e Militar. Determina que se marchassem tropas em socorro ao Piauí. No mesmo dia convocou a mesma Junta, reunião extraordinária com a presença do Frei Alexandre da Purificação, que faz requisições por parte dos parnaibanos. Um dos requisitos era de "que esta junta de governo mandasse ao juiz ordinário proceder asperamente contra aqueles que não seguissem e defendessem a causa do Brasil".

No dia 26 de janeiro de 1823, Oeiras envia comunicado ao Dr. João Cândido sobre o movimento de 24 de Janeiro e solicita a sua presença, para dar rumos ao novo governo com as suas luzes: "Este passo que segundo a idéia do finado governo parecia apresentar aos homens o mais terrível aspecto de dificuldade, foi tão fácil". Manuel de Sousa Martins, Presidente. A Capital não passaria pelos constrangimentos, humilhações e violências por que passaram as Vilas de São João da Parnaíba e Santo Antônio de Campo Maior e a Freguesia de Piracuruca.

A Junta de Governo do Ceará resolve socorrer o Piauí e se dirige ao seu governo em Ofício de 26 de janeiro: "Notícia nada equívocas de Oeiras nos persuadem que os habitantes dessa província continuam a sofrer os rigores do ancião despotismo, debaixo de um governo que, devendo ser paternal, fez-se despótico. O grito da Independência do Brasil tem retumbado desde o Prata até

o Amazonas, mas ainda a desgraça persegue alguns dos seus habitantes. Nós lamentamos a sorte dos infelizes emigrados (os parnaibanos), vítimas da desesperação, que, fugindo ao rigor de um jugo tirânico, procuram saborear, com seus semelhantes, as doçuras da liberdade, que constituem a felicidade e o caráter do cidadão brasileiro; eles reclamam pelos seus direitos; porém a mesquinha mão da arbitrariedade lhes denega, erguendo ao mesmo tempo uma espada de ferro para os escravizar. Que triste situação!"

Após a tomada da Freguesia de Piracuruca, o Alferes Leonardo de Carvalho Castelo Branco com sua tropa cearense, marcha para a Vila de Santo Antônio de Campo Maior e no dia 5 de fevereiro de 1823, toma essa Vila das autoridades portuguesas e proclama a Independência do Brasil. Prende algumas autoridades como o Pe. João Manoel de Almeida e o destacamento que Fidié ali deixara, composto do 4º Esquadrão do 1º Regimento de Cavalaria do Piauí. No dia 6 de fevereiro, Leonardo escreve a Câmara de Caxias, convidando aquela Vila para aderir ao movimento de Independência.

No dia 12 de fevereiro, chega a Campo Maior o Capitão cearense Luís Rodrigues Chaves e o Ten. João da Costa Alecrim com 130 homens, que se juntam às tropas de Leonardo e em poucos dias mobilizam mais patriotas. Juntam-se a estas, também, as tropas de Alexandre Pereira Nereu, Pedro Francisco Martins, Francisco Inácio da Costa, vindas do Ceará; as do Cap. Manoel Chaves, com homens do Ceará e Piauí, da região de Marvão; do baiano Salvador Cardoso de Oliveira, vindas do Estanhado; do Ten. Agostinho Antônio Nunes; as tropas de Santo Antônio e Poti, com destacamento de cerca de 700 combatentes; índios da Ibiapaba e homens vindos de Piracuruca tangidos pelas tropas de Fidié, que tinham o comando do Major José Francisco de Miranda Osório e Francisco Inácio da Costa. A Junta de Governo do Piauí ordena a Valença que reúna o maior número possível de ordenanças capazes de pegar em armas e a convocar forças de Parnaguá e outras partes e concentrá-las no povoado Poti e em Campo Maior. Chegam de Exu, Pernambuco e Inhamus, Ceará, patriotas com o objetivo de cooperar com a causa do Brasil no Piauí.

No dia 26 de fevereiro de 1823, às oito horas da manhã em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça, Fidié obriga novamente as autoridades militares da Vila de São João e a guarnição do brique Infante Dom Miguel, a prestarem juramento à Constituição Portuguesa. Ordena que "os senhores comandantes dos corpos mandarão ensarilhar as armas durante a missa e irão assistir a ela para prestar juramento e logo que se finalize a solenidade se darão três descargas. O corpo de artilharia, alternativamente, uma salva de sete tiros em cada descarga de infantaria, devendo começar a artilharia. A canhoneira Infante Dom Miguel dará uma salva ao romper do dia, outra na ocasião do juramento e outra à noite".

Com muita surpresa, no dia 28 de fevereiro de 1823, Fidié recebeu a

notícia dos acontecimentos. Resolveu, diante dos fatos, marchar de volta contra Oeiras e restabelecer a ordem na Província. Em Parnaíba, corria o risco de ser cercado pelos patriotas. No dia 1º março de 1823, Fidié reuniu todos os seus soldados em frente ao Largo da Matriz de Nossa Senhora da Graça, incluindo os soldados de São Bernardo e de Carnaubas, passou em revista a tropa, fez exaltação ao Rei de Portugal e obrigou os moradores de São João a abandonarem a Vila, que ficou deserta. Ficaram os marinheiros do brique Infante Dom Miguel, que aproveitaram a situação e saquearam igrejas, a Casa da Câmara, as casas dos moradores e depois partiram para a barra de Tutóia, onde foram proteger Vilas maranhenses. Ao saírem, as tropas portuguesas deixaram a Vila de São João destruída e com imenso prejuízo para Simpício Dias, que teve seus navios, suas fazendas e indústrias destruídas.

Atraído pelo convite arquitetado pelo comandante da Vila maranhense do Brejo de Anapurus, José Antônio Correia, que lhe prometera auxílio, Leonardo é preso no dia 1º de fevereiro de 1823, com dois soldados que o acompanhavam. Remetidos para São Luís, Maranhão, chegam ali no dia 21 de março. Aguardado pelo povo nas ruas, Leonardo foi considerado herói e muito visitado na cadeia. No seu mandado de prisão dizia ser "o homem mais perigoso do Piauí". Leonardo é mandado para Limoeiro, Cadeia de Lisboa, em Portugal. Mas, Simpício Dias estava atento, mantinha correspondência com o Imperador Dom Pedro e foi o escudo que protegeu Leonardo da lei de Dona Maria I.

Fidié, após setenta e três dias na Vila de São João, marcha contra a Capital, Oeiras, com grande tropa, cerca de 1600 homens, notícia que deixa apavorados os povos de Piracuruca e Campo Maior. Com sua experiência de guerras anteriores, Fidié destacou um pelotão para reconhecimento do terreno. No lugar Ilhós de Baixo, próximo da lagoa do Jacaré, termo da Vila de São João da Parnaíba, esse pelotão encontra-se com tropas cearenses e aí se dá o primeiro confronto entre brasileiros e homens de Fidié, combate que ficou conhecido como - a Batalha do Jacaré, com mortes dos dois lados. O Major português entra na Freguesia de Piracuruca sem resistência e encontra o lugar saqueado, exceto a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo. A Freguesia de Piracuruca seria o ponto de concentração das forças separatistas, mas, as tropas portuguesas fazem com que mais de mil homens debandem, sem oferecer resistência ao inimigo. Fidié conta que foi "picando-lhe a retaguarda por cinquenta e oito léguas, até o campo Jenipapo". É que essas tropas eram compostas de vaqueiros e aventureiros sem experiência de guerra. O Governo Provisório do Piauí declara que "é de lamentar que um corpo respeitável de mil e tantos homens se destroçassem sem ver ao menos a cara do inimigo, nem lhes fazer fogo".

No dia 10 de março de 1823, chegam a Parnaíba, as primeiras tropas cearenses para socorrer a Vila assaltada, mas, Fidié já estava a caminho de

Campo Maior. No dia 11 de março, o Capitão Bernardo Antônio Saraiva, comandante parnaibano que teve trabalho relevante no movimento de 24 de Janeiro de 1823, segue de Oeiras à frente de sua tropa, em auxílio aos patriotas no Norte da Província do Piauí.

No dia 12 de março de 1823, as tropas dos brasileiros em Campo Maior, já contavam com piauienses, cearenses, pernambucanos e maranhenses, prontos para defender com poucas e rudimentares armas, a Independência do Brasil. As tropas brasileiras contavam com o comando do cearense Cap. Luís Rodrigues Chaves, que trouxe do Ceará, homens arregimentados pelos parnaibanos. No dia 13 de março, esses brasileiros escrevem mais uma das marcantes páginas da História do Brasil no Piauí - a Batalha do Jenipapo, que no confronto com as tropas de Fidié, deram suas vidas pela liberdade do nosso país. Das mulheres do Piauí, escreveu Dr. João Cândido: "As próprias mulheres não ficavam indiferentes: mandavam os maridos, os filhos, os irmãos para a guerra e a fim de que levassem munições e armas vendiam as jóias, se mais nada tinham a vender. A mulher piauiense mostrou, nessa ocasião, a grande fortaleza, o ânimo varonil de lendárias heroínas. Foi inextinguível de amor pelo triunfo completo da Independência - que abraçara, desde as primeiras proclamações".

O Governo Provisório do Piauí nada havia feito para fortificar os homens que lutaram contra Fidié. Nem ao menos sabia do acontecido no Jenipapo, estava preocupado em defender as fronteiras de Oeiras com o Maranhão. Sabedor do desastre de Campo Maior, o povo da Capital do Piauí entra em desespero. Na manhã do dia 20 de março, muitas casas na cidade estavam fechadas, seus habitantes haviam fugido para o mato durante a noite.

O Juiz de Fora, Dr. João Cândido de Deus e Silva, em Ofício dirigido ao Governo do Ceará, fez acusações ao Cel. Luís Rodrigues Chaves que, conhecendo a força do inimigo, jamais deveria travar batalha em campo aberto, e sim, cansar as tropas de Fidié com continuadas guerrilhas.

O facho de luz lançado pelos parnaibanos era, agora, o clarão que iluminava de patriotismo os piauienses. Mesmo saindo vitorioso, Fidié teve prejuízos militares, pois grande parte de sua munição, armas e os despojos da Vila de São João da Parnaíba foram apreendidos pelos cearenses das tropas do Comandante Alexandre Pereira Nereu, forçando o Major português mudar seus planos e não mais seguir para a Capital, Oeiras. A bagagem subtraída das tropas portuguesas é apreendida em Sobral e vendida em leilão público. Em maio de 1823, o Juiz de Fora de Campo Maior, José Marques Freire, abriu devassa sobre o fato, que não teve a consideração do Presidente da Junta do Poti, Raimundo de Sousa Martins. Lá estavam objetos valiosos para os parnaibanos, roubados por Fidié e seus soldados.

Fidié segue para Estanhado (hoje União), o que livrou Oeiras de possíveis batalhas. Esperava ajuda do Maranhão, o que não ocorreu.

Sabedores desse abrigo das tropas portuguesas, os revolucionários marcharam para lá, sendo aí ponto de reunião das tropas patrióticas, união de cearenses, pernambucanos, piauienses e até maranhenses, unidos pela causa do Brasil. Deu-se, então batalha com mortes dos dois lados e nela esteve à frente das tropas de Parnaíba, José Francisco de Miranda Osório. Fidié teve, grande baixa nas suas forças, o que implicou mudanças nos seus planos. No dia 29 de março de 1823, Fidié e suas tropas atravessam o Rio Parnaíba rumo ao Maranhão, núcleo seguro de Portugal, deixando o Piauí, finalmente, emancipado, fato para alguns historiadores de grande relevância. Conta a tradição popular, que Fidié ao atravessar o Rio Parnaíba conduzindo por um barqueiro, este foi degolado à espada, para que não desse informações; um comandante de suas tropas foi alvejado por soldados brasileiros, por esse fato, na beira do rio, no lugar chamado Tapuio, encontra-se um rochedo chamado Pedra do Comandante. União é marco presente de nossa independência, pois foi palco do momento em que o Piauí ficou livre do jugo português.

Com a chegada da notícia da vitória de Fidié, em Campo Maior e que ele agora marcharia rumo à Capital, Oeiras entra em pânico. A Junta de Governo Provisório prepara-se para a fuga rumo ao Crato, livrando o cofre público e espalha espias ao longo das estradas de acesso. Tudo ficaria entregue à fúria das tropas portuguesas, menos o dinheiro público, 10.398\$270, do cofre dos defuntos e ausentes, que a Junta de Governo mandou arrecadar e encaixotar para levar consigo. Manoel de Sousa Martins manda abrir as portas da Câmara e acender as luzes, determina que a Junta fique em sessão permanente e distribui boletins alertando os habitantes para a defesa da cidade. Como os parnaibanos, os oeirenses sabiam que não tinham chances frente às tropas de Fidié.

As lutas continuam. No dia 10 de abril de 1823, chegam à Parnaíba, reforços militares vindos de Granja, Ceará. A população ainda não se sentindo segura, permanece fora da Vila. No dia 25 de abril, brasileiros aquartelados na Vila de São João investem contra Brejo do Anapurus, provocando mortes nas tropas portuguesas e assaltando-lhes a munição. Neste combate foi ferido José Antônio Correia, Comandante dessa Vila, que prendera Leonardo de Carvalho Castelo Branco. Os brasileiros retornam a Parnaíba, sendo atacados pelas forças inimigas do Maranhão.

No dia 30 de abril de 1823, é preso o valoroso Cel. Manoel Antônio da Silva Henriques, que refugiado na ilha de Santa Cruz, no Maranhão, é descoberto e acusado de manter contatos sigilosos com os liberais parnaibanos no Ceará. Preso por soldados de Carnaubearas, o Coronel é remetido no brigue Infante Dom Miguel para São Luís, Maranhão. O Cel. Manoel Antônio era sogro do Maj. José Francisco de Miranda Osório e foi caixeiro e testamenteiro de seu tio, o Cap. Domingos Dias da Silva. Também, no dia 30 de abril, chega à Vila de São João da Parnaíba o Cel. Simplício Dias e alguns liberais, com

exceção do Dr. João Cândido, que fica ainda no Ceará, trabalhando pela causa do Brasil. Com a volta de seu comandante, os moradores da Vila retornam às suas casas. Simplício Dias assume o comando das tropas aquarteladas na Vila de São João, que se somam à Cavalaria do Cap. Bernardo Antônio Saraiva. A Vila saqueada retorna seu rumo nas mãos de Simplício Dias, que se desfaz de objetos de ouro e prata, para conseguir arranjos de guerra, pois as Vilas maranhenses limítrofes a Parnaíba continuavam ameaçando o Piauí.

No dia 30 de maio de 1823, as tropas parnaibanas chefiadas por Simplício Dias e pelo Tenente-Coronel José Narciso Xavier Torres partem em direção a Carnaubearas, atravessam o Delta do Parnaíba e no dia 4 de junho tomam essa Vila maranhense, ocupam seus quartéis e proclamam a Independência do Brasil. Repetem o feito nas Vilas de Icatu e Tutóia, no Maranhão. No dia 19 de junho de 1823, as tropas brasileiras retornam gloriosamente e foram recebidas honrosamente pelo povo da Vila de São João.

No dia 28 de julho de 1823, o Comandante da Esquadra Imperial Thomas Crochrane aporta em São Luís e proclama a Independência do Brasil, no Maranhão. No dia 29 de junho de 1823, todos os parnaibanos são convidados pelo Senado da Câmara a prestarem, novamente, juramento à Independência do Brasil, fidelidade a Dom Pedro I e obediência às Cortes do Brasil, acontecimento seguido de grandes festas.

No dia 22 de junho de 1823, Leonardo de Carvalho Castelo Branco foi posto em liberdade, em Portugal. Cumpre promessa feita pela sua liberdade a Nossa Senhora das Dores, sua protetora, e passa a usar o nome de Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco. Leonardo regressou ao Brasil, onde esteve em Pernambuco com o Presidente daquela Província, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, sendo tratado com muita atenção. Paes de Andrade era republicano de 1817, maçom da Linha Vermelha e em 1824, foi envolvido na Confederação do Equador, com o Frei Caneca.

Depois de perseguido pelas tropas do Ten. Simplício José da Silva e de outros patriotas, Fidié é encurralado em Caxias, Maranhão e preso pelas tropas cearenses do Cap. José Pereira Filgueiras e Tristão de Alencar Araripe, no dia 27 de julho de 1823. No dia 1º de agosto, foi conduzido para Oeiras, onde permaneceu por três meses, depois mandado para o Rio de Janeiro e, posteriormente, embarcado de volta para Portugal. Também, no dia 1 de agosto, chega no Porto de Amarração a escuna Maria Francisca conduzindo militares remetidos pelo Governo de Pernambuco, pedido feito pela Junta de Governo Temporário do Piauí, para auxílio do litoral piauiense, com soldos pagos por Simplício Dias.

No dia 5 de setembro de 1823, chega à Parnaíba, o Cap. Joaquim Inácio de Almeida, vindo de Salvador, trazendo Carta Imperial, informando a Simplício Dias que marchasse com as suas tropas contra São Luís, Maranhão. Mas, a Capital maranhense já estava sob o comando de Lord Crochrane, que seguia, agora, para o Pará, onde as lutas prosseguiram até setembro.

Crochrane era aventureiro inglês, comissionado por Dom Pedro I, como o 1º Almirante da Esquadra Brasileira. A Carta Imperial trazida pelo Cap. Almeida, trouxe, também, a honrosa notícia da condecoração de Simplício Dias da Silva na Imperial Ordem do Cruzeiro. Ordem criada por Dom Pedro I, para premiar aqueles que prestaram relevantes serviços à Independência do Brasil.

Em 27 de outubro de 1823, a Junta de Governo Temporário reconhece, através de Ofício, os relevantes serviços de Simplício Dias da Silva em prol da Independência: "é um cidadão benemérito e honrado; tem feito naquela vila, a bem de sua defesa e costa, muitos e importantes serviços, com despesas não pequenas de sua própria fazenda. Comanda em chefe e há muitos anos aquele principal ponto da província, e os seus serviços hão sempre merecido os melhores elogios. Cheio de zelo e patriotismo pela causa do Brasil, cooperou e coadjuvou a adesão dos povos da dita vila à independência no dia 19 de outubro do ano próximo passado, e por amor dela emigrou para a província do Ceará, quando o major Fidié marchou com força armada a ocupar aquela vila e reduzi-la ao domínio de Portugal, querendo antes abandonar seus bens e família do que sujeitar-se ao partido contrário a liberdade de sua pátria. Recolheu-se ao Ceará a prestar ao Piauí, novos serviços".

No dia 1º de novembro de 1823, Simplício Dias escreve longa carta ao Imperador Dom Pedro, agradecendo a honrosa comenda e relata os pormenores do 19 de Outubro de 1822.

O Brasil tornava-se uma Monarquia, rodeado de Repúblicas, antigas Colônias espanholas. O primeiro País a reconhecer a Independência do Brasil, foi os Estados Unidos da América. Portugal resistiu e só reconheceu depois de acordo mediado pela Inglaterra, em 29 de agosto de 1825, quando Dom Pedro I comprometeu-se a pagar a quantia de 2 milhões de libras esterlinas, tornando-se a primeira dívida externa contraída pelo Brasil, sendo 1,4 milhão para Portugal pagar sua dívida com a própria Inglaterra e 600 mil pagos a Dom João VI.

Em reconhecimento aos feitos dos parnaibanos a primeira Vila do Norte do Brasil a proclamar a Independência - o Imperador Dom Pedro I agracia a Vila de São João da Parnaíba com o nobre título de - "A METRÓPOLE DAS PROVÍNCIAS DO NORTE".

Assim escreve, José Patrício Franco, em O Município no Piauí: "Parnaíba, já então, possuía as melhores condições como vila e freguesia, pois ali se instalaram, ao tempo do Porto das Barcas, alguns cidadãos dotados de espírito progressista e empreendedores. A vila se edificara na orla marítima, por isso auferira àquela época os benefícios da civilização urbana, de modo que, à época da Independência, fora ali que se dera o primeiro grito pró Independência do Brasil, fato que coloca aquela cidade como berço da liberdade da Província, 1822".

Dom Pedro ainda reservava mais honras a Simplício Dias da Silva e através de Carta Imperial de 25 de novembro de 1823, nomeia o Coronel parnaibano como primeiro Presidente da Província do Piauí, "em consideração aos distintos merecimentos, patriotismo e adesão à sagrada causa deste império e mais qualidades recomendáveis". Não querendo deixar sua Vila e sendo republicano, Simplício Dias declina do cargo, mas, também, porque sabia do clima de anarquia e corrupção sempre reinante na Capital do Piauí.

Em Oeiras, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins trabalha para permanecer à frente do Governo e empreende campanha para eliminar os possíveis candidatos, passando a denegrir a imagem de Simplício Dias, junto à Corte do Rio de Janeiro. Também, procura mostrar os "grandes" feitos da Junta que presidia.

No início de 1824, Parnaíba recebe de volta parte do material saqueado pelos soldados do brique Infante Dom Miguel, mas, o cofre dos órfãos, os papéis e os livros da Câmara da Vila de São João, jamais voltariam.

Respondendo ao Ministério do Império, a Junta de Governo Temporário do Piauí remete relação dos que se destacaram nas lutas pela Independência do Brasil, no Piauí. Ali, não estavam os parnaibanos, mas, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, seus familiares e amigos. Um profundo desrespeito aos que fizeram o 19 de Outubro de 1822. Apenas o Major Bernardo Antônio Saraiva e Honorato José de Moraes Rego, do 2º Regimento de Cavalaria da Vila de São João da Parnaíba, figuravam nesta relação, pois estavam presentes no 24 de Janeiro de 1823, a Adesão de Oeiras.

Em 5 de dezembro de 1823, a Junta de Governo Temporário do Piauí envia Ofício ao Cel. Simplício Dias, informando as despesas da guerra, que as tropas do Ceará estavam cobrando. Alegando falta de recursos, esta Junta de Governo quase nada gastou em prol da Independência do Brasil, no Piauí.

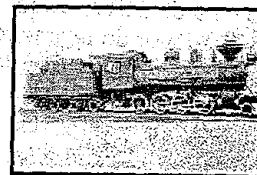
Em Janeiro de 1824, o Cel. Simplício Dias dispensa os serviços das tropas pernambucanas, pagando aos soldados um mês de soldo adiantado. Assim, escreve Bugya Brito, sobre o Cel. Simplício Dias: "de todos os companheiros do golpe de 19 de outubro, fora o mais prejudicado; a extinção de seus bens próprios do ilustre parnaibano foi o pagamento material que ele conseguiu; os vexames, dissabores, imposições, contrariedades e dores morais foram outros amargos pagamentos que lhe lançaram a alma; só não se extinguiu o seu idealismo, que continuou como facho vivo iluminando gerações...". Simplício Dias foi o único piauiense a usar sua fortuna em prol da Independência do Brasil, ajudou a consolidar a liberdade no Piauí, Ceará e Maranhão, com reflexos, também, no Pará e Amazonas, contribuindo para a unidade nacional que temos hoje.

Assume o Governo do Piauí, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que fez a Província mergulhar em longos anos de atraso com seu despotismo. No Piauí, não funcionava nem o Conselho do Governo, que nos anos de 1827 e

1828 não teve sequer sessões ordinárias, que eram anuais. O escritor José Patrício Franco, em *O Município no Piauí* diz que "o Visconde mergulhou o Piauí numa era obscura, motivando a estagnação da província, ignorando os municípios, relegados ao abandono, entregues aos chefes locais ligados à sua política de poder e mando. O Piauí era visto como uma grande fazenda, governada de Oeiras por um chefe provincial que exercia o poder como donatário". Assim diz, José Martins Pereira de Alencastre, em *Memória Cronológica Histórica e Corográfica da Província do Piauí*: "Fez-se a Independência: o Brasil teve instituições liberais; todos os brasileiros foram felizes depois da emancipação política; as Províncias à sombra do nosso pacto fundamental prosperaram e se engrandeceram, porém o Piauí nunca pôde aplaudir e bem dizer o 24 de janeiro de 1823! Porque o Piauí continuou a gemer, e a esterilizar-se sob o jugo degradante de um governo despótico e imoral, de que há poucos exemplos na história. Governou o infeliz Piauí um homem sem princípios, sem educação, que deveu todo o seu merecimento a uma dessas aberrações da fortuna". Quando Pereira de Alencastre diz: "de que há poucos exemplos na história" e a julgá-lo leitor de Voltaire, que descreveu em seus livros o despotismo dos reis da Europa, imagina-se o que aconteceu na Província do Piauí. Manuel de Sousa Martins, um vaqueiro analfabeto, governou unipessoalmente com suas próprias leis e sem justiça. Foi algoz da honra e da vida da gente do Piauí.

Outras Lutas e O 14 de Agosto

Capítulo VI



Consolidada a Independência do Brasil, o absolutismo de Dom Pedro I começa a incomodar os brasileiros, principalmente os nordestinos. O governo do Imperador só tinha olhos para o Sul. Os pesados impostos do açúcar, do algodão, do cacau, do fumo e de outros produtos agrícolas do Nordeste, eram aplicados, principalmente, no Rio de Janeiro. Na elaboração da primeira Constituição Brasileira, aconteceram muitos desencontros entre Dom Pedro I e os políticos brasileiros. Em 1823, o Imperador dissolveu a Assembléia Constituinte, outorgou e impôs nova Constituição ao país, o que desagradou o povo. Ela garantia muitos privilégios e poder a Dom Pedro I, que poderia indicar os Presidentes das Províncias. Essa centralização do poder não foi bem vista pela Inglaterra, que novamente começa a trabalhar através dos clubes secretos das lojas maçônicas. Com a monarquia, dificilmente, os negros seriam livres e os ingleses desejavam o fim da escravidão, sendo os negros livres, mercado consumidor para os seus produtos industrializados.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL 1824

Título I - Do Império do Brasil, seu território, governo, dinastia e religião.

Artigo 1 - O Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros.

Eles formam uma nação livre e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união ou federação, que se oponha à sua Independência.

Artigo 2 - O seu território é dividido em províncias na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas como pedir o bem do Estado.

Artigo 3 - O seu governo é monárquico, hereditário, constitucional e representativo.

Artigo 4 - A dinastia imperante é a do Sr. Dom Pedro I, atual Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil.

Artigo 5 - A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isto destinadas, sem forma alguma exterior de templo.

Título III

Artigo 10 - Os poderes políticos reconhecidos pela Constituição do Império são quatro: o poder Legislativo, o poder Moderador, o poder Executivo e o poder Judicial.

Com algumas emendas, Ato Adicional 1834 da Lei Interpretativa de 1840, manteve-se esta constituição, até 1889.

Em Pernambuco, os liberais de 1817, estão novamente juntos e organizados contra o imperialismo, a favor do regime republicano e o fim da escravidão. Ofícios são enviados de Recife para o Rio de Janeiro, na tentativa de que Dom Pedro trabalhasse pela construção de uma constituição democrática. A resposta do Imperador, foi enviar para Pernambuco o Almirante John Taylor, com duas fragatas armadas, para garantir a posse de políticos de sua confiança. No dia 2 de julho de 1824, os liberais pernambucanos lançam manifesto rompendo com Dom Pedro I e anunciam a formação de uma república - a Confederação do Equador. Foi a mais séria tentativa de se dividir o Brasil.

Em todos os movimentos revolucionários em prol da república, neles sempre tiveram figuras notáveis do nosso clero. Frei Caneca, um dos líderes do movimento, publica - As Bases para a Formação do Pacto Social e convida as Províncias do Norte e Nordeste a aderir. Logo a Confederação tem o apoio da Paraíba, Rio Grande do Norte e, principalmente, do Ceará. Em 3 de julho de 1824, em Recife, o Presidente da Província de Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, divulga edital abolindo o tráfico de escravos.

No Piauí, novamente os parnaibanos estavam atentos a todas as manobras da política nacional. O Cel. Simplicio Dias, recebe a visita do Pe. João de Andrada Pessoa Anta, vindo do Ceará, com a missão de propagar as bases da Confederação do Equador. O Pe. Pessoa Anta, cearense natural da Vila de Granja, ficou em Parnaíba vários dias, hóspede do Cel. Simplicio Dias. Com o mesmo propósito, chega o Pe. Francisco de Paula Barros. Outros amigos cearenses também vieram, como o Capitão Plácido Fontenele e seu irmão Amaro José Fontenele, ambos descendentes do francês Jean Fontenele, explorador que veio ao Ceará estudar as minas de Viçosa e Granja.

No dia 25 de Agosto de 1824, a Vila de São João proclama a República sob o comando do Dr. João Cândido de Deus e Silva, em reunião da Câmara, aderindo Parnaíba à Confederação de Frei Caneca. Participam do movimento, os liberais: Maj. José Francisco de Miranda Osório, o Alf. Leonardo de Carvalho Castelo Branco, o Cap. Bernardo Antônio Saraiva, o Cap. João José de Sales, o Cap. Domingos Dias da Silva Henriques, José Ferreira Meireles e outros. Agora, de Recife à Vila de São João da Parnaíba, o comando era das forças republicanas. Também, se juntam à causa, as Vilas de Campo Maior, Valença e Marvão. O historiador Abdias Neves informa que, quando na Vila de São João se preparava a proclamação, o Cel. Simplicio Dias estava em visitas a suas fazendas e exame do forte da Barra do Caju, onde fazia trabalho de reformas com seus escravos, visto a iminência de um desembarque de tropas portuguesas no Delta do Parnaíba, enquanto informava à Junta de Governo a impossibilidade de assumir o Governo da Província, em virtude de seu estado de saúde. Se aceitasse o cargo, Simplicio Dias teria que ser fiel à Monarquia e ir de encontro a seus ideais republicanos. Provavelmente, emplacada a Confederação do Equador, o Nordeste, hoje, seria diferente, pois foi a parte rica do Brasil Colonial.

Após a proclamação, Parnaíba participa a Oeiras a sua adesão à Confederação do Equador. Mas, lá estava o Presidente Temporário, Manuel de Sousa Martins, que inicia campanha para compelir os republicanos. As tropas do Almirante Crochrane, com 1200 homens e as forças contrárias de Pernambuco, fiéis ao Imperador, desmontam o trabalho dos liberais, alguns são condenados à força, incluindo o Frei Caneca, que escapa do enforcamento, todos desistem de enforcá-lo, mas, termina sendo fuzilado. Manuel de Carvalho Paes de Andrade consegue fugir pedindo asilo em corveta inglesa, mas, muitos republicanos foram executados em Pernambuco. Muitos morreram nas Províncias rebeladas, na Bahia e no Rio de Janeiro, onde foi condenado João Guilherme Ratcliff, entre outros. No Ceará, no dia 30 de abril de 1825, é fuzilado em Fortaleza, o Pe. Pessoa Anta, que foi grande amigo dos parnaibanos e colaborador do Dr. João Cândido e do Cel. Simplicio Dias no processo de arregimentação de tropas cearenses, em prol da Independência do Brasil, no Piauí. Na Província cearense, onde a causa da República teve destacada adesão, além da execução dos Padres Pessoa Anta, Mororó, Francisco de Paula Barros, é destruída uma coluna revolucionária com mais de 150 homens, que tinha o comando de José Pereira Figueiras. Em combate, foi morto Tristão de Alencar Araripe. O Frei Alexandre da Purificação foi condenado a degredo perpétuo no Rio Negro (hoje Estado do Amazonas), onde na miséria veio a falecer. Grandes homens que ajudaram os parnaibanos nas lutas pela Independência do Brasil.

Depois dos trabalhos de repressão em Fortaleza, desembarca na Vila de São João o poderoso Almirante Thomas Crochrane, que foi recomendado

pelo Presidente Manuel de Sousa Martins. Assustados, os parnaibanos não reagem diante da exibição das forças do Imperador. De Parnaíba, vai a São Luís, Maranhão e de lá, Crochrane envia Ofício à Câmara da Vila de São João, datado de 5 de dezembro de 1824, onde estavam anistiados os parnaibanos da Confederação do Equador, o que foi motivo de festas na Vila republicana. Mas, com a chegada do Sargento-mor Claro Luís Pereira de Abreu Bacelar, em Parnaíba, no dia 11 de janeiro de 1825, vindo de Oeiras a mando do Presidente da Província, Manoel de Sousa Martins e acompanhado por tropa militar, foram presos e depois remetidos para o Rio de Janeiro: Dr. João Cândido de Deus e Silva, Veridiano de Sousa Brochado, João José de Sales, João Cardoso Batista, João Rodrigues Falcão, José Firmino Meireles, João da Costa Rosal, Bernardo Antônio Saraiva e Domingos Dias da Silva Henriques, fato que surpreendeu e chocou os parnaibanos. José Francisco de Miranda Osório é preso ao chegar em Oeiras, 27 de outubro de 1824, onde fora incumbido de promover a República. Leonardo de Carvalho Castelo Branco, por subscrever o manifesto, é preso em Pernambuco e depois transferido para Oeiras, onde fica recluso por um ano, para depois ser remetido a São Luís e lá recobra a liberdade. Novamente, Simplício Dias foi o escudo que protegeu os parnaibanos da morte, enviando cartas ao Imperador Dom Pedro I. Ao desembarcarem presos no Rio de Janeiro, os parnaibanos foram, imediatamente, postos em liberdade.

Pela segunda vez, Pernambuco tentava dar ao Brasil o regime democrático e a abolição dos escravos, mas, muitos daqueles que sonharam com a República, pagaram com suas vidas pelo ideal republicano. A adesão de algumas Vilas piauienses à Confederação do Equador, serviu para o fortalecimento político de Manuel de Sousa Martins, que recebeu o título indécoro de Barão da Parnaíba, por Decreto de 12 de outubro de 1825. Mas, essa revolução deixou plantada no solo da Província a semente dos ideais de Voltaire, germinados em 1889, com a Proclamação da República do Brasil. Sobre o despotismo, dizia José Bonifácio em versos: "Maldição sobre ti, monstro que a humanidade aviltas".

Em 28 de outubro de 1824, o Senado da Câmara da Vila de São João expede Ofício ao Presidente da Província, comunicando que renovara juramento às Cortes do Brasil e obediência ao Imperador. Em resposta ao Ofício dos parnaibanos, o Presidente da Província do Piauí, congratula-se com os Vereadores da Vila de São João, pelo juramento.

No ano de 1824, as charqueadas de Simplício Dias já estavam reduzidas e registram queda no abate de cabeças de bois, chegando a 10 mil. No seu apogeu, as charqueadas da Parnaíba abatiam 40 mil bois. Simplício Dias mantém vivo o seu comércio, feitos com a navegação de duas sumacas de sua propriedade: uma de 80 e outra de 130 toneladas. Em 1824, lança no mar um brique de 2000 toneladas, construído em seu estaleiro parnaibano.

Em 1826, morre João Castro e Melo, o Visconde de Castro, amigo do Dr. Ovídio Saraiva. Por ocasião de sua morte, o Dr. Ovídio dedicou a sua filha, Domitila de Castro-Couto e Melo, a Marquesa de Santos, Elegia ao Fidalgo Visconde de Castro. A Marquesa de Santos foi amante de Dom Pedro I, tinha grande influência sobre o Imperador e desta relação nasceu Isabel Maria de Alcântara, a Duquesa de Goiás.

No dia 7 de Setembro de 1827, chega a Parnaíba o navio Pombinha; que levou para o Rio de Janeiro, tropas piauienses que serviriam na Guerra da Cisplatina. Nesse ano, a Vila de São João perde, no dia 8 de março, um grande parnaibano de coração, o Cel. Manoel Antônio da Silva Henriques. Português, juntou-se ao parnaibanos nas lutas pela independência do Brasil.

Em 5 de março de 1828, naufraga nas costas do litoral do Piauí, o brique português Apolo, vítima de ataque de corsários-argentinos e irlandeses. Entre os 42 naufragos que chegam na Praia da Pedra do Sal, estava o português Paulino José Coelho Basto, tornando-se grande comerciante na Vila de São João e pai do médico parnaibano Dr. João Maria Marques Bastos.

Com a instalação de charqueadas no Sul do Brasil, entram em declínio as indústrias de carne seca do Nordeste e, em 1827, deixa de funcionar a última charqueada de Simplício Dias. Em carta ao Desembargador Cândido Gil Castelo Branco, em 1877, o Cel. Miranda Osório escreve sobre o funcionamento das três últimas charqueadas de Simplício Dias, que deixaram de produzir em 1820, 1824 e 1827.

No ano de 1827, o Dr. João Cândido de Deus e Silva deixa o cargo de Juiz de Fora da Vila de São João da Parnaíba e lições de amor ao Brasil, que devem ser lembradas por todos os brasileiros. Sobre o Dr. João Cândido, o Major Fidié destaca sua personalidade: "O grito constitucional levantado pelos portugueses trouxe ao Brasil uma nova ordem de cousas; e na capitania do Piauí, desde que foi jurada a constituição portuguesa, a ambição pela liberdade tomou maior vulto, a idéia de emancipação política começou a germinar. O juiz de fora da Parnaíba, dr. João Cândido de Deus e Silva, homem ativo e de sentimentos patrióticos, viu luzir em seus sonhos de liberdade uma estrela brilhante para o Brasil...". Dr. João Cândido retorna ao Pará, onde é eleito Deputado Geral de 1826 a 1829. Em São Paulo, em 1830, foi nomeado professor da Faculdade de Direito. Foi Deputado Provincial do Rio de Janeiro, entre 1831 e 1833. Como Desembargador da Relação do Maranhão, em 1844, fez ataques ao Presidente da Província do Piauí, Manuel de Sousa Martins, que governava com braço de ferro. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Dignitário da Ordem de Cristo e Cavaleiro da mesma Ordem. Traduziu para o português muitas obras sobre educação, muito desses trabalhos usados nas Faculdades do Brasil. Publicou inúmeros trabalhos sobre o Piauí. Foi, sem dúvida - "a alma do movimento de Independência do Brasil, no Piauí".

Em 10 de dezembro de 1827, em Ofício ao Presidente da Província do Piauí, o Comandante Geral da Vila de São João da Parnaíba, o Major Antônio de Sousa descreve sobre os terrenos de marinha da Ilha Grande de Santa Isabel: "As lagoas abundam em patos e marrecas, e nas caatingas se encontra diversidade de caças, como veados, tatus, pacas, jacus e outras. A cultura da ilha é insignificante, e limita-se apenas à plantação de cana, e que se fabricam rapadura em algumas engenhocas, de coqueiros, bananeiras, melancias e roças. Sua superfície é de aproximadamente de 374 quilômetros quadrados. A ilha conta com os seguintes povoados: Morros, Tatu, Vazantinha, Fazendinha, São José, Cipoal, Passagem das Batatas e outros". Na ilha, também, encontravam-se caças como: raposas, guaxinins, gatos maracajás, cutias e tartarugas em grande quantidade. No rio e nas lagoas, muitos peixes, mariscos e camarões. Frutas diversas como: caju, puçá, guajiru, murici e muitas outras.

Em 17 de setembro de 1829, uma triste notícia para Vila de São João da Parnaíba: morre aos cinquenta e seis anos de idade, o Cel. Simplício Dias da Silva. Recebeu lugar de honra para último descanso na Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Graça, ao lado de seu pai e de seu irmão. Deixou para os brasileiros, exemplos de patriotismo e amor à sua terra, com seu gênio combativo e grande capacidade para resolver tudo a contento nos momentos difíceis. Com heroísmo comandou os destinos políticos da Parnaíba, levando o nome da Vila de São João, para as páginas de glória da História do Brasil, onde deve figurar o nome de - Simplício Dias da Silva, o promotor da Independência do Brasil, no Piauí. Sobre a laje de mármore que sela a sua sepultura está gravado: "Aqui jaz um dos benfeitores desta igreja e donatário desta capela, Simplício Dias da Silva, cavaleiro fidalgo professo na Ordem de Cristo, dignatário da Imperial Ordem do Cruzeiro e coronel de cavalaria de milícias. Foi presidente desta província do Piauí e natural desta vila de São João da Parnaíba, onde nasceu a 2 de março de 1773 e morreu a 17 de setembro de 1829, com 56 anos, 6 meses e 15 dias de idade. Era filho do Capitão Domingos Dias da Silva".

Pouco antes de 1830, o destemido Padre parnaibano, Domingos de Freitas e Silva troca a sua Vila de São João, pelo silêncio do Sítio Gameleira, na Freguesia de Piracuruca, região afastada que servia de refúgio e que conhecera por conta das perseguições de Fidié aos independentes do 19 de Outubro, em Parnaíba. Por volta de 1844, o Padre Freitas, homem culto, empreendedor e de grande inteligência, constrói na Fazenda Perypery, uma casa para residir e uma Capela dedicada a Nossa Senhora dos Remédios com suas alfaías, dando origem à Cidade de Piripiri. Até 1855, no local só existiam essas edificações, quando o Padre Freitas dividiu suas terras em pequenos lotes, que foram oferecidos a quem quisesse edificar, o que aceito por muitos, começaram a levantar muitas casas. Com a povoação crescendo, o Padre Freitas abriu escolas de primeiras letras e latim, regidas por ele próprio. O Padre Freitas veio a

falecer em 26 de dezembro de 1868, sendo considerado o fundador da Cidade dos capinzais, que tinha o nome primitivo de Perypery. No seu testamento, o Padre Freitas descreve os curiosos nomes de seus escravos: José Nação de Angola, Camilo Cabra, Antônio Crioulo, Samuel Cabra, Jonas Cabra e Tomázia Crioula. Expressa seu desejo de ser sepultado na Capela de Nossa Senhora dos Remédios, feita a suas custas, determina valores a serem pagos aos pobres que acompanhassem o seu enterro e a missa em sufrágio de sua alma.

Pouco depois da consolidação de nossa Independência, Dom Pedro I suspende os trabalhos das lojas maçônicas. Sabia que estas passariam a trabalhar por um regime democrático. Fechada a Loja Independência da Vila de São João, os maçons parnaibanos reabrem a sua loja, em 1831, com o fim do Primeiro Império, agora, com o nome de União Parnaibana. O autoritarismo de Dom Pedro I deixava o povo brasileiro descontente e para evitar mais revoltas, no dia sete de abril, ele resolve abdicar ao trono em favor de seu filho, Dom Pedro de Alcântara, que tinha apenas cinco anos de idade e escolheu José Bonifácio como seu tutor. Dom Pedro I viaja para Portugal, tornando-se o Rei Dom Pedro IV. Com a abdicação de Dom Pedro I, o parnaibano Ovídio Saraiva escreveu a letra do Hino Sete de Abril:

Hino Sete de Abril

Letra: Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva
Música: Francisco Manuel da Silva

Os bronzes tirania
Já no Brasil não rouquejam
Os monstros que nos escravizam
Já entre nós não vicejam.

Refrão
Da pátria o grito
Eis se desata
Desde o Amazonas
Até o Prata.
Ferros e grilhões e forças
De antemão se preparavam;
Mil planos de proscrição
As mãos dos monstros gisavam.

Refrão
Amanheceu finalmente
A liberdade no Brasil ...

Ah! não desça à sepultura
O dia sete de abril.

Refrão

Este dia portentoso
Dos seja o primeiro.
Chamemos rio de abril
O que é Rio de Janeiro.

Refrão

Arranquem-se aos nossos filhos
Nomes e idéias dos lusos
Monstros que sempre em tradições
Nos envolveram, confusos.

Refrão

Ingratos a bizzaria,
Invejosos de talentos,
Nossas virtudes, nosso ouro,
Foi seu diário alimento.

Refrão

Homens bárbaros, gerados
De sangue judaico e mouro,
Desenganai-vos, a pátria
Já não é vosso tesouro.

Refrão

Neste solo não viceja
O tronco da escravidão
A quarta parte do mundo
As três da melhor lição

Refrão

Avante honrados patrícios
Não há momento a perder
Se já tendes muito feito

Idem mais resta a fazer.

Refrão

Uma prudente regência
Um monarca brasileiro
Nos prometiam venturosos
O porvir mais lisonjeiro.

Refrão

E vós donzelas brasileiras
Chegando de mães ao estado
Dai ao Brasil tão bons filhos
Como vossas mães tem dado.

Refrão

Novas gerações sustentam
Do povo a soberania
Seja isto a divisa deles
Como foi de abril um dia

Refrão

Em 1832, o jornal O Piauiense iniciou a sua publicação em Oeiras, impresso na tipografia Silveira & Cia., que, em 1839, se tornou a Tipografia Provincial. Trazia a legenda: "Quem aproveitará sabias leis, quando faltam bons costumes?"

Pelo decreto de 6 de julho de 1832, a Freguesia de Piracuruca é desmembrada da Vila de São João da Parnaíba e elevada à categoria de Vila, instalada solenemente em 23 de dezembro de 1833. Piracuruca, juntando-se a Parnaíba, contribuiu em homens e recursos nas lutas pela Independência do Brasil, no Piauí, na Batalha da Lagoa do Jacaré, prelúdio da Batalha do Jenipapo. Sua história está ligada aos irmãos Dantas Correia, ricos portugueses que, numa viagem de exploração pelo interior do Piauí, se viram presos pelos índios. No local, foi edificada uma Igreja dedicada a Nossa Senhora do Carmo, promessa feita pelos irmãos Dantas, por ter escapado da fúria dos nativos. O cumprimento do voto data do ano de 1743, quando se inicia a construção do templo. Piracuruca é o nome do rio que banha a região. A Freguesia servia de escala de negócios, entre Parnaíba e o Sertão da Capitania do Piauí. Foi o primeiro território perdido pela Vila de São João.

Em 26 de julho de 1833, o Conselho Provincial dividiu o Piauí em 4 comarcas, cabendo uma a Vila de São João, com os termos das Vilas de Piracuruca e Campo Maior. O Juiz nomeado receberia 1600\$000 anuais.

Em 1833, são inventariados os bens do Cel. Simplício Dias, que à frente dos negócios da família, manteve boa parte dos empreendimentos que deixara seu pai, por cerca de 30 anos. No processo de Independência, o Cel. Simplício Dias teve redução no seu patrimônio e nos seus negócios. Mesmo assim, deixou considerável fortuna para seus herdeiros. No seu inventário, constavam 21 fazendas de gado com suas terras e benfeitorias, algumas terras de cultivar, algumas roças e muitos sítios de plantar. Deixou um total de 22816 cabeças de gado e mais de 400 escravos, o que era uma grande fortuna em 1833. Deixou, também, fortuna em prédios, jóias e pratarias.

Em 1835, a Lei Provincial nº 20 determinava colocar na Vila de São João, trinta lampiões, tendo a Câmara que estabelecer receita especial para os custos dessa iluminação.

Falando na Assembléia em 1836, o Presidente da Província do Piauí, Manoel de Sousa Martins, comunica ter mandado vir da Inglaterra, 24 lâminas com o pus vacínico contra varíola. Como experiência e com grande crueldade, inoculava-o nos braços de crianças escravas. Segundo o próprio presidente, a inoculação "não surtira efeito" e, certamente, todas crianças morreram de varíola.

Em 1837, o parnaibano herói da Independência do Brasil, no Piauí, Leonardo das Dores Castelo Branco, mais uma vez demonstra seu amor à sua terra, lançando em Portugal, o livro - O Ímpio Confundido. Com 286 páginas, nele, Leonardo fala da riqueza do Piauí, do Rio Parnaíba, da fauna e da flora de sua terra. Procura mostrar ao mundo, que apesar de sua gente pobre, o Piauí tinha na sua natureza uma fonte de riqueza a ser explorada.

Com a morte de Simplício Dias, os destinos de Parnaíba, agora, passam pelas mãos do Cel. José Francisco de Miranda Osório. Mesmo com a Independência, o quadro sócio-político do Brasil não mudou. Os pobres e os escravos continuaram sem direitos e não eram considerados cidadãos. A centralização do poder se dava em todos os níveis. No Piauí, era representada pela figura do Barão da Parnaíba, Manoel de Sousa Martins e a sua inadequada administração provincial, que dava a Capital, Oeiras, um controle da receita dos outros municípios.

No final do ano de 1838, tem início a Balaiada no Maranhão, movimento popular de mestiços, negros e índios, revoltados com a política brasileira que reservava maldades aos pobres e que atingiu o Piauí, o Ceará e a Bahia. Balaião era um dos chefes da facção. No Piauí, a tirania do Governo Imperial, não tinha representante, mas uma própria matriz chamada Manuel de Sousa Martins, que governava a Província com parentes, amigos e afilhados. Em Valença, a proclamação do Presidente da Província contra a revolução é criticada, porque é falsa em conceitos, diziam os que simpatizavam com os balaios. Em Parnaíba, os rebeldes pedem que lhes sejam dadas prestações de contas de toda receita arrecadada no município e que desaparecia na Capital,

Oeiras. Em representação ao Imperador, os parnaguenses manifestam-se contra o Prefeito local, José Martins de Sousa, indicado pelo Barão da Parnaíba. Relatam as precárias condições políticas do Piauí, os privilégios dos que constituíam a oligarquia e enumeram os crimes do Presidente da Província, Manoel de Sousa Martins. Em 25 de fevereiro de 1840, fazem uma proclamação chamando o povo à luta: "Esse ambicioso e nefando governo, com suas ardilosas manhas, é quem nos faz incomodar nesse remontado sertão de Parnaíba".

O povo brasileiro descontente com a política imperial, inicia revolta em várias Províncias como: a Cabanagem, no Pará; a Farroupilha, no Rio Grande do Sul; a Sabinada, na Bahia e a Balaiada, no Maranhão. Para defesa de sua política, o Governo legal passa a recrutar para as suas tropas os pobres, negros, índios, fadados à morte nas lutas contra os revolucionários. Os que faziam o recrutamento, não escolhiam hora nem lugar para sua caçada aos recrutas. Invadiam escolas, casas, à procura de jovens e adultos, que deveriam ser remetidos a outras Províncias. O Governo, que deveria evitar violências, vinganças, fraudes, corrupções, era vetor de suas promoções, levando o povo brasileiro a uma verdadeira guerra civil, onde eram poupados, apenas, aqueles que compunham as oligarquias. A esse quadro, no Piauí, juntava-se à fome. A Província não era mas o criatório de gado bovino do país, quando a carne, o leite, o queijo faziam parte da dieta dos piauienses, produtos que antes à mão, agora, passavam a ser vendidos. Já são de palha o chapéu e a porta do casebre. Essa pobreza dá sinais no esqueleto e na dentadura do piauiense. Na Vila de São João, quando se inicia a revolta dos Balaios e o Governo começa o recrutamento, o povo dizia preferir se juntar aos rebeldes. Na sua passagem pelo Piauí, em 1818, Von Martius narra no seu livro Viagem pelo Brasil: "O alimento animal e a ocupação dos sertanejos, nesta região, produzem surpreendentemente efeito na sua índole e temperamento. O gênio alegre, folgazão, lhano, manifesta-se nas feições dessa gente bem nutrida, forte e trabalhadora".

A revolta dos Balaios tem início, quando o condutor de gado, Raimundo Gomes Vieira Jutai, o Cara Preta, é interrompido com sua boiada no município de Manga, Maranhão, pelos legalistas, que prendem seus ajudantes, que seriam levados ao serviço militar, para servirem em outras Províncias. O pedido de liberdade de seus auxiliares feito por Raimundo Gomes não foi atendido. Gomes prometeu que iria libertá-los no dia seguinte, na sede do Município. E assim procedeu, deixando manifesto contra essa malvada política. A partir daí, a revolta torna o Estado do Maranhão, com reflexos diretos em várias Vilas do Piauí. Os revoltosos passam a invadir fazendas, a fazer ameaças e vítimas.

A Vila de São João promove a Prefeito, em função da Balaiada, o Cel. José de Francisco de Miranda Osório, um dos heróis do movimento de 19 de Outubro de 1822 e do Jenipapo, onde enfrentou o Major português Fidié e foi

separatista na Confederação do Equador. Por receber prisioneiros balaio da Cadeia Pública da Vila de São João, Miranda Osório e Parnaíba passam a receber as ameaças dos revoltosos. Raimundo Gomes e João Cardoso, chefes dos balaio maranhenses, cruzam o Parnaíba e em terras piauienses se preparam para invadir a Vila de São João, que recebia, também, ricas famílias maranhenses ameaçadas pelos facinoras e que procuravam refúgio. Miranda Osório reúne a Guarda Nacional, policiais e à tropa da Cavalaria, formam o Batalhão Provisório de Imperiais Voluntários, com 120 praças e vai ao encontro dos revoltosos. Em Barra do Longá, termo da Vila de São João, os revoltosos são alcançados por Miranda Osório e após troca de tiros, são mortos quatro facciosos, presos dezoito e recuperadas 21 armas e 20 cavalgadas. Mas, Raimundo Gomes retorna ao Maranhão. Em carta datada de 2 de fevereiro de 1839, dirigida ao Prefeito da Comarca do Brejo do Maranhão, Severino Alves de Carvalho, o Cel. Miranda Osório narra o primeiro confronto dos balaio, na Província do Piauí e lamenta a fuga de Raimundo Gomes, que seque para Campo Maior a chamado do Alferes Lívio Lopes Castelo Branco e Silva. Após acordo, Lívio assume o comando e com 600 homens parte para luta. Com suas guerras e ameaças, o governo promete pagar a quantia de 1000\$000 (um conto de réis) para quem o prendesse.

Seguem-se as lutas. Os revoltosos atacam a região do Delta do Parnaíba. Na Ilha Grande de Santa Isabel, fazem vítimas. Miranda Osório faz várias incursões a municípios de seu distrito, a Piracuruca, a Campo Maior, para elevar o espírito combativo do povo contra os balaio, pois nessas bandas era grande o número dos que aderiram aos revolucionários. A revolução se alastra, toma quase todo o Maranhão, o Piauí e chega as terras do Ceará e da Bahia. Miranda Osório pede auxílio ao Ceará e cria a Brigada dos Bravos Legalistas de Parnaíba, sendo o próprio Prefeito o comandante, mas, sem auxílio de Oeiras. Escaramuças espalham vítimas nas Vilas do Piauí, onde irmãos se confrontam. Já em setembro de 1839, Piracuruca é palco de combate que se alonga por mais de doze horas, com prejuízos para os facciosos. No Sítio Gameleira, refugia-se Dona Eusébia Maria da Conceição, portuguesa que viera para o Brasil na Corte de Dom João VI, escravocrata moradora da Vila do Brejo, Maranhão. Denunciada por um escravo, foi encontrada e barbaramente assassinada pelo balaio Antônio Ben-te-vi, tendo a sua mão direita decepada e levada como troféu. Na primeira metade do ano de 1841, são presos os últimos revoltosos, piauienses e maranhenses, que a sombra das baionetas legalistas, foram remetidos para o Sul do país. Desterrados, iriam servir de número para as forças imperiais, mas, muitos conseguem fugir para outras Províncias. Lívio Lopes escapa, refugiando-se em Pernambuco.

No Maranhão, muito contribuiu para o fim da revolução, o Cel. Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, com suas tropas da Divisão Pacificadora do Norte. Miranda Osório com suas manobras e às vezes à frente

de suas tropas, contribuiu para estancar um vertedouro de sangue, uma guerra que nem mesmo os revoltosos sabiam o porquê. Para o historiador Capistrano de Abreu "a desordem só teve alguma coisa política no Piauí, onde encarnou sérios esforços para sacudir o jugo de ferro do Barão da Parnaíba. No Maranhão, foi obra social ou, se a palavra parecer muito ambiciosa, etnográfica". Manuel de Sousa Martins, que era Coronel, que não saíra de Oeiras na guerra contra os balaio, recebe do Governo Imperial, o título de Visconde da Parnaíba, por Decreto de 6 de julho de 1841. Reclamava falta de dinheiro, mas, seus filhos, no período Balaiada, recebiam soldo e gratificações e não estiveram em campanha. Na Câmara de Deputados foi acusado de submeter a Província do Piauí a um mísero e mesquinho estado, de defender com as forças legais, somente as suas fazendas durante a revolta dos balaio e de praticar vários crimes, acusações que forçaram o seu declínio. Para os Deputados, a infeliz Província ainda não conhecia a Constituição. Chegara a hora de depor um tirano e fazer ver, o Piauí, a luz dos artigos da Carta Magna. Mas, o Piauí continuaria se arrastando e seria reconhecido nas rodas políticas, em 1963 e 1964, como - Modelo de Atraso e passaria a ser ocupante permanente do anedotário nacional.

A Vila de São João da Parnaíba, mais uma vez, contribuiu para a defesa do Piauí. Como prêmio, pelas lutas de glórias em prol de um Brasil grande, no dia 14 de Agosto de 1844, foi elevada, com total justiça, à categoria de Cidade. A terra querida dos valentes Tremembés, o Arraial Novo, a Villa Velha, a Villa de Nossa Senhora de Monserrate, a Villa de São João da Parnaíba, agora, era a Princesa do Igaracú - a PARNAHYBA de Nossa Senhora da Graça.

A ELEVÇÃO DE PARNAÍBA À CATEGORIA DE CIDADE

Lei Provincial nº 166 - Publicada em 16 de agosto de 1844.

Eleva à cathogoria de cidade a Villa de São João da Parnahiba d'esta Província.

José Ildefonso de Sousa Ramos, Presidente da Província do Piauí: Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1º - A Villa de São João da Parnahiba he elevada a cathogoria de cidade.

Art. 2º - Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do Governo da Província do Piauí, 14 de Agosto de 1844, vigésimo terceiro da Independência, e do Império.

José Ildefonso de Sousa Ramos
Antonio de Hollanda Costa Freire

a fez Sellada nesta Secretaria do Governo aos 14 de Agosto de 1844.

Francisco Mendes de Sousa
Official maior servindo de Secretario.

Registrada a f. 10 do L. 2 de Leis, e Resolução da Assembléia Legislativa Provincial. Secretaria da Presidência do Piauí, 16 de Agosto de 1844.

Salustiano Antonio da Silva Nazareth

Nesta Secretaria da Presidência do Piauí foi publicada a presente Lei aos 16 de Agosto de 1844.

Francisco Mendes de Sousa

do Código das Leis Piauienses - de 1844. Tomo 5 - Parte 1º - Secção 2º - Oeiras Piauí - Na Typografia Provincial - 1844.

* * *

Em 1841, o Governo da Província do Piauí aprova lei, que dá privilégios para a empresa que estabelecesse serviço de navegação por barcos a vapor no rio Parnaíba.

Em 1844, a questão da transferência da Capital do Piauí voltou a ser considerada. Desta vez, fala na Assembléia Provincial, o Presidente Dr. José Ildéfonso de Sousa Ramos. Neste mesmo ano, os legisladores da Província, votaram uma lei determinando a mudança da Capital "para um local à margem do Rio Parnaíba, no local de confluência do Rio Mulato e que ali se edificasse a cidade com a denominação de Regeneração". No ano seguinte, foi votada nova lei, determinando a transferência para a Vila de São Gonçalo, hoje Amarante.

As Cartas do Rei de Portugal, Dom João V, datadas de 1723, dirigidas aos Governadores, de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro e do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, mostram, claramente, que os limites do Piauí com o Ceará, pelo litoral, nessa época, eram pelo Rio Timonha acima, em direção à Serra da Ibiapaba, onde fica a sua nascente. Portanto, o território de Amarração pertencia ao Piauí. Desde a criação da Vila de São João, com 16224 Km², Amarração era termo pertencente ao seu território. Por volta 1820, esta colônia de pescadores, começou a receber a visita de Padres vindos da Vila de Granja, Ceará, que vinham em missões religiosas. Com as secas que aconteciam na vizinha Província, o lugar foi recebendo emigrantes e passou a ter transações comerciais com a Vila cearense. Aproveitando-se dos laços familiares e comerciais criados, a Assembléia Provincial do Ceará, através da Lei nº 1177/1865 criou, em Amarração, uma Freguesia pertencente

à Vila de Granja. Em 1870, o Governo cearense transfere a sede da Freguesia de Santo Antônio de Ibiapaba, para a Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Amarração. Em 1874, o Governo cearense eleva a Freguesia, criando a Vila de Amarração, pela Lei nº 1596. A Vila de São João da Parnaíba perderia para sempre um grande e importante território, que só seria reintegrado ao Piauí através de lutas, quando Dom Pedro II autorizou, pelo decreto nº 3012, de 22 de outubro de 1880, uma troca danosa, onde os piauienses tiveram de pagar, pelo o que era seu, dando o Município de Independência. Não conformado o Ceará usurpou, também, Príncipe Imperial (hoje Crateús). Pelo Ato Régio, Dom Pedro II autorizou a troca com apenas um município piauiense, o que tornou essa transação, motivo de litígio entre o Ceará e o Piauí. Dizia o artigo-1: É anexado à Província do Ceará, o território de Príncipe Imperial da Província do Piauí, servindo de linha divisória das duas Províncias, a Serra Grande, ou Ibiapaba. Artigo-2: Fica pertencente à Província do Piauí a Freguesia d'Amarração com os limites que estabeleceu a Lei Provincial do Ceará, nº 1360, de 5 de novembro de 1879. Com o desmembramento de Piracuruca, em 1832, e Amarração, em 1880, Parnaíba foi sendo retalhada e hoje, após os desmembramentos de Bom Princípio, em 1994 e Ilha Grande, em 1998, conta apenas com 431 Km², ficando, praticamente, sem zona rural.

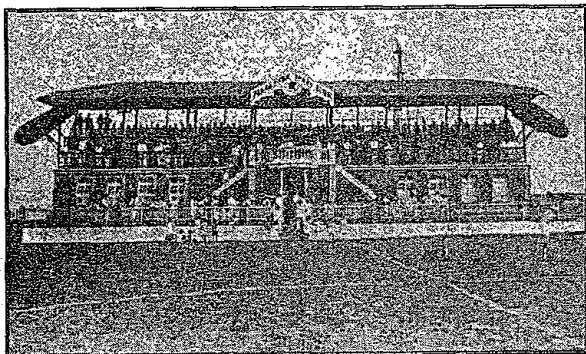
Em 1849, a Resolução nº 244 determinou a abertura do canal que ligou o rio Parnaíba ao Igaracú, o que facilitou a navegação no Delta e o tráfico entre Tutóia, no Maranhão, e Parnaíba, no Piauí. Nessa época, eram grandes as transações comerciais entre Parnaíba e as outras Províncias do Brasil e a Europa.

Parnaíba é a terra que abraçou Luísa Amélia de Queirós Brandão. Vinda de Piracuruca, de família abastada e posição social de destaque. Foi a primeira grande poetisa da história literária piauiense. Como mulher rompeu os preconceitos da época, quando escrever versos significava ousadia. Sua morada, o solar de azulejos na antiga Rua Grande, hoje Av. Pres. Vargas, é um monumento para sua lembrança, além da sua eterna obra.

Em 1849, é fundada a Casa Inglesa. Parnaíba estabelece comércio direto com Liverpool e logo depois com o Mundo. Emblema do comércio pujante da cidade de Parnaíba, a Casa Inglesa teve no inglês James Frederick Clark, um exemplo de amor ao Piauí e ao Brasil. Com Matriz em Parnaíba, teve filiais em Teresina, Floriano, Campo Maior, no Piauí, São Luís, no Maranhão, Fortaleza, no Ceará e Niterói, no Rio de Janeiro. O conjunto das vendas de todas as filiais e Matriz, superavam de muito a renda do Estado do Piauí. James Frederick Clark, que desembarcou em Parnaíba, em 1869, com apenas 14 anos, foi o pioneiro na exportação da cera de carnaúba. A Casa Matriz conserva as principais características originais de sua fachada, desde a data de sua construção em 1814 e hoje é mantida e preservada pela descendente dos antigos proprietários, Ingrid Clark. Os Clark são responsáveis pela prática do

futebol no Piauí, trazendo, por volta de 1905, a primeira bola da Inglaterra e construindo, por volta de 1916, o Estádio do International Athletic Club, hoje Estádio Petrônio Portella, uma moderníssima praça de esporte para a época. Nos mesmos idos e padrões, foi construído o Estádio do Parnahyba Sport Club, pelo Grupo Moraes, no local onde hoje se encontra o Colégio Diocesano São Luiz Gonzaga.

Loja Matriz da Casa Ingleza, fundada em 1849, por James Frederick Clark. O prédio é datado de 1814.



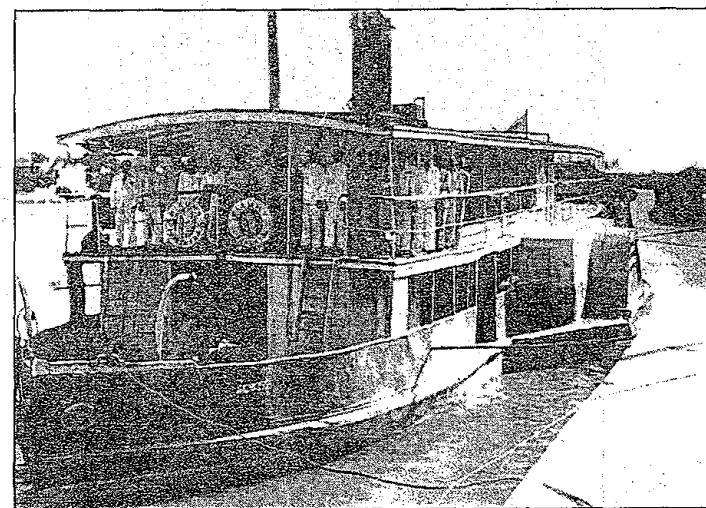
Estádio de futebol do Parnahyba Sport Club, em 1928. Situado onde hoje se encontra o Colégio Diocesano São Luiz Gonzaga.

Arquibancadas do International Athletic Club, num torneio entre os clubes parnaibanos, que disputavam a taça Princesinha Izabel, por ocasião da visita a Parnahyba, dos Príncipes descendentes da Casa de Bragança, netos de Dom Pedro II. Hoje, Estádio Petrônio Portella.



Em 1849, Resolução Legislativa, determina a transferência da Capital do Piauí, para a Vila do Poti. Esta Lei foi revogada em 5 de agosto de 1850. Oeiras resistia, a causa já não interessava apenas aos parnaibanos, mas a todas comunidades da área de influência do Rio Parnaíba. Em 1850, foi registrada a primeira farmácia de Parnaíba, instalada pelo farmacêutico português Daniel Joaquim Ribeiro.

Em 1851, os habitantes de Parnaíba, Piracuruca e Campo Maior, se dirigem em memorial ao Presidente Saraiva, pleiteando a trasladação da Capital piauiense ou para o litoral, ou para a anteriormente lembrada, Vila Velha do Poti. Oeiras alegava a falta de água potável no rio Parnaíba, chegando a enviar à Corte, alguns frascos de água barrenta "para que a visse o Imperador com os próprios olhos". O líquido chegou ao seu destino com excelente aspecto, todo o polme assentado no fundo dos frascos. Dom Pedro II percebeu a malícia e consentiu a transferência. Em 21 de julho de 1852, foi decretada a transferência da Capital, para Vila Nova do Poti, hoje Teresina. Teres de Teresa e ina de Cristina, uma homenagem a Imperatriz, esposa de Dom Pedro II. O escritor Berilo Neves, em estudo elucidativo no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, Edição de 10.1.54, a respeito da mudança da Capital do Piauí diz: "Tais são os antecedentes da história mudança que os piauienses celebraram há dois anos, com alguma mágoa para os parnaibanos que tinham pretendido século e meio, antes, a honra de serem os habitantes da Capital de sua Província". Os parnaibanos, apenas, anteviram o quantô seria dispendioso para os cofres públicos, a construção de uma cidade para ser a Capital e, ainda, longe do mar, elo de ligação com as demais Províncias.



Navio-gaiola Piauí ancorado no Porto das Barcas, 1940.

No dia 4 de janeiro de 1855, pelo Decreto nº 1517, é criada a Companhia de Aprendizes Marinheiros de Parnaíba. Com a marinha mercante em desenvolvimento e a criação de estaleiros, Parnaíba recebe a Capitania dos Portos do Piauí, que foi criada através do Decreto nº 1532 de 10 de fevereiro de 1855. Instalada no dia 21 de abril do mesmo ano, sediada em uma grande casa ao lado da igreja do Rosário, teve o comando do Capitão de Fragata José Antônio Correa.

Em 28 de março de 1859, chega à baía de Amarração, o vapor Uruçuí construído no Rio de Janeiro, no estaleiro da Ponta da Areia, de propriedade do Visconde de Mauá. Chegou no Porto das Barcas, no dia 31 de março de 1859. Sua construção foi autorizada pelo Conselheiro Saraiva e depois foi incorporado pela Companhia de Navegação do Rio Parnaíba. O vapor Uruçuí transportou muitos recrutas piauienses para Parnaíba, que depois embarcaram em grandes navios e foram servir na Guerra contra Solano López.

Nos meados do século XIX, conta-nos Humberto de Campos, que o seu avô, homem empreendedor e inteligente, conseguiu pequena fortuna, em gado, terras de cana, escravos e filhos, na região do Delta do Parnaíba. Dez homens e duas mulheres eram a sua prole. Com o falecimento de seu avô, um



Família de James Frederick Clark, em trajes da época.

empregado seu, Farias, casou com a viúva, mas, casou, também, como diz Humberto de Campos, com as terras, o gado e os escravos. Esse padraсто despertava os enteados, pela madrugada, aos pontapés, mandando-os para os trabalhos da roça. Apossou-se dos filhos da viúva, colocando seu sobrenome na prole alheia. Farias, tendo vindo a Parnaíba em uma canoa tripulada por escravos, entrou em discussão com um filho de Simplicio Dias, sobre política ou mulheres. Farias, perseguido, entra na sua canoa e os seus escravos remam em direção a ilha onde situava a "sua" propriedade. O inimigo, também, entra na sua canoa com seus escravos e sai no encalço de Farias. Cada um, segundo Humberto de Campos, leva uma dúzia de escravos prontos a morrer pelo amo. As duas canoas correm a noite toda. Ao subir o sol, Farias alcança o porto de seu engenho, mas, ao pisar na terra recebe um tiro de mosquete, que o derruba na praia. Os escravos entram em luta, até tombarem o último dos fugitivos. Assim era no tempo dos Senhores. Humberto de Campos, grande escritor maranhense, passou infância na cidade de Parnaíba, onde plantou o seu famoso cajueiro. Dirigiu os trabalhos em 1829, para reedição da obra do Capuchinho francês, Yves d'Évreux - Viagem ao Norte do Brasil.

Em 25 de fevereiro de 1863, circula o primeiro número do primeiro jornal de Parnaíba, o Echo da Parnaíba, impresso na Tipografia Imparcial, desta cidade. Também, em 1863, é criada em Parnaíba, a Agência Consular da França, sendo seu titular o Ten.-Cel. José Francisco de Miranda Filho.

Em 1864, o Brasil enfrentou campanha que ficou conhecida como A Guerra do Paraguai, que durou de 1864 a 1870. A Província do Piauí foi uma das que mais enviou tropas aos campos de batalha. Parnaíba, através do trabalho do Cel. Miranda Osório e da Capitania dos Portos do Piauí, foi quem primeiro enviou homens para defesa da Pátria, num total de quase duzentos soldados. O Cel. Miranda Osório e o Gal. Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, voltavam a se encontrar nas páginas da História do Brasil, pois trabalharam contra o ditador paraguaio Solano López.

Pela Resolução nº 553, de 25 de julho de 1864, o povoado de Buriti dos Lopes é elevado à categoria de Freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios. No regime republicano foi elevado à Vila, pela Resolução nº 15, de agosto de 1890, com uma área de 2400 Km².

Chega no litoral do Piauí, no dia 29 de janeiro de 1865, o vapor Conselheiro Paranaguá, sendo o segundo da Companhia de Navegação do Rio Parnaíba. O primeiro, foi o Uruçuí. Ambos transportaram recrutas do interior do Piauí, para Parnaíba, que foram servir na Guerra do Paraguai.

No Mappa dos edifícios e população das cidades, villas e povoações da Província do Piauí, no anno de 1866, verifica-se que existiam três cidades: Parnaíba, Oeiras e Teresina. Existiam, também, 19 Vilas e 9 Povoações distribuídas por 20 Municípios, mas, a população continuava a morar fora dos centros urbanos. O Piauí, com uma população por volta de 200.000 habitantes, apenas 22.202 residiam nas sedes.

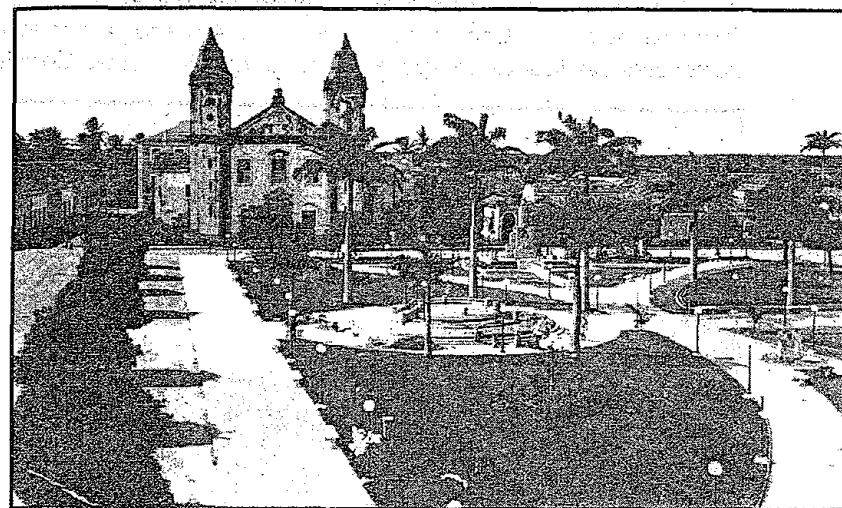
Em 12 de julho de 1873, no Sítio Barro Vermelho, morre o grande herói da Independência do Brasil, no Piauí, Leonardo de Carvalho Castelo Branco. Foi na campanha separatista, o exemplo da coragem do povo do Piauí. Participou do 19 de Outubro de 1822, voltou com as tropas do Ceará, para liberar a sua terra e a sua gente. Amante da liberdade, sofreu com os movimentos em prol da República. Poeta à frente de seu tempo, com a sua poesia científica e o seu romantismo. Idealizador de uma máquina de descaroçar algodão e do moto contínuo, um motor que funcionava com sua própria energia. Deixou várias obras, entre elas o Ímpio Confundido, que descortina o Piauí, para o mundo.

Em 1877, outra grande perda para Parnaíba, com a morte do Cel. José Francisco de Miranda Osório. Herói das lutas patrióticas, tendo participado de todas manifestações políticas do seu tempo, em Parnaíba e no Piauí. Depois do 19 de Outubro, voltou do Ceará junto com Leonardo de Carvalho Castelo Branco, para libertar o Piauí. Esteve à frente das tropas brasileiras na Batalha do Jenipapo, na Batalha do Estanhado, na Adesão de Parnaíba à Confederação do Equador, combateu os Balaies e arregimentou tropas para a Guerra do Paraguai. Foi Cel. Honorário do Exército Brasileiro, Comandante Superior da Guarda Nacional, Deputado Provincial do Piauí, Vereador e Presidente da Câmara de Parnaíba, Juiz de Paz, 6º Vice-Presidente da Província, onde governou de 1872 a 1873. Foi Cônsul da França, em Parnaíba. Dignitário da Imperial Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo. Um grande brasileiro, que participou de todas lutas cívicas do seu tempo. Dos filhos do Cel. Osório, conquistou notoriedade no panorama nacional, o bacharel em ciências jurídicas e sócias José Basson de Miranda Osório, ocupando relevantes cargos em diversas Províncias do Brasil.

No dia 25 de agosto de 1878, chega à cidade de Parnaíba, o Cel. Pacífico da Silva Castelo Branco, vindo do Município de União e prestou relevantes serviços à Parnaíba e ao Brasil. Foi Presidente da Câmara Municipal em várias legislaturas. Abolicionista, muito antes do fim da escravidão, estendeu sua campanha a diversos Municípios da Província do Piauí. Libertava por ano, dois de seus escravos de bom comportamento, na data dos seus respectivos aniversários. Aos homens, mandava ensinar ofícios e às mulheres, serviços domésticos. Foi convidado pelo Presidente da Província do Piauí, Dr. Franklin Doria, a comandar um Batalhão de Voluntários da Pátria, composto de 468 praças, que seguiu para o teatro das operações da Guerra do Paraguai. Foi agraciado pelo Imperador Dom Pedro II com o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa. De passagem pelo Rio de Janeiro, foi abraçado pelo Imperador Dom Pedro II, que reconheceu o seu patriotismo.

Em 1882, os parnaibanos dirigem-se em carta aos poderes da Província, reclamando o descaso com a sua cidade por parte do governo provincial. Nesta carta, os parnaibanos falam da "guerra fratricida que o

bairrismo dos habitantes de Teresina, temendo a transferência da capital para aqui, lhe tem posto em pratica". Assinam este documento: Singleshurst & Cia, Joaquim Antônio dos Santos & Cia, Antônio de Moraes Correia, Irmãos Vêras & Cia, José Coelho Alves Basto, Benedito Madeira Brandão, José Rodrigues Ferreira, Paulino José Coelho Basto, J F Hoyer & Cia, José Tomaz Coelho Alves Basto, Domingos Francisco Seixas, Luís Antônio de Moraes Correia, Pacífico da Silva Castelo Branco, Claro Ferreira de Carvalho e outros.



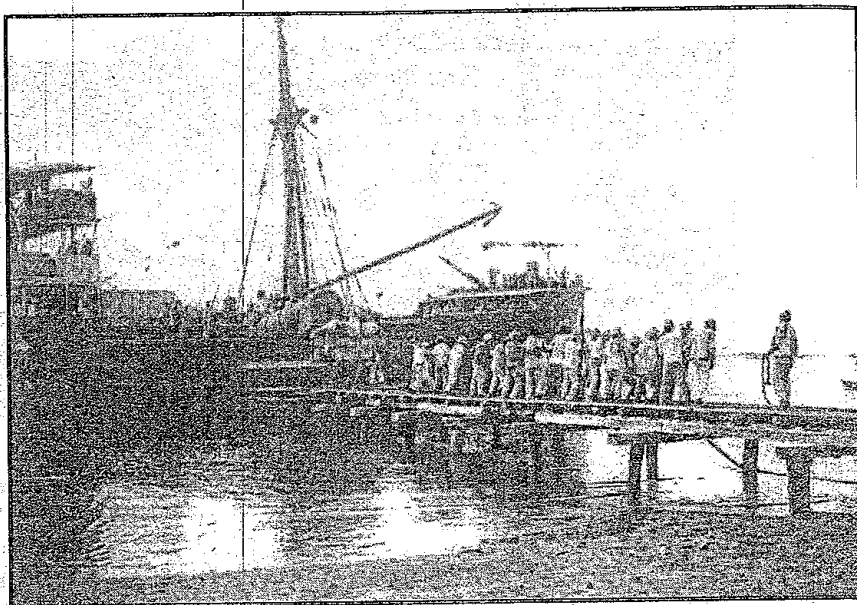
Antiga e belíssima Praça da Graça, com a Igreja-Matriz.

Em 13 de Março de 1888, finalmente, o Brasil se livra do mais vergonhoso regime, a Escravidão. Assim, escreveu Charles Darwin: "No dia 19 de agosto deixamos finalmente as costas do Brasil. Dou graças a Deus e espero nunca mais visitar um país de escravos. Até o dia de hoje, sempre que ouço um grito distante, lembro-me vivamente do momento doloroso que senti quando passei por uma casa em Pernambuco. Ouvi os mais angustiosos gemidos e não tinha dúvida nenhuma de que algum miserável escravo estava sendo torturado, entretanto, sentia-me tão impotente quanto uma criança, para até mesmo, dar demonstrações".

Em 15 de Novembro de 1889, o Brasil realiza o sonho de seu povo, tornando-se uma República, tendo como chefe do Governo Provisório, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, também, maçom. O primeiro ato, desse Governo foi comunicar ao Imperador Dom Pedro II, sua deposição e o prazo de vinte e quatro horas para que o Soberano e sua família deixassem o Brasil.

Parnaíba foi se consolidando como cidade pioneira e, em 1898, faz campanha para sediar o bispado, separando-se as terras eclesiásticas do Piauí das do Maranhão. À frente da campanha, toda comunidade parnaibana, onde

são arrecadados fundos para o patrimônio, inclusive, para a sede do Paço Episcopal. Organizaram-se comissões e fizeram-se subscrições populares, arrecadando-se 56 contos de réis. O povo parnaibano, demonstrando sentimento católico, envia ao Papa Leão XIII, memorial com quase quatrocentas assinaturas, pedindo a criação do Bispado do Piauí, com sede em Parnaíba. O Piauí é atendido, mas a sede fica em Teresina. O abaixo assinado datado de 27 de julho de 1898, está reproduzido na íntegra no Almanaque da Parnaíba, no ano do Centenário da Cidade (1944) e conta com autógrafos de personalidades ilustres da época, como: Jonas de Moraes Correia, Paulino



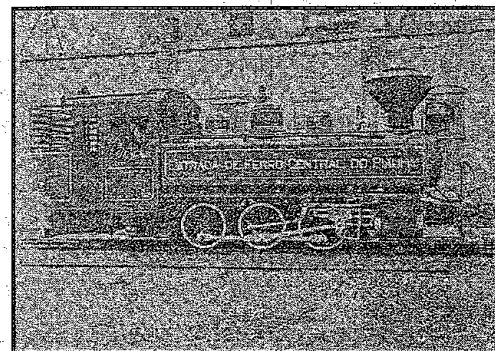
Descarga de duas locomotivas no trapiche de Amarração, em 1918, transportadas pelo vapor Mantiqueira, do Lloyd Brasileiro, sob a orientação do Engenheiro-Chefe, Dr. Miguel Bacellar, da Estrada de Ferro Central do Piauí.

Basto, James Frederick Clark, Percy Brodie Singlehurst, Franklin Veras, Marc Jacob, Delbão Rodrigues, Bento de Araújo Mavignier, Antonio do Monte Furtado, João Tavares de Carvalho e Silva e muitos outros. Graças ao esforço de sua gente, em 16 de dezembro de 1944, é criada a Diocese de Parnaíba, pela Bula Ad Dominici gregis bonum, do Papa Pio XII, tendo como primeiro Bispo, Dom Felipe Benício Condurú Pacheco, que assumiu o bispado no dia 8 de setembro de 1945. Com a criação do Bispado, a então Igreja-Matriz passou a ser a Catedral de Nossa Senhora da Graça.

No início do século XX, circulou, em Parnaíba, a primeira edição do jornal, O Nortista, tendo como chefe redator, o Dr. Francisco de Moraes

Correia, que tinha orientação política de seu irmão, o progressista Cel. Jonas. Pelas colunas do Nortista, agitou-se forte campanha, em prol da reivindicação do Delta do Parnaíba, para o Piauí. Embora, pelos documentos exibidos, ficassem confirmados os seus direitos, os parnaibanos desistiram, pois, o Maranhão era mais bem representado, politicamente, nos quadros do Governo da União, e assim, o Piauí continuou a ter, apenas, 25% do território do Delta, com a Ilha Grande de Santa Isabel e algumas ilhotas.

Sob orientação do Cel. Jonas, o Nortista passa a empreender campanha, em prol da construção do porto marítimo do Piauí, em Amarração e da estrada de ferro, do litoral à Capital, Teresina. O Cel. Jonas bateu a primeira estaca dessa ferrovia, que teve o seu início em Amarração, com o fim de forçar a construção do porto. Essa estrada foi concluída em 13 de maio de 1922, com extensão de 191 Km, indo de Amarração até a cidade de Piri-piri. A construção ficou a cargo da empresa American Railway Company Ltda., sob a

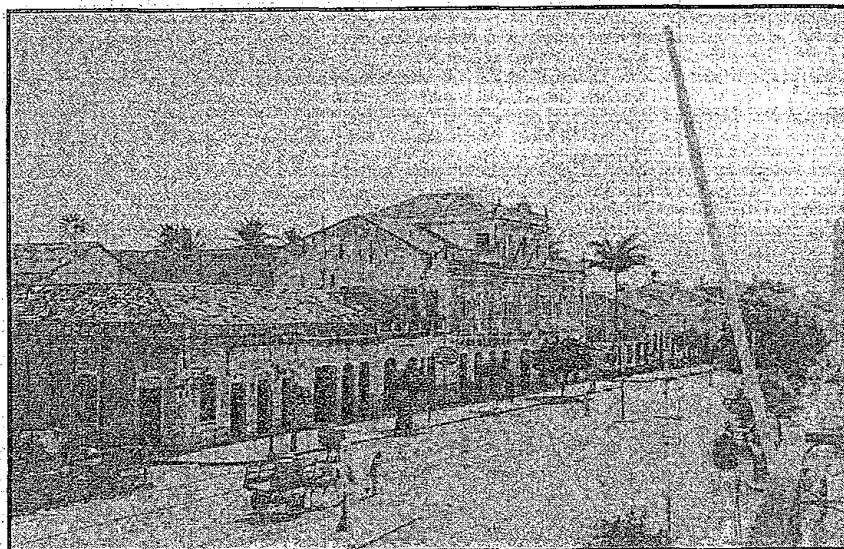


Locomotiva da Estrada de Ferro Central do Piauí, na Estação de Parnahyba.

orientação do engenheiro Miguel Furtado Bacellar. O primeiro trem da Estrada de Ferro Central do Piauí trafegou no dia 19 de novembro de 1916. Com a morte do Cel. Jonas, em 1915, perde a Parnaíba, o mais decidido batalhador pela construção do porto de mar do Piauí. Em 1919, com o acidente do vapor Cubatão, do Lloyd Brasileiro, que naufragou na foz do Igaraçu, a Capitania dos Portos proíbe a entrada de navios na Baía de Amarração, ferindo os interesses dos parnaibanos. Elegu-se uma comissão para defender um parecer favorável, sob o comando da Associação Comercial de Parnaíba e tendo como relator, o Dr. José Pires de Lima Rebelo. Desses trabalhos, resultou o início de nova campanha, em prol do porto. Os parnaibanos, através da ACP, que tinha como presidente, o Dr. Armando Madeira, dirigiram-se ao então Governador, Dr. João Luiz Ferreira, que autorizou o Governo Estadual, a requerer junto ao Governo Federal, a concessão para construção e melhoramentos do porto de Amarração, nos termos da Lei Federal nº 3997, de 1920. O Dr. Luiz Correia, também, escreveu brilhantes trabalhos em favor do porto. Em 1922, o então

Presidente, Epitácio Pessoa decretou a construção do porto piauiense. Parte do material para a sua construção foi comprada e depositada em Amarração. Com ascensão do Governo do Presidente Artur Bernardes, esse material foi levado para Minas Gerais. Muitos piauienses lutaram pelo nosso escaadouro marítimo, mas, sem sucesso. O porto do Piauí, continua como sonho, ainda não realizado.

Por ser o centro econômico do Piauí, Parnaíba era alvo da Alfândega, que recolhia os impostos dos empresários parnaibanos e os remetia para a Capital, sem quase nenhum retorno para a cidade. Vendo-se pressionados, os empresários parnaibanos agitaram-se em campanha contra o Inspetor



Aspecto de Parnahyba, no início do Século XX. Vista parcial da Rua Grande.

Waldemar Figueiroa, autoridade aduaneira que impunha humilhações ao comércio local. Em sinal de protesto, os parnaibanos permaneceram com os seus estabelecimentos fechados, durante os dez primeiros dias do mês de setembro de 1929. A Campanha do Figueiroa, dirigida pelos empresários Constantino Correia, Taufik Safaty, Canuto Campos Veras, João Vieira Pinto, Adonias Monteiro, Afonso Viseu, Jesus Martins e outros, foi encerrada após o afastamento do Inspetor.

Através de seus empresários, Parnaíba importava da Inglaterra, Alemanha e dos Estados Unidos da América, armas, munições, automóveis, motores, tecidos, roupas, calçados, chapéus, charutos, refrigerantes, cerveja, vinhos, louças, talheres, azeite, manteiga, queijos, presuntos, massas

alimentícias, farinha de trigo, medicamentos, ferragens, tintas, combustíveis, conservas, instrumentos musicais, móveis, artigos de armarinho, perfumes, moda, dentre outros artigos. Da Guiana Francesa recebia louças, espelhos, conservas alimentícias, manteiga e farinha de trigo. Diretamente da França, medicamentos, vinhos, peixes em conserva, cigarros, e muitos outros artigos. Parnaíba, por sua vez, exportava cereais, couros, peles, chifre de boi, amêndoas, aguardentes, cera de abelha, mel de abelha, Castanhas de caju, folhas de jaborandi, sabão, fumo, óleo de babaçu, tucum, algodão, cera de carnaúba, borracha de maniçoba, farinha de mandioca, entre outros produtos do Piauí.

Em agosto de 1937, na Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, o brilhante Deputado Dr. José Auto de Abreu apresentou Projeto de Lei, considerando o 19 de Outubro como O Dia do Piauí. Uma justa homenagem cívica à data máxima da História deste Estado. Portanto, o 19 de Outubro como Data Magna, não é fruto de votação popular inconsciente, pois sua escolha proveio de sérias análises realizadas pela elite intelectual piauiense, onde historiadores pesquisaram, professores estudaram, políticos opinaram e todos concluíram que nenhuma data da História do Piauí é mais importante em conteúdo libertário, dignificante e formador do povo piauiense que o 19 de Outubro. A Assembléia Legislativa apenas ratificou a importância que o Imperador Dom Pedro I deu ao movimento de proclamação da Independência do Brasil, em Parnaíba, quando agraciou a Vila de São João com o honroso título de "A Metrópole das Províncias do Norte" e Simplicio Dias da Silva mereceu a distinção de ser convidado a assumir o cargo de Primeiro Presidente da Província do Piauí. Assim, o 19 de Outubro, no dia 30 de agosto de 1937, passou a ser, através da Lei n° 176, a data máxima da História piauiense como "O Dia do Piauí".

A Data Magna da História do Piauí 19 de Outubro - O Dia do Piauí

Em agosto de 1937, na Assembléia Legislativa do Estado, o brilhante Deputado Dr. José Auto de Abreu apresentou Projeto, considerando o 19 de Outubro como - O Dia do Piauí. Após fazer a defesa de seu projeto, esse foi tornado Lei. Nesse dia, 19 de Outubro de 1822, o Piauí viveu o instante mais significativo da sua história política, pois foi iniciado o processo para que nossa Província se tornasse do Brasil.

Lei nº 176
SANCIONADA EM 30 DE AGOSTO DE 1937

TORNA FERIADO ESTADUAL O DIA 19 DE OUTUBRO, COM A DENOMINAÇÃO DE "O DIA DO PIAUÍ"

O doutor Anfrísio Lobão Veras Filho, Governador do Estado do Piauí, em exercício.

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1 - 19 de Outubro será feriado estadual, com a denominação de O DIA DO PIAUÍ.

Artigo 2 - Nesta data, anualmente, serão promovidas comemorações cívicas nos estabelecimentos de ensino e centros culturais do Estado com a colaboração do Governo.

Artigo 3 - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se como Lei do Estado. O Secretário Geral assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Piauí, em Teresina, 30 de Agosto de 1937 - 48ª da República.
(L do S)

ANFRÍSIO LOBÃO VERAS FILHO

João Osório Porfírio da Mota

Selada, numerada e sancionada a presente Lei, nesta Secretaria Geral do Governo do Estado do Piauí, em 30 de Agosto de 1937.

João Damasceno Soares
Chefe do Gabinete

O 19 de Outubro ficou como a Data Magna do Piauí, pois o dia que iluminou de glórias a Lagoa do Jacaré, o Riacho Jenipapo, o Estanhado e o Monte das Tabocas teve a sua esplêndida alvorada na Vila de São João da Parnaíba.

No primeiro centenário do 19 de Outubro de 1822, o então Intendente Municipal de Parnaíba, Sebastião Hermes de Seixas, bisneto de Simplicio Dias, realizou grandes festas alusivas ao brado de Independência do Brasil, na Vila de São João da Parnaíba. Mandou erigir, na Praça da Matriz, uma Coluna de

mármore com muita arte, como símbolo significativo daquele feito honroso. Sebastião Hermes de Seixas era maçom de elevado grau, tendo prestado relevantes serviços à Loja Fraternidade Parnaibana, onde foi Venerável Mestre. Por ocasião da reforma da Praça da Graça empreendida pelo então Prefeito Municipal, Mirocles Campos Veras, em 1936, a Coluna de mármore foi substituída pelo Monumento da Independência, em arquitetura déco, que ainda hoje é visto na Praça da Graça.

Em 1979, uma corrente inconformada com a data de 19 de Outubro como o Dia do Piauí, entrega Ofício ao Governador do Piauí, Lucídio Portela Nunes, na tentativa de colocar o 24 de Janeiro como a Data Magna do Estado. Orientado por historiadores, o Governador manteve a data do Dia do Piauí. Em 2004, outro grupo, sem conhecer a verdade histórica e movidos pela antiga análise de que só importa para História as guerras, movem campanha para mudar o Dia do Piauí, para o 13 de Março. Contra essa corrente, no dia 9 de junho de 2004, em Parnaíba, o Movimento 19 de Outubro entregou ao Governador Wellington Dias manifesto pedindo que não fizesse plebiscito, colocando o Dia do Piauí em votação. O manifesto foi acompanhado de mais de 4 mil assinaturas de parnaibanos cientes da importância dos feitos em 19 de Outubro de 1822. Na comissão de entrega estavam: Wilton Porto, Diderot Mavignier, Mário Santana e Ailton Ponte.

No ano de 2004, um grupo de amantes da Vila de São João, imbuídos do mais grandioso propósito de preservar e promover a História da Parnaíba, o Movimento 19 de Outubro, organizou junto com o Governador Wellington Dias, as comemorações do Dia do Piauí, em Parnaíba. Para esta grande festa o Sistema Fecomércio-PI Sesc/Senac, através de seu presidente, Dr. Valdeci Cavalcante, deu apoio fundamental e entre outras ações reeditou o livro "19 de Outubro, O Dia do Piauí", do historiador Renato Neves Marques e, mais ainda, o livro "O Tombamento Municipal e sua relevância para Parnaíba", do advogado, Ailton Vasconcelos Ponte, livros importantes para preservação da memória da Parnaíba.

As solenidades do Dia do Piauí tiveram como abertura um Te-Deum realizado na Catedral de Nossa Senhora da Graça, em ação de graças aos heróis do 19 de Outubro de 1822. Logo após assistir ao Te-Deum, o Governador Wellington Dias procedeu à largada do I Passeio Ciclístico Cultural do Dia do Piauí, com a participação das corporações militares de Parnaíba, do Grupo Cavaleiros do Asfalto (com mais de 40 cavalos) e de centenas de ciclistas, que fizeram suas inscrições mediante a doação de 1 Kg de alimento, revestidos em benefício do Projeto Mesa Brasil do Sesc/Parnaíba, o participante recebia camisa do evento. O I Passeio Ciclístico Cultural do Dia do Piauí constou de paradas ao longo do percurso para minipalestras. Com a largada na Avenida Presidente Vargas, ao lado da Casa Grande da Parnaíba, a primeira parada foi na Praça Cel. Osório, onde a Professora Luzanira Araújo

discursou sobre o Cel. José Francisco de Miranda Osório. O Passeio seguiu, chegando na Avenida Capitão Claro e à esquina da Rua João Cândido, o Dr. Cajubá Neto (OAB) falou sobre o ilustre Juiz de Fora, Dr. João Cândido de Deus e Silva, seguindo-se para o Monumento das Três Datas da Independência do Brasil no Piauí, onde falou o Dr. Ailton Ponte, sobre o tripé-eixo da Independência do Brasil, no Piauí: Parnaíba, Oeiras e Campo Maior. Daí, o cortejo foi parar no Centro Cívico Simplicio Dias para hasteamento das bandeiras ao som dos hinos: Nacional, do Piauí e da Parnaíba. O cortejo partiu em direção à nova Avenida Leonardo de Carvalho Castelo Branco, idealizada pelo Movimento 19 de Outubro, com Projeto de Lei apresentado à Câmara Municipal pelo Vereador Dr. Reinaldo Santos, aprovado e sancionado pelo então Prefeito Dr. Paulo Eudes, Lei Municipal nº 2099, de 13 de Setembro de 2004. Igualmente, foi aprovado o projeto que deu nome à Avenida 19 de Outubro, futuro corredor de entrada da cidade de Parnaíba, Lei Municipal nº 2097, de 10 de agosto de 2004. Na Avenida Leonardo de Carvalho Castelo Branco, discorreu sobre a biografia do grande herói do Piauí, Diderot Mavignier. Daí, seguiu o cortejo para a Avenida São Sebastião, com parada no Monumento ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, onde a professora Lourdes Gomes fez sua minipalestra. Seguiu-se para a Rua Simplicio Dias, onde a professora Aldenora Mendes falou da figura maior da História do Piauí, o Cel. Simplicio Dias da Silva. O I Passeio Ciclístico Cultural do Dia do Piauí teve encerramento na Casa Grande da Parnaíba, antiga residência de Simplicio Dias, com palestra do historiador Renato Neves Marques e sorteio de brindes, incluindo bicicletas, cedidas pelo Sesc/Parnaíba. Para os brindes, o I Passeio Ciclístico Cultural do Dia do Piauí contou com as parcerias da Óptica São Francisco, Fábrica de Lacticínios Longá, O Boticário, Casa Leão, Casa do Chocolate, Kumon, Reform, e Constrular. O Passeio ainda contou com os carros de som do Armazém Paraíba e da loja Macavi. Há de se ressaltar a brilhante participação da Polícia Militar do Piauí, através do 2º Batalhão Major Osmar, na pessoa do Major José Rabêlo de Azevedo e da Tenente Leoneide Ferreira da Rocha. Às dezoito horas do mesmo dia, o grupo de teatro do Sesc apresentou, na Concha Acústica, a peça Piauí Liberto, com direção de Celso Prado e José de Ribamar Queiroz. Às vinte horas, o Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba, em seção solene, no auditório da Universidade Federal do Piauí, deu posse aos novos membros, pela Presidente Maria Filomena Mendes Bezerra, com agradecimentos a Dr. Valdeci Cavalcante, pelo apoio incondicional a todos os eventos do Dia do Piauí, em Parnaíba, no ano de 2004. Assim, os parnaibanos mostraram, mais uma vez, o seu respeito àqueles que no passado lutaram pela liberdade e progresso da Parnaíba, do Piauí e do Brasil. Como apoio às festividades cívicas da cidade de Parnaíba, o Movimento 19 de Outubro fez solicitação ao Governador Wellington Dias, para dotar nossa Polícia Militar de um Esquadrão

de Polícia Montada. Instalada no 2º Batalhão Major Osmar, no dia 10 de maio de 2005, a cavalaria parnaibana tem como patrono o Major Bernardo Antônio Saraiva. Atualmente, o Movimento 19 de Outubro, o Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba e o Movimento SOS Casa Grande lutam pela restauração da Casa Grande de Parnaíba, seu tombamento e a instalação do Centro Cultural 19 de Outubro, nas suas dependências. Luta de todos os parnaibanos.

Algumas lideranças do Movimento 19 de Outubro, que tem o propósito de promover a História de Parnaíba: Luzanira Araújo Silva, Sólina Lima dos Santos, Ailton Vasconcelos Ponte, Célia Maria Ponte, Mário Pires Santana, Maria Ilza Santana, Renato Neves Marques, Eduardo Pires, Rafael Ciarlini, Daniel Ciarlini, Antônio Rodrigues, Wilton Porto, Alcione Amorim Costa Filho e Diderot Mavignier.

Somente conhecendo o nosso passado, saberemos entender o presente e projetar o nosso futuro de desenvolvimento e fazer um Piauí feliz.

Parnaíba nunca mereceu atenção dos governantes do Piauí, acostumados a voltar-se para dentro. Por sua vez, transformou-se em centro econômico, voltado para fora. Seus empresários substituíam, muitas vezes, a ação do Governo. A cidade cresceu pelo esforço exclusivo de seus habitantes. Assim, narra o jornalista Zózimo Tavares, em 100 Fatos do Século XX no Piauí: "O empresariado local trabalhava sem qualquer articulação com o poder político estadual sediado na Capital. Este, por sua vez, ignorava o potencial econômico de Parnaíba. Veio o fim da Guerra e essa falta de integração foi fatal para o comércio parnaibano, com prejuízos insanáveis para o Piauí". Felipe Mendes de Oliveira, em Piauí - Formação, Desenvolvimento, Perspectivas, diz: "Enquanto Parnaíba nascera sob o mercantilismo e já ingressava no capitalismo, o restante do Piauí permanecia sob o regime feudal e patrimonialista, submetido ao patriarcado dos latifundiários ou aos seus representantes, a burocracia estatal". Até hoje, essa integração, Parnaíba-Capital, está para ser construída.

Em 1962, Parnaíba moveu-se em campanha a favor da integridade de seu Município e contra projeto que visava o desmembramento dos territórios de Bom Princípio e Morros da Mariana. Juntos, ilustres parnaibanos, associações de classes e o povo em geral, organizaram-se no Movimento Pró-Defesa de Parnaíba, dirigido pelo professor José Nelson de Carvalho Pires e com grande participação do industrial José de Moraes Correia. Sem estudo, em caráter de urgência e sem consulta as populações envolvidas, a Assembléia Legislativa do Piauí preparava um golpe político contra uma cidade progressista, progresso esse que sempre gerou invejas e incompreensões, como se isso não representasse o enriquecimento do próprio Estado e do País. Com muita luta, os parnaibanos venceram e Parnaíba manteve essa integridade territorial. Mas, seriam derrotados mais tarde, com os desmembramentos de

1994 e 1998, gerando prejuízo incalculável para o município, pois ficou sem o direito legal de receber mais verbas constitucionais, uma vez que, ao atingir um contingente populacional de 142 mil habitantes, a cidade receberia o Fundo de Participação do Município dobrado e tem outros danos com a redução de sua área. Parnaíba, de acordo com estimativas divulgadas no Diário Oficial da União, de 30 de agosto de 2004, tem 140190 habitantes. Bom Princípio, 4307 e Ilha Grande, 8422.

Parnaíba, só quem te conhece e te levanta, jamais faltará na defesa de um simples tijolo que construiu ou constrói a tua História. Por força de lei, o Governo Federal pretendia evitar a repetição dos topônimos das cidades e vilas. Mais uma vez os parnaibanos se mobilizaram para defender o nome secular de sua cidade, que tinha nome igual à da cidade natal do bandeirante Domingos Jorge Velho, fundada em 1625. Foi criada a Comissão Pró-Manutenção do Nome de Parnaíba. Mesmo sendo mais velha, foi a cidade paulista que mudou de nome, passando a se chamar Santana de Parnaíba, de acordo com Decreto-Lei nº 14334, de 30 de novembro de 1944. Parnaíba era grande, com referências na Europa e no Mundo, o que garantiu aos seus habitantes continuar colocando nas suas cartas, o nome que sempre elevou o Piauí e o Brasil - "Parnaíba" - portadora de homens de lutas e de glórias. Para sempre, então, no Piauí, na terra dos Tremembés.

Oh! Parnaíba
Teu nome exprime
Em nosso peito
Ardor Sublime

Que nos inspira a repetir a doce escala
Da voz do rio que te envolve e que te embala

Teus filhos bravos
No embate rudo
Fazem do peito
Um brônzeo escudo

Estrilho

E quem da luta
Todo ardor não liba
Ao som do brado
Salve, oh! Parnaíba
Possuis o brilho
Da paz bendita

Que sobre nós
Fulge e palpita

Ao sopro forte do Nordeste a vida canta
Nessa oficina de labor que nos encanta

Do nosso esforço
Venha surgir
A glória excelsa
Em teu porvir

Estrilho

A doce sombra
Da paz suprema
Progredir sempre
É o nosso lema

Onde a bravura destemida enfim assome
Nos lembra o rio que te deu tão grande nome

Teus filhos bravos
No embate rudo
Fazem do peito
Um brônzeo escudo

E quem da luta
Todo ardor não liba
Ao som do brado
Salve, oh! Parnaíba

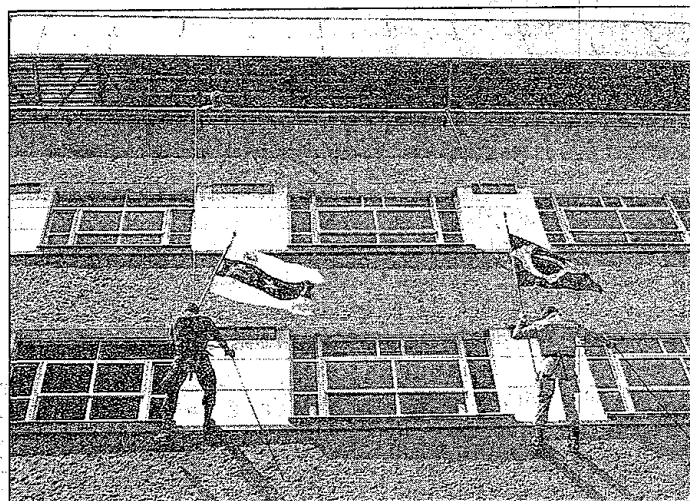
Estrilho

Poesia de R. Petit do Hino da Parnaíba, com música de Ademar Neves. Originalmente, foi o Hino do Parnahyba Sport Club. Por ocasião do Centenário da Cidade, em 1944, com algumas alterações na letra, foi considerado pelo Prefeito Dr. Mirócles Veras, como Canção da Parnaíba. Na administração do Dr. Lauro Correia, com a Lei Municipal nº 255, de 7 de setembro de 1963, passou a ser, oficialmente, o belíssimo - Hino da Parnaíba.

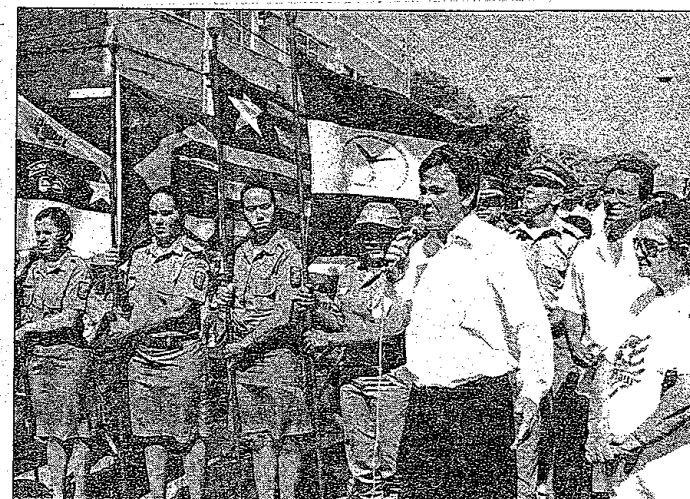
Celebrações Cívicas do Dia do Piauí/2005, em Parnaíba - II Passeio Ciclístico Cultural.



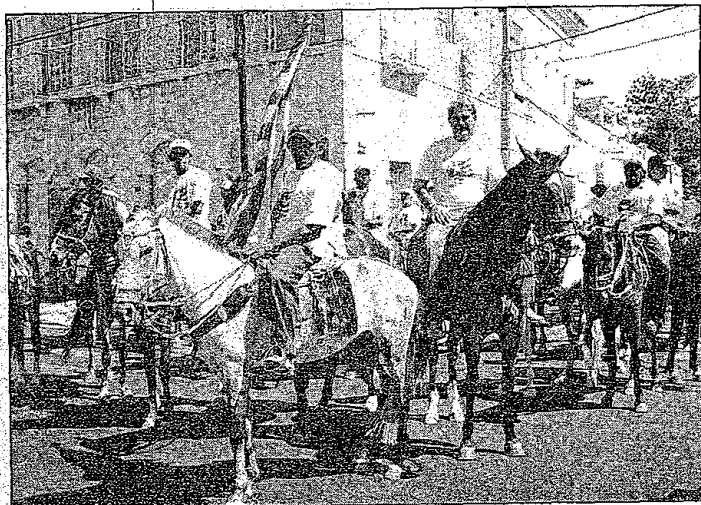
Equipe de rapel no frontispício do Centro Comercial Gerardo Cavalcante dando início ao passeio. Formada pelo Tenente Rivelino do Corpo de Bombeiros de Parnaíba (Bandeira do Brasil) e do Grupo Tático do 2º Batalhão de Polícia Militar Major Osmar, com o Tenente Albuquerque (Bandeira da Parnaíba), o Soldado Carlos Pereira (Bandeira do Piauí) e o Soldado R. Carlos (Bandeira do IHGGP).



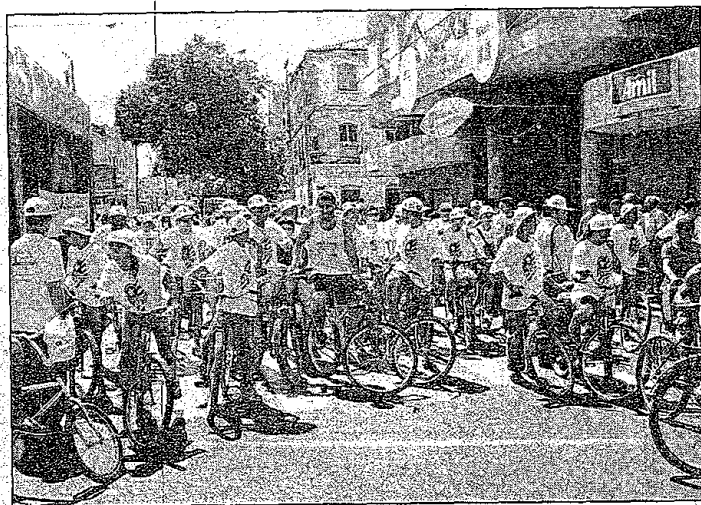
Entrega das bandeiras pela equipe de rapel às autoridades: Presidente da Fecomércio-PI Dr. Valdeci Cavalcante, Governador do Piauí Wellington Dias, Prefeito Municipal de Parnaíba José Hamilton e a Presidente do IHGGP Filomena Bezerra.



O Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias, proferindo discurso de largada do II Passeio Ciclístico Cultural do Dia do Piauí. Em 2005, também, a Fecomércio e o Governo do Estado do Piauí deram apoio incondicional às festas do Dia do Piauí, em Parnaíba.



Grupo Cavaleiros do Asfalto, que junto ao 2º Esquadrão de Polícia Montada Major Bernardo Antonio Saraiva deram brilho ao II Passeio Ciclístico Cultural do Dia do Piauí.



Ciclistas do II Passeio Ciclístico Cultural do Dia do Piauí, com suas inscrições doaram 600kg de alimento para o Projeto Mesa Brasil do SESC - Parnaíba.

Agradecimentos especiais a:

Adriano Mendes de Carvalho, Ailton Ponte, Alcione Amorim C Filho, Aldenora Mendes Moreira, Aleth Mavignier Mendes, Ana Rita Leão Rodrigues, Antônio de Pádua Marques Silva, Antônio Ribeiro Rodrigues, Arlindo Ferreira G Neto, Benjamin dos Santos Lima, Bernardo Silva, Cosme Costa Souza, Eléa dos Santos Mavignier, Fernando Silva, Flávio Sidônio, Francisco Armando da Cunha, Francisco das Chagas Monteiro Linhares, Francisco Iweltman Mendes, Francisco José Santos Farias, Ingrid Clark, José Luís de Carvalho, José Paulo Moreira, Leandra Sávia Moreira dos Santos, Luzanira de Araújo Silva, Marcelo Machado, Margarida Custódio, Maria de Fátima Cármino, Maria de Jesus Marques, Maria Filomena Mendes Bezerra, Maria Helena Seixas de Aquino, Mário Campos, Mário Orlando de Sá Marinho, Mário Santana, Quênia Castello Branco Ciarlini, Reginaldo Costa, Régis de Athayde Couto, Renato Neves Marques, Rubem da Páscoa Freitas, Solange Justo, Sólina Genuína dos Santos, Uchoa Lopes.

Bibliografia

- destaque nos títulos*
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória Cronológica Histórica e Corográfica da Província do Piauí, COMEPI, 1981.
- ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Benedicto dos Santos Lima / Ranufo Torres. Raposo/APAL
- ANDRADE, Gilberto Osório e LINS, Rachel Caldas. Pirapama - Um Estudo Geográfico e Histórico. Fundação Joaquim Nabuco, 1984.
- ATLAS DE HISTÓRIA GERAL. Ática Multimídia
- AVENTURAS NA HISTÓRIA. Revista nº 18. Editora Abril.
- marco autor* ■ BAPTISTA, João Gabriel. Etnohistória Indígena Piauiense. UFPI / Academia Piauiense de Letras, 1994.
- BAPTISTA, João Gabriel. Geografia Física do Piauí. COMEPI, 1982.
- BAPTISTA, João Gabriel. Mapas Geohistóricos. Projeto Petrônio Portella, 1986.
- BARRETO, Francisco Luzarte Mendes: Provisão*
- BASTOS, Cláudio. Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- Terminar p. 1*
- BORGES, Jôina Freitas. A História Negada. Fundapi, 2004.
- BRAGHINE, Alexandre. O Enigma da Atlântida. Irmãos Pongetti Editora.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. A Elite Colonial Piauiense. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. O Escravo na formação social do Piauí. Gráfica da UFPI, 1999.
- BRANDÃO, Wilson de Andrade. História da Independência no Piauí. COMEPI.
- BRANDÃO, Wilson de Andrade. História do Poder Legislativo na Província do Piauí. 1997.

- BRASIL 500 ANOS. Fundação Joaquim Nabuco.
- BRASIL, Assis. Tiradentes.
- BRASIL, Assis. Tiradentes. Imago, 1993.
- CAMPOS, Humberto. Memórias. Opus, 1983.
- CATÁLOGO DE VERBETES dos documentos manuscritos avulsos da Capitania do Piauí existentes no Arquivo ultramarino Lisboa - Portugal (1684-1828). Sociedade Goiana de Cultura, 2002.
- CHAVES, Joaquim. O Piauí nas lutas da Independência do Brasil. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.
- COSTA, F A Pereira. Cronologia Histórica do Estado do Piauí. Artenova, 1974.
- DURÃO, Antônio José de Moraes. Memórias manuscritas do Ouvidor Mor da Capitania, 1772.
- FALCI, Miridan Brito Knox. Escravos do Sertão. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- FALCI, Miridan Brito Knox. O Piauí na primeira metade do século XIX. Projeto Petrônio Portella, 1987.
- FILHO, Tito. Governadores do Piauí. Artenova, 1978.
- FRANCO, José Patrício. O Município no Piauí.
- GEOGRAFIA & HISTÓRIA, Revista do Instituto de História e Geografia do Maranhão, 1926 e 1948.
- Grandes Personagens da Nossa História, Volume 1 e 2. Abril Cultural, 1969.
- HISTÓRIA DAS AMÉRICAS. WM Jackson, Inc., 1947.
- HISTÓRIA VIVA. Revista nº 10. Duetto Editorial.
- JANGADA BRASIL, O Traje do Vaqueiro - nº 16, 1999.

- LIVRO DO CENTENÁRIO DE PARNAÍBA. Benedicto dos Santos Lima & Benedicto Jonas Correia, 1944.
- LYDINEA, Gasman. Documentos Históricos Brasileiros. FENAME, 1976.
- MARQUES, José da Guia. O papel da Igreja na colonização do Norte do Piauí. Fundac, 1987.
- MARQUES, Renato Neves. 19 de Outubro, O Dia do Piauí. Fecomércio, 2004.
- MARQUES, Renato Neves. História da Marinha do Brasil no Piauí. RNM, 2000.
- MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. A Parnaíba Colonial & Imperial. UFPI/CMRV, 1996.
- MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. Parnaíba, Educação & Sociedade. SIEART, 2001.
- MENEZES, Maria Luiza Motta. José Francisco de Miranda Osório e seus descendentes. Editora Henriqueta Galeno, 1980.
- MENEZES, Maria Luiza Motta. Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. 1986.
- MORAES, Frei Moisés Siqueira. O rosto missionário da Igreja no Piauí. 1995.
- MOTT, Luiz. Piauí Colonial, População, Economia e Sociedade. Projeto Petrônio Portela, 1985.
- NETO, Adrião. Geografia e História do Piauí. Gerações 70, 2003.
- NEVES Fº, Ademar Gonçalves. Irajá e Ubi. 1972.
- NEVES, Abdias. A Guerra de Fidié. Projeto Petrônio Portella, 1985.
- NUNES, Odilon. Economia & Finanças no Piauí Colonial. 1972.
- NUNES, Odilon. Pesquisas para História do Piauí nº 1, 2, 3. Artenova.
- NUNES, Odilon. Um desafio da Historiografia do Brasil. COMEPI, 1979.

- PASSOS, Caio. Cada rua, sua História. IOCE, 1982..
- PIAUÍ - Formação, Desenvolvimento, Perspectivas. Fundapi, 1995.
- PRIORIDADE DE SIÃO E AS SOCIEDADES SECRETAS. Editora Escala.
- SAMPAIO, Filgueira. Corografia do Piauí, 1965.
- SANTANA, Judith. O Padre Freitas de Piripiri, 1984.
- SANTANA, Judith. Parnaíba, 1983.
- SANTANA, Judith. Piripiri, 1978.
- SANTANA, Monteiro de. Apontamentos para a História Cultural do Piauí. Fundapi, 2003.
- SÉGUIER, Jayme de. Dicionário Prático Ilustrado. Jornal do Comércio, 1906.
- SERRANO, Jonathas. História da Civilização. Editora F. Briguier & Cia., 1940.
- SILVA, Julio Romão da. Memória sobre a transferência da Capital do Piauí. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- SOUZA, Joanita. Brincando com a História. Editora do Brasil, 2003.
- VOLTA AO MUNDO. Revista nº 66. Lisboa, 2000.
- VOLTAIRE. Memórias. Imago Editora, 1995.
- Mapas Históricos Brasileiros. Abril Cultural, 1969.